



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

PLANO DE ACTIVIDADES REGULARES 2016



ÍNDICE

	PÁG
I Introdução	1
II Dados Caracterizadores da Federação	9
III Objectivos a Atingir	29
IV Formulação da Estratégia de Actuação	40
V Quadro de Acções a Desenvolver	58

ANEXOS

Planeamento 2015/2016

Projecto Gira-Volei

Projecto Gira +

Projecto Kinder Cup

Projecto Gira-Praia

Projecto Voleibol Sentado

Listagem de Árbitros

Listagem de Técnicos

Mapas de Distribuição Geográfica de Técnicos e Árbitros

I - INTRODUÇÃO

“Don't wait for extraordinary opportunities. Seize common occasions and make them great..”

(Não espere por oportunidades extraordinárias.

Aproveite ocasiões comuns e torne-as grandes)

Orison Swett Marden - escritor, filósofo.

Na primeira metade de 2015, a economia portuguesa manteve uma trajectória de recuperação moderada, consistente com o reinício do processo de convergência real face à média da área do euro e sustentada por um dinamismo robusto da procura externa, uma menor fragmentação financeira na área do euro e uma melhoria nas condições monetárias e financeiras, para o que contribuiu o conjunto alargado de medidas de política adoptadas pelo BCE.

Verifica-se, assim, uma melhoria progressiva na afectação dos recursos empregues na economia portuguesa - com características estruturais, através de uma orientação crescente dos factores produtivos para os segmentos mais expostos à concorrência internacional e para as empresas mais produtivas. Esta conclusão é evidenciada em indicadores tanto do lado da procura como da oferta. Neste âmbito, destaca-se o crescimento de cerca de 10 pontos percentuais do peso das exportações no Produto Interno Bruto entre 2008 e a primeira metade de 2015 (de 31 para cerca de 41 por cento), num contexto de forte crescimento das exportações em volume (aumento de 25 por cento no mesmo período) e de ganhos de quota de mercado significativos, nomeadamente em comparação com os restantes países da área do euro. Esta evolução favorável esteve associada não só ao desempenho de empresas tradicionalmente expostas aos mercados externos mas também de empresas que iniciaram a sua actividade exportadora.

Neste âmbito, destaca-se a dinâmica positiva das empresas exportadoras - tanto na indústria transformadora como nos serviços de turismo, enquanto a construção manteve a tendência estrutural de redução do valor acrescentado. No entanto, o Núcleo de Estudos sobre a Conjuntura da Economia Portuguesa (NECEP), da Universidade Católica, escreve que o desempenho da economia portuguesa ao longo de 2015 "tem sido marcado, por um lado, por sinais de passividade orçamental e, por outro lado, por um crescimento abaixo do que seria de esperar", considerando "factores benéficos" como o baixo preço do petróleo e a desvalorização do euro face ao dólar. Assinalam-se também os principais riscos que se colocam à nossa economia, os quais têm como base o investimento e as restrições orçamentais, pois perdeu-se cerca de 33% do investimento desde 2010 e apenas se recuperou 10% desde 2013, o que quer dizer que todas as actividades produtivas que dependem do investimento continuam ainda sob pressão, o que é um problema.

Assim, para o conjunto de 2015, projecta-se um crescimento do PIB de 1,9 por cento, o que representa uma revisão em baixa face à projecção apresentada em 2014. Neste contexto, diz-nos o Banco de Portugal no seu Boletim de Outubro que os desafios que impendem sobre a economia portuguesa não podem ser minorizados, tanto a nível externo como interno. Internamente, destaca-se o processo de ajustamento estrutural e de correcção duradoura dos desequilíbrios macroeconómicos, que exige aprofundamento. É ainda crucial manter um quadro institucional previsível e promotor da estabilidade macroeconómica. Neste âmbito, sublinha-se a importância do cumprimento dos compromissos, pelas autoridades nacionais, das regras orçamentais europeias, que permitirá assegurar uma diminuição sustentada do actual nível de dívida pública em percentagem do PIB, reduzindo essa vulnerabilidade latente na economia portuguesa.

A nossa história como Federação e a realidade actual dizem-nos que os meios e recursos financeiros ou materiais não são sempre o mais importante, mas sim a aplicação, o esforço e empenho em acreditarmos no que queremos levar a cabo e realizar, com perseverança e continuidade. Como nos diz a citação de Martten - aproveitar as oportunidades. Não podemos pensar em pequeno, no fracasso em que nos lamentamos apenas e quase sempre do mesmo modo.

Temos sido afectados por este quadro macroeconómico em que nos encontramos, e sentimo-lo sobremaneira com a forte redução do apoio orçamental do Estado ao desenvolvimento das diversas actividades de fomento desportivo e do alto rendimento. No historial de vida da Federação temos memória de outras situações de crise, às quais com esforço, empenho e trabalho nos subemos

sobrepôr. No entanto, temos a consciência de que o presente contexto será dos mais graves que atravessamos em toda a nossa história federativa, bem como do País.

Nesse sentido, o preconizarmos uma gestão atenta e prudente, a qual terá sempre de considerar os recursos que temos, exprimindo assim aquilo que somos e queremos continuar a ser, apesar das dificuldades. Neste âmbito, é fundamental termos consciência das capacidades e do valor dos nossos recursos, sejam eles humanos ou materiais, bem como do apoio e participação empenhada de todos os nossos associados e parceiros.

Em 2016, o presente contexto social e económico não sofrerá grandes alterações, em termos de austeridade e crescimento do investimento, mas é nossa ideia a de enfrentar como desafios e janelas de oportunidades todas estas situações, cientes de todo o bom senso e reflexão crítica necessários ao nosso percurso.

Na realidade europeia onde nos projectamos, temos de considerar que a nossa modalidade reúne as mais fortes selecções do Mundo (nos 5 primeiros do último Campeonato do Mundo - Polónia 2014, 4 são Europeus: 1.º Polónia, 3.º Alemanha, 4.º França, 5.º Rússia. Apenas o Brasil se intromete, em 2.º. Nos 10 primeiros, 6 são europeus). No Europeu de 2015 o ranking sofreu uma surpreendente alteração: 1.º França, 2.º Eslovénia, 3.º Itália, 4.º Bulgária, 5.º Polónia, 6.º Rússia, 7.º Sérvia, 8.º Alemanha, 9.º Holanda, 10.º Bélgica. Assim, lutar pelo sucesso, pela vitória, nem sempre é algo fácil e evidente. No entanto, no ranking europeu estaremos entre a 12.ª e a 15ª selecção e, no ranking mundial, feito com realismo e não baseado só nas diferenças entre continentes, a classificação não será muito inferior. Não são muitos os países que se poderão orgulhar de terem participado com a sua selecção de seniores masculinos na Liga Mundial em 2014 e 2015, defrontando e vencendo algumas das melhores selecções Europeias e Mundiais.

Fomos um dos fundadores da Associação Zonal de Voleibol do Oeste Europeu, fundada por oito países, Portugal, Espanha, Alemanha, Bélgica, Itália, Holanda, França e Suíça, conhecida pela sigla WEVZA (West European Volleyball Zonal Association), e queremos continuar a ser um dos seus dinamizadores, pois os seus objectivos fundamentais visando fortalecer e fomentar a organização de actividades desportivas, tanto no Voleibol de Pavilhão, como no Voleibol de Praia, com especial ênfase nas categorias de formação, são para nós muito importantes. Em 2016, a WEVZA irá procurar aumentar o intercâmbio entre todos os seus países constituintes, nomeadamente no âmbito das selecções mais jovens, seja no indoor, seja no Voleibol de Praia. A criação de dois novos escalões de formação Sub-16 masculinos e Sub-15 femininos é também uma nova aposta da WEVZA.

Temos a noção das contrariedades de âmbito económico-financeiro que iremos enfrentar, devido à limitação de meios orçamentais e de investimento, pois as empresas e os patrocinadores, além do próprio Estado, vão continuar a limitar os seus apoios. Acreditamos que seremos capazes de concretizar os objectivos a que nos propomos, adaptando-os à realidade que iremos enfrentar. Em 2016 nada será mais fácil apesar de alguma evolução do País. Mas enfrentar os desafios é a única forma que temos de progredir. Os recursos humanos, capazes e eficientes, são o que temos como factores-chave de uma gestão adaptada aos tempos actuais, a qual tem, na sua génese, a contenção e a exigência eficiente e produtiva na utilização dos recursos, sejam estes humanos, económicos ou materiais. Todo o historial desta Federação é uma prova disso.

Em contra-corrente, se hoje os economistas falam de uma década perdida, a qual vai dos primórdios de 2000/2002 até aos nossos dias, acreditamos que soubemos responder com algum sucesso, e em variados contextos ambientais (desportivos, sociais, económicos e culturais), aos desafios que enfrentámos ao longo destes anos. Os factos concretos estão aí para o provar: os 17 anos de vida do Gira-Volei e 150.000 jovens a participar neste projecto, o crescimento da modalidade - cerca de 43.000 praticantes, a inovação e continuidade do Gira-Praia, os resultados já alcançados pela Selecção Nacional, em 2002 - 8.º lugar no Mundial, em 2005 - 5.ª na Liga Mundial e 10.ª no Europeu, em 2007 2.º lugar na Liga Europeia e 3.º em 2009, Vencedor da Liga Europeia em 2010, e em 2011 presença na fase final do Campeonato da Europa. No Voleibol de Praia, os resultados foram evidentes, pois estivemos presentes em três Jogos Olímpicos e em 2010, obtivemos a medalha de prata no Europeu de Sub-18 feminino. No Mundial de Sub-19 em 2013 obtivemos um 9.º lugar em masculinos. Em 2014 obtivemos na qualificação Europeia para o Mundial de Sub-17 um 5.º e 6.º lugar no masculino e um 4.º lugar no feminino. No Europeu de Sub 20, a dupla masculina obteve um 8.º

lugar. Já em 2015 obtivemos um 9.º lugar no Europeu de Sub-20 e na Continental Cup, na qualificação para os Jogos Olímpicos participamos na 3.ª fase.

Temos assumido todas as responsabilidades (cada vez maiores, até perante a escassez de recursos estatais e privados) no trabalho que temos desenvolvido, bem como nos frutos do mesmo, como a prática o tem vindo a demonstrar. Isto, apesar das dificuldades e constrangimentos que têm aumentado com esta austeridade que a todos, instituição e clubes associados, nos comprime e limita no desenvolvimento desportivo. Mesmo assim, em termos dos escalões de formação, houve um aumento muito significativo do número de equipas participantes nos campeonatos regionais. Dados que se tornam mais relevantes, no que se refere à manutenção do aumento do número de equipas na III Divisão, e que são sinal da vitalidade da nossa modalidade.

A nossa missão, no actual contexto ambiental, continuará a ser alicerçada em quatro pilares fundamentais:

Valores - Profissionalismo (incluindo o respeito pela ética e por práticas equitativas do ponto de vista do género), Sentido Comercial (parcerias, sponsorizações), Colaboração (com todos os interessados no desenvolvimento do nosso desporto), Autonomia (procura de recursos próprios de fontes variadas); Estratégias - capacidade de definição das mesmas, evolução, prioridade da sua aplicação e focalização, bem como um auto-investimento na sua concretização; Pessoas - da equipa dirigente aos quadros técnicos e funcionários, à formação e comunicação das ideias e objectivos; Processos - de responsabilidade, de transparência e tecnológicos.

Na sua génese estão um conjunto de critérios de acção que procuramos realizar e aperfeiçoar continuamente. Estes têm âncora numa Direcção e Administração eficazes, em termos de gestão desportiva e de negócios, aliada a uma eficiente gestão financeira. Nas parcerias com as autarquias (cada vez mais difícil, dada a escassez dos seus próprios recursos), sectores empresariais, comerciais e instituições educativas. Numa estrutura logística e desportiva eficaz, adaptada à estratégia e aos objectivos, na qual não descuramos o valor do conhecimento, em que se baseia a formação de treinadores, de árbitros e dirigentes e do seu desenvolvimento contínuo.

Como marca da nossa visibilidade, a Selecção Nacional de Seniores Masculinos, no âmbito do Alto Rendimento Desportivo, terá em 2016 mais um ano de desafios, que passarão pela sua participação nos seguintes eventos:

- Participação na Liga Mundial (entre Junho e Julho de 2016) - 3 poules, uma delas (R), em Portugal e defrontando respectivamente: Poule J - Holanda, Turquia, Eslováquia; Poule O - Canadá, Coreia do Sul, China; Poule R - Canadá, Finlândia e Cuba.
- Participação na fase de qualificação para o Campeonato Europeu de Seniores masculinos 2017, a disputar em Setembro de 2016, em sistema de poule com 4 equipas em duas voltas;

Competir com as melhores equipas mundiais, bem como manter a nossa presença competitiva na Liga Mundial, é fundamental, mesmo considerando uma certa renovação de valores que se irá processar em 2016. Por outro lado, a nossa participação nesta competição mundial tem, em comparação com a Liga Europeia, custos menos pesados para a Federação. Isto, mercê do apoio que temos obtido por parte da Federação Internacional de Voleibol (FIVB).

Seja na qualificação para o Campeonato da Europa 2016, seja na Liga Mundial 2016, queremos obter bons resultados, pois temos responsabilidades acrescidas, em função do que já fizemos e acreditamos nos novos valores que foram lançados no ano passado, na sua maioria já a trabalhar nos nossos clubes na I Divisão ou no estrangeiro.

A Selecção de Seniores Femininas terá também um calendário exigente, disputando a 1.ª fase da Qualificação para o Mundial de 2018 em Maio e em Setembro a 2.ª fase da Qualificação Europeia para o Campeonato da Europa de 2017. Esta selecção tem vindo a fazer um percurso evolutivo bastante consistente e esperamos confirmar em 2016 o seu potencial.

As selecções de Juniores Masculinos e Femininos estarão também em actividade entre Março e Abril deste ano. Os Sub-20 Masculinos participarão na 2.ª ronda de qualificação para o Europeu de Juniores de 2016. É uma selecção com experiência, na qual a maioria da equipa base está já a jogar na I

Divisão. A Sub-19 Feminina irá também participar na qualificação europeia para o Europeu, nas mesmas datas da sua congénere masculina.

No âmbito da WEVZA, vamos participar em cadetes masculinos e femininos, no Torneio das 8 Nações, a disputar em Julho e Agosto, num evento que consideramos fundamental para os nossos talentos. Os Cadetes Masculinos Sub-17 estão já em concentração permanente visando o Europeu de 2017 em Janeiro do mesmo ano. As Sub-16 femininas irão disputar a mesma competição, mas não estão em concentração permanente, pois a Federação não tem condições financeiras para apoiar duas selecções em estágio simultaneamente.

Na última assembleia-geral da WEVZA foram criados dois novos escalões, Sub-16 Masculinos e Sub-15 Femininos, os quais irão realizar já um Torneio em Agosto deste ano. Estes escalões estão enquadrados pelos Centros de Treino das Associações do Porto e de Lisboa. O seu objectivo será o Europeu de 2019, mas no âmbito da WEVZA haverá já um Torneio em Agosto de 2017, no qual o primeiro classificado se apurará directamente para o Europeu.

Neste âmbito, iremos também participar em eventos de Voleibol de Praia que englobem os diferentes países da Associação, nos escalões de Sub-17, Sub-19 e Sub-21, masculinos e femininos, bem como num ou outro torneio para seniores.

No Voleibol de Praia, iremos participar nos Mundiais de Sub-17 no Brasil, de Sub-19 no Chipre e de Sub-21 na Suíça. Os Sub-18 e os Sub-20 participarão no Europeu. As nossas duplas irão continuar a preparar esta qualificação, através do trabalho desenvolvido nos Centros de Treino de Alto Rendimento do Voleibol de Praia (CTARVP), com o apoio do I. P. do Porto/ESE, e das suas instalações para o Voleibol de Praia.

Nos nossos objectivos estão enquadradas as competições acima definidas, bem como a sua preparação. A sua concretização visa a criação de situações potenciadoras do desenvolvimento do Voleibol (mais praticantes e mais qualidade), no âmbito das que temos realizado durante todos estes anos. Neste sentido, temos prosseguido o grande desenvolvimento da modalidade em Portugal, seja ao nível do aumento da base de praticantes, seja no que se refere à obtenção de resultados no alto nível de rendimento. Neste contexto socioeconómico da nossa sociedade, sabemos das dificuldades acentuadas dos nossos projectos e também dos altos e baixos na sua concretização, em termos do alto rendimento desportivo, cada vez mais competitivo, em especial no âmbito europeu, mas este é o caminho em que iremos continuar se queremos manter a nossa presença no alto rendimento desportivo.

Como fundamento da nossa actividade estão alguns princípios de gestão que se baseiam em: a) Marketing Social e Promoção dos benefícios da prática do Voleibol em todas as idades e sectores, da recreação e lazer ao alto rendimento desportivo; b) Apoio e Promoção ao desenvolvimento e expansão da formação desportiva dos jovens, em todos os seus escalões e programas; c) Promoção e Marketing do Alto Nível de Rendimento Desportivo, orientado para os três sectores mais significativos pela expressão dos seus resultados: - Selecção Nacional de Seniores Masculinos, Voleibol de Praia e Campeonato da I Divisão; d) Parceiros Activos da Comunicação Social, visando a promoção e evolução do Voleibol e a sua presença nos Media.

É no âmbito deste Marketing Social e da Promoção dos benefícios da prática do Voleibol que assumimos o projecto e desafio do Voleibol Sentado - um desporto que pode ser jogado por pessoas com e sem deficiência e que defende e promove a inclusão social através do desporto. Cumprimos assim com um dos nossos objectivos - “proporcionar a prática do Voleibol a toda a gente”. Isto, aproveitando uma janela de oportunidade balizada pela transferência de governação de modalidades adaptadas para federações de modalidades, o qual nos permite agora abraçar um novo desafio e, simultaneamente, responder afirmativamente a mais uma solicitação social.

Presente nos nossos objectivos para 2016, como não poderia deixar de ser, está a contribuição para o desenvolvimento desportivo e a capacitação das Associações Regionais e, em especial, daquelas localizadas em zonas de menor penetração da modalidade. Um instrumento importante desse apoio e incentivo ao crescimento tem sido e continua a ser o Gira-Volei, que possui cerca de dois mil centros espalhados por todo o território nacional, e tem tido um contributo importante para o desenvolvimento da modalidade. Começámos em 2013 um projecto inovador, o Gira-Praia, que visa a crescente divulgação do Voleibol de Praia entre as crianças e jovens, nomeadamente junto das que integram núcleos de Gira-Volei. Este projecto tem dois escalões a partir dos 13 anos, e uma forte

relação com o Voleibol de Praia. A continuidade do Gira+ é também parte de todo este processo de divulgação e fomento da modalidade. Com base no trabalho já realizado, e no projecto já referido, queremos que o Gira-Volei se mantenha um factor de dinamização das Associações, na promoção e desenvolvimento da modalidade, tendo como base de crescimento a criação de mais clubes de formação. Vamos manter e melhorar o apoio às Associações existentes, com base na definição de uma política por objectivos e a sua consecução, como tem sido prática corrente. Mas, teremos de prever o que nos espera no âmbito do IPDJ, no apoio ao desenvolvimento desportivo da modalidade e as consequências das dotações e cortes orçamentais que a todos afectam. Este apoio terá como base os Contratos-Programa de Desenvolvimento e de Formação que começaram a ser institucionalizados desde 2010. Manter e criar bases sólidas são os nossos objectivos, os quais esperamos que permitam manter o desenvolvimento da modalidade por todo o território nacional. Isto apesar das dificuldades que atravessamos e que não mudaram de um momento para o outro. Aqui reconhecemos um importante papel ao associativismo regional. Neste sentido e assumimo-lo como um compromisso, iremos manter os apoios às Associações Regionais, como o temos feito, mesmo que a dotação orçamental do apoio por parte do Governo seja de novo reduzida.

Uma gestão financeira e orçamental controlada e consistente tem sido um grande factor de experiência, aprendizagem e prática, além de uma mais-valia. Isto porque a obtenção dos recursos necessários e não apenas por via das dotações orçamentais do Estado (que têm diminuído acentuadamente) é um factor imperativo para o desenvolvimento da modalidade. Neste campo, a acção do Departamento de Promoção e de Marketing Desportivo tem procurado, com visão e esforço, cativar um conjunto de patrocinadores, dos quais salientamos a multinacional de expressão europeia - Ferrero, que desde há vários anos nos apoia nesta área fundamental. No entanto, a situação é cada vez mais crítica neste campo, como sabem todos os que se movem nestas áreas, apesar de a termos assumido com afinco e responsabilidade. Este é um factor chave, pois é o único modo de conseguirmos meios financeiros e materiais capazes de dar resposta às necessidades dos vários sectores da Federação, mas também de criar condições favoráveis para que os clubes possam beneficiar de contratos publicitários e promocionais.

No Voleibol de Praia, temos em 2016 vários desafios aos quais queremos dar continuidade. Iremos assim dar continuidade ao Gira-Praia, um projecto inovador e de longo prazo, em que ligamos o Gira-Volei ao Voleibol de Praia. Este projecto tem dois escalões, dos 13 aos 15 e dos 16 aos 18 anos. Nos centros que possuem condições para isso, os jovens poderão optar também pelo Voleibol de Praia, formando duplas que poderão mais tarde competir nesta variante. As melhores duplas poderão participar em estágios durante as férias, os quais serão supervisionados por um coordenador nacional, além de poderem competir nos circuitos de subs no Verão. Pretendemos também estimular o Gira-Volei e o Gira-Praia, como um alfobre de talentos (TID - Talent Identification and Development) no âmbito do Volei de Praia e, por esta via, proporcionar estímulos competitivos aos jovens de todo o País. Outro desafio é manter o projecto dos CTARVP, que se baseia na actividade do Centro de Treino durante uma parte do ano, com o apoio logístico do Instituto Politécnico do Porto e da Escola Superior de Educação do mesmo. Os frutos da sua acção foram já visíveis em 2013, na realização do Mundial da FIVB de Sub-19, em Portugal, em que as duplas masculinas obtiveram uma boa presença em termos mundiais (9^{os}). Em 2014 outros resultados, mormente o 8.º lugar no Europeu de Sub-20 vieram provar a validade do seu trabalho. Por último, em 2015, o 9.º lugar no Europeu de Sub-20. No Projecto Olímpico Rio de Janeiro 2016, finalizámos em 2015 a nossa participação na 3.ª fase da Continental Cup a nível europeu, após o início da 1.ª fase de qualificação em 2014.

Iremos também dar continuidade ao projecto Gira-Praia 2015, o qual envolveu a criação de 4 Centros Gira-Praia a funcionarem durante todo o ano no Algarve visando a detecção, selecção e promoção dos jovens talentos do Voleibol de Praia, não só como até aqui, através dos “Centros de Treino para o Alto Rendimento”, mas também com este novo projecto de longo prazo. Os CTARVP têm contado com a colaboração das Associações Regionais e com a organização de um sistema de triagem e progressão desses talentos, bem como do seu apoio e orientação técnica, da preparação à competição nacional e internacional. Os resultados obtidos são um fruto deste trabalho e da dedicação do seu corpo técnico, os quais com este projecto queremos melhorar e evoluir. Os estudos recentes na área dos TID, dizem-nos que os jovens talentos não surgem tanto nas grandes áreas metropolitanas, mas nas pequenas zonas rurais. Este projecto vem reforçar a nível nacional, essa detecção e selecção de talentos. Os Campeonatos Nacionais de Sub-16 e 18 são também uma realidade no panorama do Voleibol de Praia e continuarão a ser uma aposta forte em 2016, considerando o sucesso que tiveram nos anos anteriores.

A organização do Campeonato Nacional de Voleibol de Praia, a nível de Seniores Masculinos e Femininos, e paralelamente a de Sub-20, foi alterada em 2015 visando a melhoria constante da sua promoção, organização e competitividade. Assim, vamos continuar a realizar este em complemento à organização de Campeonatos Regionais de Voleibol de Praia, a promover no âmbito do território nacional, com o apoio das Associações Regionais. Estas irão continuar a colaborar também entre si, em termos de emparelhamento geográfico, de modo a constituírem-se os campeonatos regionais de: Alentejo/Algarve, Lisboa, Leiria/Coimbra, Porto/Braga/Viana e Viseu/Guarda. A participação nos Campeonatos Regionais dará pontos para o Ranking Nacional e possibilidades de participação na final do Campeonato Nacional de Voleibol de Praia. Queremos desenvolver a participação e divulgação da modalidade por todo o País, em moldes mais motivadores, participativos e alargados. É necessário ter em conta o contexto recessivo que a sociedade portuguesa ainda atravessa e as dificuldades que encontramos em obter os apoios essenciais à sua realização, no âmbito de todo o território nacional, mas iremos persistir no nosso esforço.

O Campeonato da I Divisão de Seniores Masculinos e Femininos, é um dos “targets” de promoção da nossa modalidade e em que esta Federação se tem empenhado, visando a sua valorização mediática e também da organização do espectáculo desportivo ligado a esta competição. Hoje, vemos que nas nossas equipas a valorização e utilização dos jogadores portugueses tem dado um contributo importante para a competitividade do mesmo. Atravessamos tempos de grandes dificuldades orçamentais e apoios, por parte dos nossos clubes, apesar de fazermos o melhor para os apoiar, mas os cortes orçamentais que sofremos também se reflectem na nossa capacidade de intervenção.

Os Campeonatos Nacionais de Clubes serão em 2016, um desafio renovado a suplantar, e a sua realização, no contexto da austeridade das famílias e empresas, não se afigura fácil, sobretudo quando se quer continuar a valorizar a competitividade e o Marketing destas provas. Por isso, foram tomadas medidas financeiras no sentido de se limitar ao máximo as despesas dos clubes, mas sem prejudicar a sua competitividade. À semelhança do que iremos realizar no Voleibol de Praia, vamos contar com o apoio e colaboração das Associações Regionais, na organização conjunta das Fases Finais Nacionais dos escalões de formação, de modo a fomentarmos o desenvolvimento desportivo a nível local, bem como a promoção da modalidade nas Associações Regionais, com a presença das melhores equipas dos vários escalões.

Em 2015, foi efectuada um grande número de transmissões televisivas, com realce para a entrada de A Bola TV no sector feminino, bem como o assinalável sucesso no play-off final de ambos os Campeonatos, o que demonstra a qualidade do trabalho realizado. Em 2016, pretendemos, se possível e com o apoio quer da Sport TV, quer de A Bola TV, manter pelo menos os números de transmissões realizadas nos anos anteriores. Em termos da difusão e promoção do alto nível do voleibol mundial, o que é sempre um incentivo para a promoção da modalidade. A Sport TV é um parceiro importante, com as suas transmissões quer da FIVB - Liga Mundial, Grand Prix, Campeonatos do Mundo, quer da CEV - Campeonatos Europeus Masculinos e Femininos.

A publicação da Lei n.º 40 de 28 de Agosto de 2012, e do despacho 5061/de 2010 tornou obrigatória uma formação profissional dos treinadores baseada em conhecimentos válidos, consistentes e capazes de serem um incremento de transformação da sua própria prática. A lei estabelece o regime de acesso e exercício da actividade de treinador de desporto, limitando-o aos detentores do Título Profissional de Treinador de Desporto (TPTD) no âmbito dos Graus I ao III (em estudo e reavaliação o IV), os quais estão ligados a um quadro crescente de competências para o desempenho da profissão em todos os seus níveis, sendo que o despacho define as normas para a obtenção e emissão deste TPTD.

Na base do actual Programa Nacional de Formação de Treinadores (PNFT), está a Directiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento e do Conselho Europeu, de 7 de Setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, a qual obrigou a transpor para a ordem jurídica interna o reconhecimento da afirmação sócio-profissional do treinador de desporto como uma profissão certificada, a qual pode ser obtida em dois níveis: no âmbito da formação académica e da técnico-profissional. O PNFT é e tem sido uma grande mudança, em toda a estrutura de formação de treinadores das Federações até aqui implementada, e com a qual temos de lidar.

Será que os clubes, em termos estruturais, económicos, sociais e organizativos estão preparados para esta evolução, a que acresce a crise social, económica e financeira por que passamos? Temos sublinhado aos organismos governamentais que as exigências que estão a ser feitas têm uma grande falta de suporte no terreno e mesmo em termos da instituição governamental mais directamente

ligada ao PNFT (IPDJ), nomeadamente em termos dos quadros necessários ao apoio, formação e acompanhamento de um tão grande processo de transformação da nossa realidade. Legislar é fácil, a sua aplicação prática e consequentes lições, é que são fundamentais na verdadeira implementação dos seus objectivos.

Conhecemos os pontos positivos do PNFT, em termos da construção de um currículo formativo comum, a procura de uma formação prática, baseada num estágio e correspondente aprendizagem de saber-fazer e uma formação contínua obrigatória, conforme a portaria 326/2013 de 1 de Novembro de modo a que os treinadores possam manter a sua certificação. No entanto, uma carga horária muito elevada desde o seu grau inicial e um estágio de via profissionalizante e anual, coloca muitos problemas aos treinadores e tende a afastar os treinadores voluntários, no fundo a maioria dos treinadores em actividade.

As dúvidas sobre o PNFT, que não são apenas nossas, têm encontrado eco no movimento associativo, não invalidam o que tem sido a nossa experiência e a prática revela, em termos da preocupação que nos tem e continuará a orientar: melhorar quantitativa e qualitativamente o nível de formação dos nossos agentes desportivos, de acordo com as orientações e sentido das próprias instituições que superintendem o nosso desporto e, designadamente, no que se refere à formação dos técnicos, dos árbitros e dos dirigentes.

Sentimo-lo na prática, e é cada vez mais visível, o facto de o dirigismo ser um sector em crise, de presença e de acção. Torna-se difícil encontrar dirigentes e muito mais bons dirigentes, pois o associativismo social é cada vez menor. As causas enraízam-se numa mudança de paradigma social (individualismo, menor voluntariado social, acentuação das desigualdades, egoísmo pessoal,..), marcadas ainda mais num país com fraco índice de participação social e em dificuldades, o que torna cada vez mais complicado que as pessoas assumam essa função social que é a do dirigente desportivo. Sabemos ser importante o apoio à formação dos Dirigentes Associativos e de Clubes, com temáticas e valências abrangentes, motivadoras, pragmáticas e de intervenção no contexto das mesmas. Mesmo assim, não é fácil obter a disponibilidade dos mesmos para esta formação.

As dificuldades sentidas pela arbitragem são o recrutamento de novos árbitros, e sobretudo a manutenção e evolução na carreira dos que consegue formar, na sua fase inicial - os árbitros estagiários. É um problema não apenas da sociedade portuguesa mas que se alastra às sociedades ocidentais mais desenvolvidas. Atendendo a esta temática, o Conselho de Arbitragem tem procurado aumentar o apoio à formação e actualização dos árbitros nas suas vertentes técnica, psicológica e social. Mas as dificuldades e um acentuado decréscimo de árbitros estagiários continuam, pelo que iremos manter em 2016 o esforço de captação e realização de cursos de árbitros estagiários, de forma a tentar diminuir os problemas que esta situação provoca, sobretudo na arbitragem dos escalões de formação.

O nosso desenvolvimento económico, social e desportivo não apresenta previsões de um futuro muito risonho, mas lentamente a situação está a melhorar um pouco. Assim, sabemos que é nestes tempos de crise que a mudança, a inovação e as imprevisibilidades, que são a essência da vida humana e das nossas sociedades, acontecem. Neste sentido vamos continuar na procura e realização daqueles que são os nossos objectivos e projectos.

Num contexto ambiental em que a obtenção de parcerias e apoios é cada vez mais difícil, temos de afirmar o apoio que temos recebido da FIVB, quer na participação da nossa Selecção de Seniores Masculinos na Liga Mundial, quer em toda uma cooperação que se estende num âmbito mais largado. Também de realçar, é a colaboração do Clube das Autarquias Amigas. Entre estas, as C. M. de Matosinhos e Macedo de Cavaleiros, no Voleibol de Praia, bem como da C.M. da Póvoa de Varzim na Liga Mundial e também a C. M. Matosinhos no play-off final do Europeu e na Liga Mundial, além da C.M. de Castelo de Vide no Gira-Volei e de muitas outras autarquias, que connosco colaboraram, quer no projecto Gira-Volei e Gira-Praia quer na organização do CNVP e noutras iniciativas.

Pretendemos afirmar em 2016, com criatividade e inovação, além de um esforço comum, a nossa vontade de continuar a dinamizar toda esta cooperação e apoio, com as entidades e instituições já atrás referenciadas, mas também abrir horizontes de novas parcerias, apoios institucionais e empresariais, no âmbito dos processos de marketing social, desportivo e empresarial que pretendemos continuar a desenvolver.

Nenhum plano constitui um fim em si mesmo, antes servindo como um farol que nos dá a ver os objectivos, missão e visão que queremos atingir. Traçar e prever um caminho, perante um futuro que pretendemos construir. Nesse futuro já hoje presente, mesmo se incerto, pois a vida e os projectos são uma luta e mudança constante, este Plano quer tornar visível o nosso percurso.

Porto, Outubro de 2015

II - DADOS CARACTERIZADORES DA FEDERAÇÃO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- 1.1 FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL
- 1.2 Av^a de França, 549
- 1.3 4050-279 PORTO
- 1.4 Telf. 22 8349570
- 1.5 Fax: 22 8325494
- 1.6 Fundada em 23/04/47
- 1.7 Legalização: D.G. 126, II Série, de 02/06/47
Data da publicação dos últimos Estatutos: 14/11/92 - DR 264 - III Série
- 1.8 Data da atribuição da Utilidade Pública no D.R. 139, II Série de 20/06/78
Entidade com Estatuto de Utilidade Pública Desportiva (DR. 288, 11/12/93)
- 1.9 Filiações Internacionais: Filiada na Confederação Europeia de Voleibol (C.E.V.) e na Federação Internacional de Voleibol (F.I.V.B.) (co-fundadora).

2. DIRIGENTES E TÉCNICOS QUE EXERÇAM FUNÇÕES EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

- > **Vicente Henrique Gonçalves de Araújo**
 - ◆ Membro do Grupo Executivo da Federação Internacional de Voleibol
 - ◆ Membro do Conselho de Administração da Federação Internacional de Voleibol
 - ◆ Presidente da Comissão de Voleibol de Praia da FIVB
 - ◆ Presidente do Conselho Mundial de Voleibol de Praia da FIVB
- > **José Fernando Lopes Casanova**
 - ◆ Membro da Comissão de Arbitragem da FIVB
 - ◆ Representante da Comissão de Arbitragem no Voleibol de Praia da FIVB
- > **Henrique Alexandre Faria Fernandes Teixeira Gomes**
 - ◆ Secretário da Comissão de Voleibol de Praia da Confederação Europeia de Voleibol.
- > **Rogério Pedro de Macedo Oliveira**
 - ◆ Membro da Comissão Legal da FIVB
- > **Teodemiro Emanuel de Carvalho**
 - ◆ Membro do "Sports Events Council" da Federação Internacional de Voleibol

3. CONTACTO IMEDIATO

- 3.1 - Presidente
 - ◆ Vicente Henrique Gonçalves de Araújo
 - ◆ Telf: 22 8349570 (Federação Portuguesa de Voleibol)
 - ◆ E-mail: presidencia.fpv@gmail.com
- 3.2 - Secretário-geral
 - ◆ Teodemiro Emanuel de Carvalho
 - ◆ Telf: 22 8349570 (Federação Portuguesa de Voleibol)
 - ◆ E-mail: fpvoleibol@fpvoleibol.pt

4. DESCRIÇÃO DA SEDE

- 4.1 Tem sede própria? S
- 4.2 Número de espaços físicos: 14
- 4.3 Possui sistema informático? S

5. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

- ♦ De Segunda a Sexta-feira: das 09.30 - 12.30 / 14.00 - 19.00

6. PERÍODO DE DURAÇÃO DA ÉPOCA DESPORTIVA

- ♦ De 01 de Agosto a 31 de Julho.

7. ESPECIALIDADES E DISCIPLINAS

- ♦ Voleibol
- ♦ Voleibol de Praia

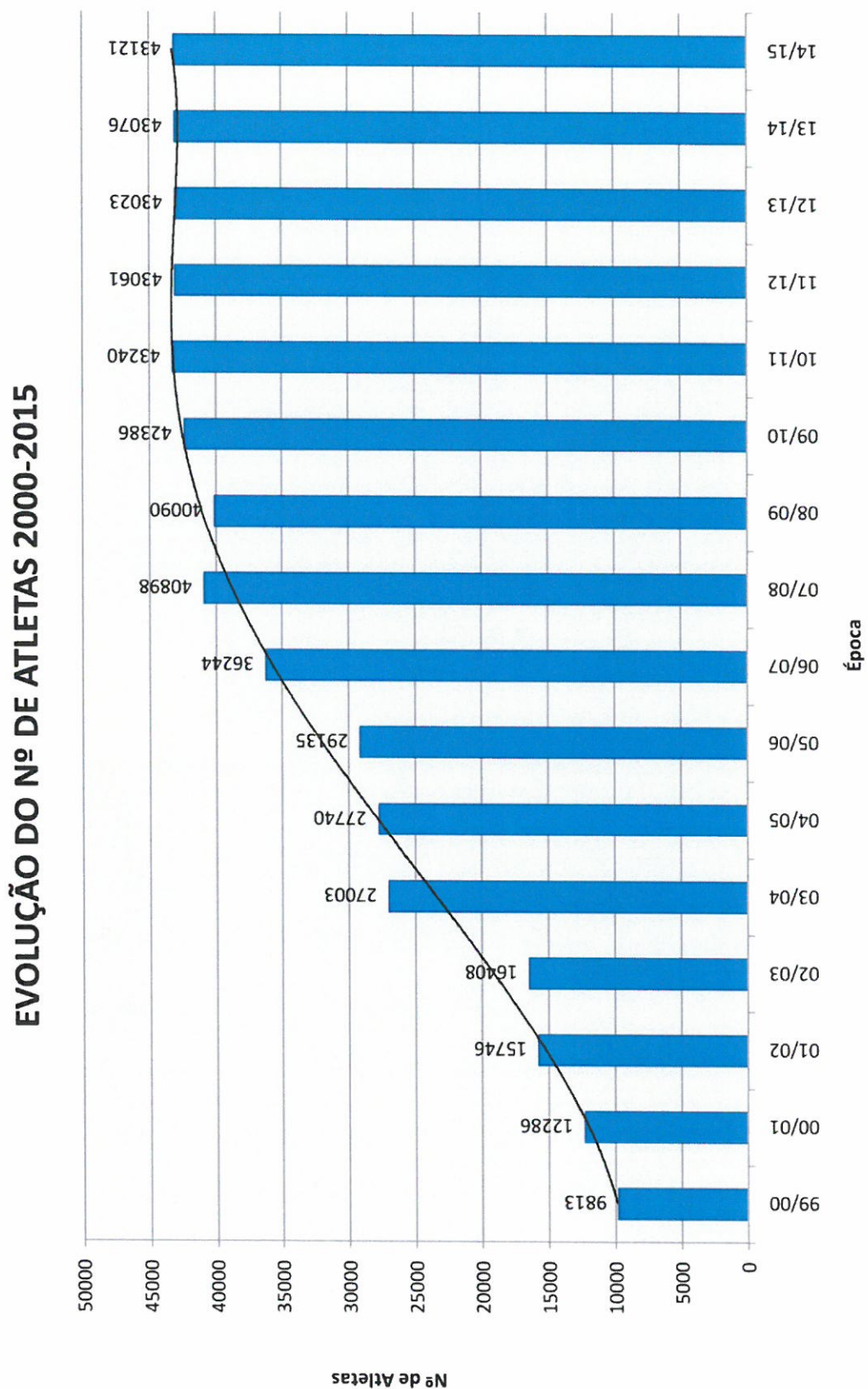
8. CATEGORIAS, ESCALÕES E GRUPOS ETÁRIOS POR SEXO

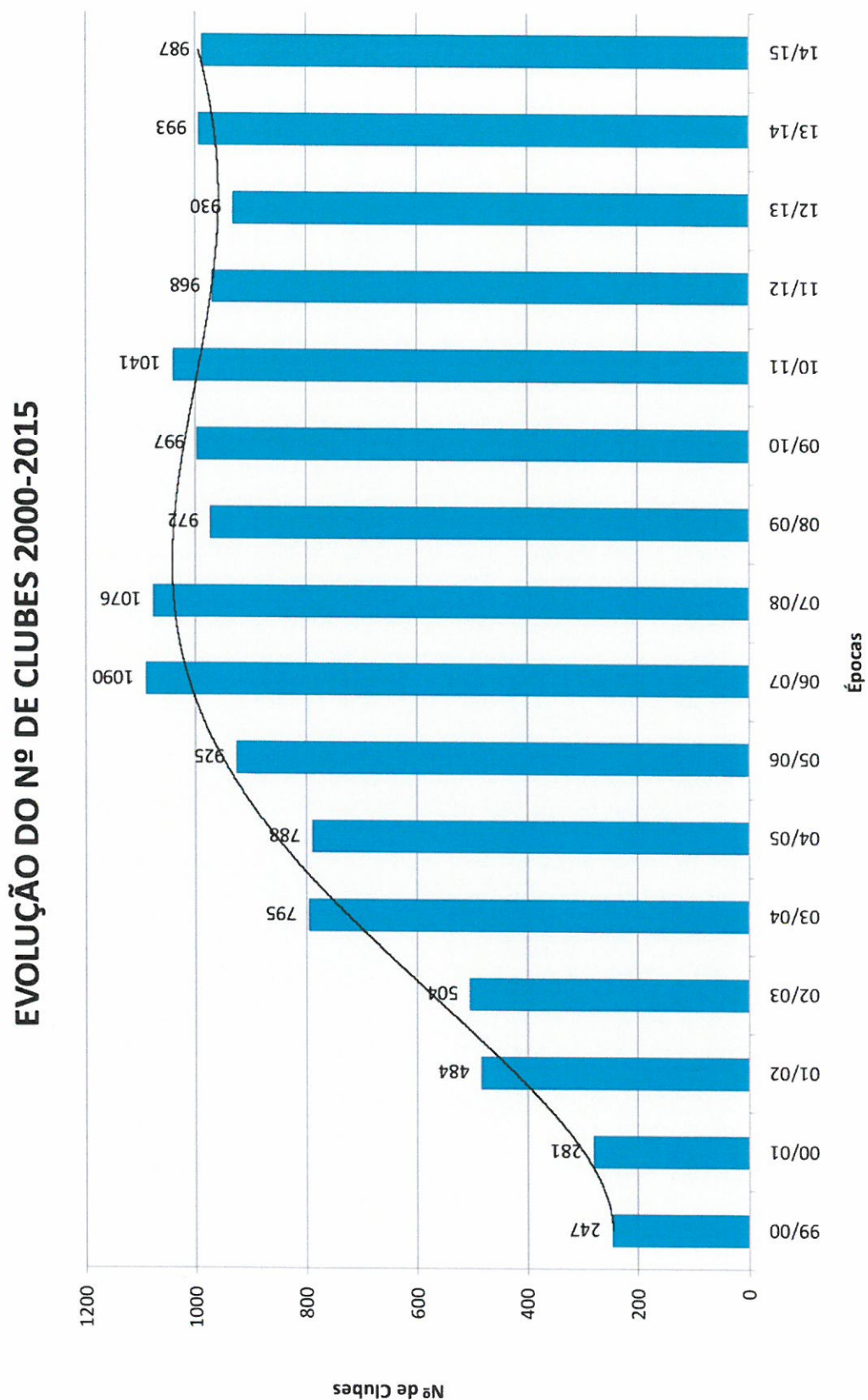
- ♦ Veteranos: 35 anos ou mais
- ♦ Seniores: de 19 anos ou mais
- ♦ Juniores: de 17 a 18 anos
- ♦ Cadetes/Juvenis de 15 a 16 anos
- ♦ Iniciados: 14 anos
- ♦ Infantis: 13 anos
- ♦ Minis: de 10 a 12 anos

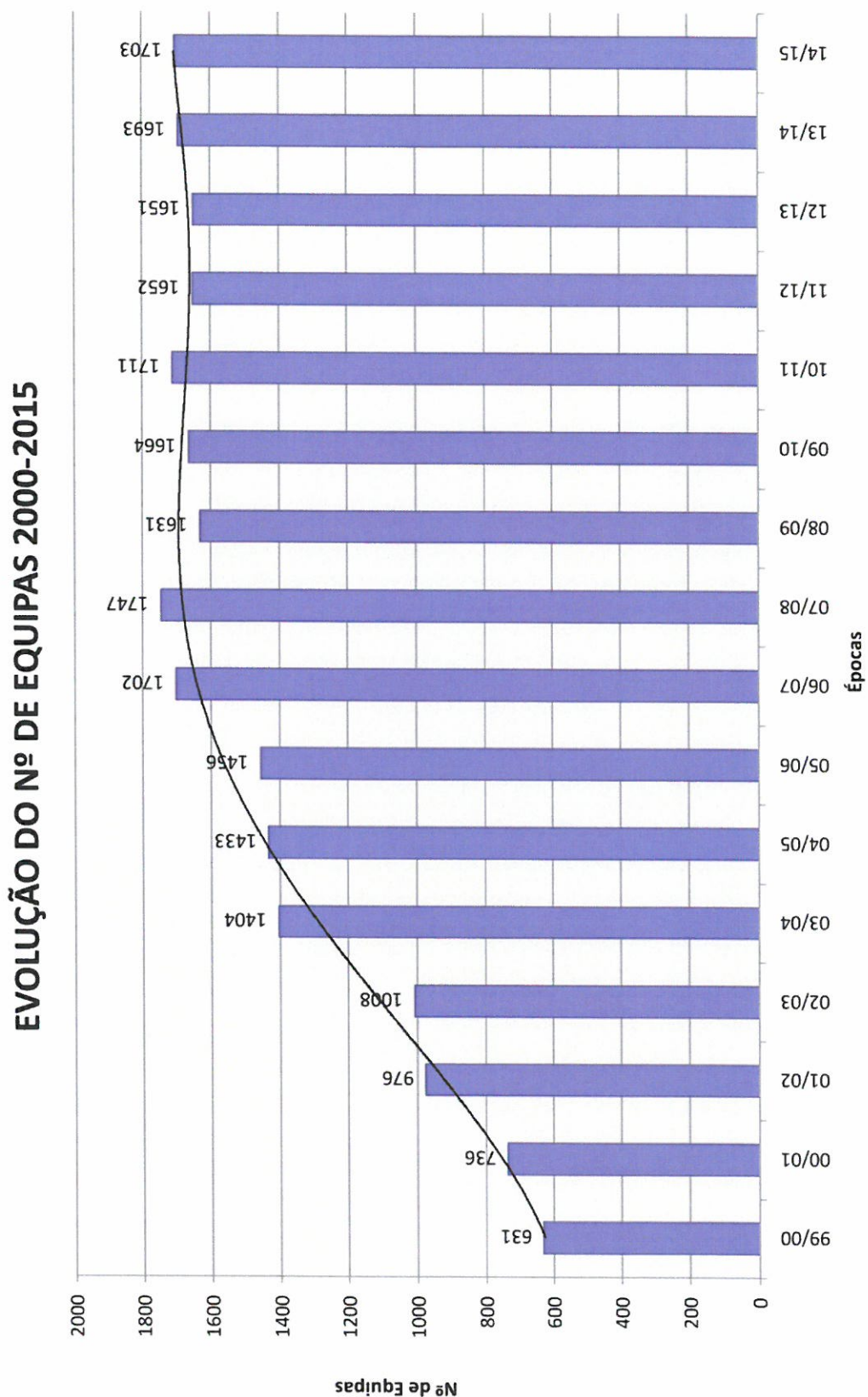
9. EVOLUÇÃO DO QUADRO DESPORTIVO ENTRE 2001 E 2015

Per. Temp. Evol. Qua. Desport..	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07	07/08	08/09	09/10
Praticantes	12.286	15.746	16.408	27.003	27.740	29.135	36.244	40898	40090	42386
Clubes	281	485	504	795	788	925	1.094	1076	972	988
Associações	15	17	18	18	18	18	18	17	17	17
Implantação Espacial	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
Treinadores	2257	2462	2505	2658	2896	2.940	3071	3209	3344	3646
Árbitros	1741	1820	1865	1970	2069	2.116	2227	2298	2342	2416

Per. Temp. Evol. Qua. Desport..	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15
Praticantes	43240	43061	43023	43076	43121
Clubes	1016	968	930	993	987
Associações	17	15	15	15	15
Implantação Espacial	20	20	20	20	20
Treinadores	3698	3774	3864	3970	4023
Árbitros	2517	2630	2728	2769	2866







CICLO OLIMPICO - 2001 / 2004

10.1 - JOGOS OLÍMPICOS

- ☞ Voleibol de Praia (2004)
9º lugar nos Jogos Olímpicos de Atenas - Dupla Miguel Maia / João Brenha

10.2 - CAMPEONATOS EUROPEUS

- ☞ Poule Qualificação para o Campeonato da Europa de Seniores Masculinos (2001/2003) - 1ª Fase (2002) - 1º lugar
- ☞ Poule Qualificação para o Campeonato da Europa de Seniores Femininos (2001/2003) - 1ª Fase (2003) - 3º lugar
- ☞ Poule Qualificação para o Campeonato da Europa de Seniores Masculinos (2001/2003) - 2ª Fase (2003) - 3º lugar
- ☞ Poule Qualificação para o Campeonato da Europa de Seniores Femininos (2001/2003) - 2ª Fase (2003) - 3º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa Cadetes Masculinos (2003) - 3º Lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa Cadetes Femininos (2003) - 4º Lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato do Mundo Juniores Masculinos (2003) - 4º Lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato do Mundo Juniores Femininos (2003) - 4º Lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Seniores Masculinos (2004/2005) - 1º Lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Seniores Femininos (2004/2005) - 3º Lugar (1ª Fase)
- ☞ Poule Mundial de Qualificação para os Jogos Olímpicos de Atenas 2004 - 3º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa Juniores Masculinos (2004) - 5º Lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa Juniores Femininos (2004) - 6º Lugar

10.3 - CAMPEONATOS MUNDIAIS

- ☞ Campeonato do Mundo de Seniores Masculinos (2002) - 8º lugar
- ☞ Participação na World League (2002) - 12º Lugar
- ☞ Participação na World League (2003) - 13º Lugar
- ☞ Participação na World League (2004) - 10º Lugar

10.4 - OUTROS

- ☞ Torneio Internacional de Viana do Castelo Seniores Masculinos (2002) - 2º lugar
- ☞ Torneio Internacional de S. João Madeira Seniores Masculinos (2002) - 3º Lugar
- ☞ Torneio Internacional Memorial Mies (Bélgica) - Cadetes Masculinos (2004) - 3º Lugar
- ☞ Torneio Internacional de Pozuelo (Espanha) - Juniores Masculinos (2004) - 4º Lugar
- ☞ I Torneio Internacional Cidade de Gaia - Juniores Masculinos (2004) - 3º Lugar

CICLO OLIMPICO - 2005 / 2008

10.5 - JOGOS OLÍMPICOS

10.6 - CAMPEONATOS EUROPEUS

- ☞ Final do Campeonato da Europa de Seniores Masculinos (2004/2005) - 5º Lugar (Grupo) - 10º Lugar (Geral)
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Seniores Femininos (2004/2005) - 3º Lugar (2ª Fase)
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Cadetes Masculinos - 6º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Cadetes Femininos - 5º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Seniores Masculinos (2005/2006) - 2º Lugar (1ª Fase)
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Seniores Masculinos (2005/2006) - 3º Lugar (2ª Fase)
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Seniores Femininos (2005/2006) - 3º lugar (1ª Fase)

- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Seniores Femininos (2005/2006) - 4º Lugar (2ª Fase)
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Juniores Masculinos (2005/2006) - 5º Lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Juniores Femininos (2005/2006) - 4º lugar
- ☞ Liga Europeia - Seniores Masculinos - 2006/2007 - 2º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Cadetes Masculinos - 5º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Cadetes Femininos - 5º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato Europa de Seniores Masculinos (2008/2009) - (2ª fase) - 2º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato Europa de Seniores Masculinos - (2008/2009) - (3ª fase) - 2º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato Europa de Seniores Femininos (2008/2009) - (2ª Fase) - 4º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato Europa de Juniores Femininos (2007/2008) - 5º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato Europa de Juniores Masculinos - (2007/2008) - 6º lugar
- ☞ Liga Europeia - Seniores Masculinos - 2007/2008 - 8º Lugar

10.7 - CAMPEONATOS MUNDIAIS

- ☞ Participação na World League (2005) - 5º Lugar
- ☞ Poule Qualificação para Campeonato Mundo 2005 - Seniores Masculinos - 1º lugar (2ª Fase)
- ☞ Poule Qualificação para Campeonato Mundo 2005 - Seniores Masculinos - 3º lugar (3ª Fase)
- ☞ Play Off para Final Campeonato Mundo 2005 - Seniores Masculinos - 2º lugar
- ☞ Poule Qualificação para Campeonato Mundo 2005 - Seniores Femininos - 5º lugar (1ª Fase)
- ☞ Participação na World League (2006) - 13º Lugar
- ☞ Torneio de Qualificação para Jogos Olímpicos 2008 - Seniores Masculinos - 5º Lugar
- ☞ Poule de Qualificação Mundial para Jogos Olímpicos 2008 - Seniores Masculinos - 2º Lugar

10.8 - OUTROS

- ☞ II Torneio Internacional Cidade de Gaia - Cadetes Masculinos (2005) - 3º Lugar
- ☞ Torneio Nacional "Navidad" (Espanha) - Cadetes Masculinos (2004) - 4º lugar
- ☞ Torneio Nacional "Navidad" (Espanha) - Cadetes Femininos (2004) - 3º lugar
- ☞ III Torneio Internacional Cidade de Gaia - Cadetes Masculinos (2006) - 3º Lugar
- ☞ III Torneio Internacional Cidade de Gaia - Juniores Masculinos (2006) - 1º Lugar
- ☞ Torneio Nacional "Navidad" (Espanha) - Juniores Masculinos (2005) - 4º lugar
- ☞ Torneio Nacional "Navidad" (Espanha) - Juniores Femininos (2005) - 4º lugar
- ☞ Torneio Internacional Novotel Cup (2006) - Seniores Femininas (2006) - 1º lugar
- ☞ Torneio Internacional Novotel Cup (2007) - Seniores Femininas (2007) - 1º lugar
- ☞ Torneio Internacional dos 60 anos FPV - Seniores Masculinos - 1º lugar
- ☞ 1ºs Jogos da Lusofonia (2006) - Seniores Masculinos - 1º lugar
- ☞ 1ºs Jogos da Lusofonia (2006) - Seniores Femininos - 1º lugar
- ☞ Torneio Internacional de Lamego - Seniores Masculinos - 2º lugar
- ☞ Torneio dos 65 anos da AVP - Seniores Femininos - 1º lugar
- ☞ Torneio Internacional Novotel Cup (2008) - Seniores Femininos - 3º lugar
- ☞ Salompas Cup 2008/2009 - Seniores Femininos - 6º lugar
- ☞ Torneio Nacional "Navidad" (Espanha) - Juniores Femininos (2007) - 4º lugar
- ☞ Torneio Nacional "Navidad" (Espanha) - Juniores Masculinos (2007) - 2º lugar
- ☞ IV Torneio Internacional Cidade de Gaia - Juniores Masculinos (2007) - 2º Lugar

CICLO OLIMPICO - 2009 / 2012

10.9 - JOGOS OLÍMPICOS

- ☞ Pré-Qualificação "Jogos Olímpicos Londres 2012" (2011) - Seniores Femininas - 2º lugar
- ☞ Pré-Qualificação "Jogos Olímpicos Londres 2012" (2011) - Seniores Masculinos - 4º lugar

10.10 - CAMPEONATOS EUROPEUS

- ☞ Liga Europeia 2009 - Seniores Masculinos - 3º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Cadetes Masculinos (2009) - 6º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Cadetes Femininos (2009) - 5º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Seniores Femininos 2011 (2010)
 - 2ª ronda - 4º lugar - 1ª volta
 - 4º lugar - 2ª volta

- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Seniores Masculinos 2011 (2010)
2ª ronda - 1º lugar - 1ª volta
- 1º lugar - 2ª volta
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Júniores Femininos (2010) - 6º lugar - 2ª ronda
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Júniores Masculinos (2010) - 3º lugar - 2ª ronda
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Júniores Masculinos (2010) - 4º lugar - 3ª ronda
- ☞ Liga Europeia 2010 - Seniores Masculinos - 1º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Cadetes Masculinos (2011) - 4º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Cadetes Femininos (2011) - 4º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Júniores Masculinos (2012) - 6º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Júniores Femininos (2012) - 6º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Seniores Masculinos 2013 (2012)
☞ Torneio 1 - 3º lugar ; Torneio 2 - 3º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Seniores Femininos 2013 (2012) - 6º lugar
☞ Torneio 1 - 4º lugar ; Torneio 2 - 4º lugar

10.11 - CAMPEONATOS MUNDIAIS

- ☞ Poule Qualificação para Campeonato Mundo 2010 - Seniores Masculinos - 1º lugar (2ª Fase)
- ☞ Poule Qualificação para Campeonato Mundo 2010 - Seniores Masculinos - 4º lugar (3ª Fase)
- ☞ Poule Qualificação para Campeonato Mundo 2010 - Seniores Femininos - 2º lugar (1ª Fase)
- ☞ Poule Qualificação para Campeonato Mundo 2010 - Júniores Masculinos - 2º lugar (1ª fase - 1 volta)
- ☞ Poule Qualificação para Campeonato Mundo 2010 - Júniores Masculinos - 4º lugar (1ª fase - 2 volta)
- ☞ Poule Qualificação para Campeonato Mundo 2010 - Júniores Femininos - 4º lugar (2ª fase)
- ☞ Qualificação para a Liga Mundial 2011 - 2º lugar
- ☞ Liga Mundial 2011 - 14º lugar
- ☞ Qualificação para a Liga Mundial 2012 - 1º lugar
- ☞ Poule Qualificação Europeia para Campeonato Mundo 2012 - Júniores Masculinos - 3º lugar (2011)
- ☞ Poule Qualificação Europeia para Campeonato Mundo 2012 - Júniores Femininos - 5º lugar (2011)
- ☞ Fase Final Campeonato da Europa 2011 - Seniores Masculinos - 14º lugar
- ☞ Liga Mundial 2012 - 16º lugar - 14º lugar (Poule)
- ☞ Play-off de Qualificação para a Liga Mundial 2013 - 2ª lugar

10.12 - OUTROS

- ☞ Torneio Nacional “Navidad” (Espanha) - Júniores Femininos (2008) - 3º lugar
- ☞ Torneio Nacional “Navidad” (Espanha) - Júniores Masculinos (2008) - 3º lugar
- ☞ V Torneio Internacional Cidade de Gaia - Júniores Masculinos (2008) - 2º Lugar
- ☞ 2ºs Jogos da Lusofonia (2009) - Seniores Masculinos - 1º lugar
- ☞ 2ºs Jogos da Lusofonia (2009) - Seniores Femininos - 1º lugar
- ☞ VI Torneio Internacional Cidade Gaia - Júniores Masculinos (2010) - 4º Lugar
- ☞ Torneio Nacional “Navidad” (Espanha) - Júniores Femininos (2011) - 3º lugar
- ☞ Torneio Nacional “Navidad” (Espanha) - Júniores Masculinos (2011) - 4º lugar

CICLO OLIMPICO - 2012 / 2016

10.13 - JOGOS OLÍMPICOS

10.14 - CAMPEONATOS EUROPEUS

- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Cadetes Masculinos (2013) - 4º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Cadetes Femininos (2013) - 4º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Júniores Femininos (2014) - 4º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de Júniores Masculinos (2014) - 3º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa 2015 - Seniores Femininos (2014) - 3º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa 2015 - Seniores Masculinos (2014) - 2º lugar (1ª e 2ª rondas)
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de U19 Masculinos 2015 (BUL) - 3º lugar
- ☞ Poule de Qualificação para o Campeonato da Europa de U18 Femininos 2015 (SVK) - 2º lugar

- ↵ Play-off de Apuramento para o Campeonato da Europa Seniores Masculinos - Jogo Apuramento - 2º lugar

Voleibol de Praia

↵ 2013

- CEV Youth Beach Volleyball Continental CUP - Masc. - 3º lugar ; - Fem. - 3º lugar
- CEV Masters - Masc. - 13º classificados
- CEV Satelite - Masc. - 25º classificados

↵ 2014

- CEV Beach Volleyball Continental CUP - Masc. - 2º lugar ; - Fem. - 2º lugar
- Campeonato Europeu U 20 - Masc. - 8º lugar
- Campeonato Europeu U 18 - Fem. - 17º lugar

↵ 2015

- CEV Beach Volleyball Continental CUP (AUS) - 3ª Rounda - Pool A
 - Masc. - 4º lugar ;
 - Fem. - 4º lugar
- CEV Beach Volleyball Continental CUP (ISR) 4ª Ronda - Pool D - Masc. - 4º lugar
- Campeonato Europeu U 22 (POR) - Masc. - 9º, 17º e 25º lugares
 - Fem - 17º, 25º lugares
- Campeonato Europeu U 20 (CYP) - Masc. - 9º lugar
- Campeonato Europeu U 18 (LAT) - Masc. - 25º lugar
 - Fem - 25º lugar

10.15 - CAMPEONATOS MUNDIAIS

- ↵ Poule Qualificação para Campeonato Mundo 2014 - Seniores Femininos (2013) - 3º lugar
- ↵ Poule Qualificação para Campeonato Mundo 2013 - Juniores Masculinos - 4º lugar
- ↵ Poule Qualificação para Campeonato Mundo 2013 - Juniores Femininos - 4º lugar
- ↵ Liga Mundial 2013 - 17º lugar - |5º lugar (Poule)
- ↵ Liga Mundial 2014 - 5ª lugar em 12 equipas Grupo 2 |2º lugar (Poule)
- ↵ Poule Qualificação para Campeonato Mundo 2014 - Seniores Masculinos - 3º lugar
- ↵ Poule de Qualificação Europeia para o Campeonato Mundo de U21 Masculinos 2015 (BEL) - 4º lugar
- ↵ Liga Mundial 2015 - 18º em 32 equipas

Voleibol de Praia

↵ 2013

- Campeonato do Mundo U19 - Masc. - 9º lugar; - Fem. - 17º lugar

↵ 2014

- Apuramento Europeu p/ Campeonato do Mundo U17 - Masc. - 5º lugar; - Fem. - 4º lugar
- Campeonato do Mundo U17 - Masc. - 17º lugar; - Fem. - 17º lugar
- Campeonato do Mundo U19 - Masc. - 17º lugar; - Fem. - 25º lugar

10.16 - OUTROS

- ↵ Torneio Nacional “Navidad” (Espanha) - Juniores Femininos (2012) - 3º lugar
- ↵ Torneio Nacional “Navidad” (Espanha) - Juniores Masculinos (2012) - 4º lugar
- ↵ Torneio Nacional “Navidad” (Espanha) - Juniores Femininos (2013) - 4º lugar
- ↵ Torneio Nacional “Navidad” (Espanha) - Juniores Masculinos (2013) - 4º lugar
- ↵ Torneio Nacional “Navidad” (Espanha) - Cadetes Masculinos (2014) - 1º lugar
- ↵ Torneio Nacional “Navidad” (Espanha) - Cadetes Femininos (2014) - 4º lugar
- ↵ Torneio Internacional WEVZA (Espanha) - Sub/18 Masculinos (2014) - 6º lugar
- ↵ Torneio Internacional WEVZA (Suiça) - Sub/17 Femininos (2014) - 7º lugar

- ↩ Torneio Internacional WEVZA (Itália) - Sub/17 Masculinos (2015) - 6º lugar
- ↩ Torneio Internacional WEVZA (Espanha) - Sub/16 Femininos (2015) - 6º lugar
- ↩ Torneio Internacional WEVZA (França) - Sub/18 Femininos (2015) - 8º lugar
- ↩ Torneio Internacional WEVZA (Espanha) - Sub/19 Masculinos (2015) - 5º lugar

Voleibol de Praia

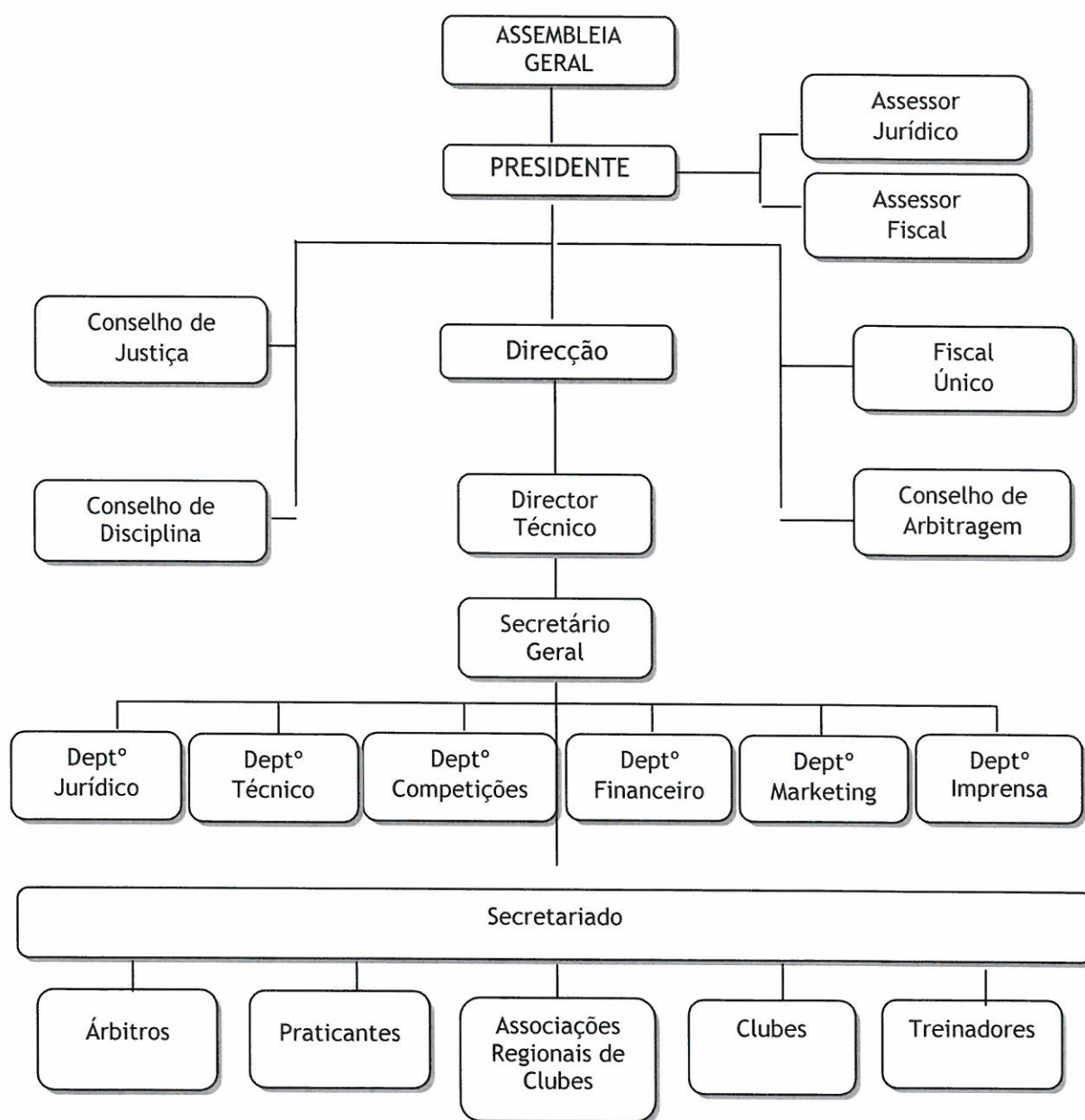
↩ 2014

- Torneio Wevza U21 - Masc. - 2º lugar; - Fem. - 2º lugar
- Torneio “FXPRO Monte Carlo Beach Volley 2014” - Fem - 2º lugar

↩ 2015

- Torneio Wevza U17 (BEL) - Masc. - 5º e 8º lugar
- Fem. - 7º e 11º lugar
- Torneio Wevza U 19 (POR) - Masc. - 1º e 4º lugar
- Fem - 4º e 5º lugar
- Torneio Wevza U 21 (POR) - Masc. - 2º e 7º lugar
- Fem - 7º e 8º lugar

**ESTRUTURA ORGÂNICA
DA
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL**



QUADRO III

Enquadramento Humano da Federação

ANO 2012/2016

1. DIRIGENTE

LISTA DOS CORPOS GERENTES

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE	Rolando Nunes de Sousa
VICE-PRESIDENTE	Vasco Américo de Oliveira Costa Gonçalves
SECRETÁRIO	Eduardo Elías da Silva

PRESIDENTE

Vicente Henrique Gonçalves de Araújo

DIRECÇÃO

Vicente Henrique Gonçalves de Araújo
Álvaro Agostinho Fernandes Lopes
Amilcar António Miranda Gomes Saavedra
Manuel Fernando Rosas de Castro Pereira
Pedro Manuel da Fonseca Oliveira
Joaquim Pacheco de Castro
António Serafim Valente de Almeida
Henrique Alexandre Faria Fernandes Teixeira Gomes
António Manuel Alves Pinto de Sá
Jesuína Amélia Soares de Melo
Maria de Lurdes Cunha Antunes Lopes

CONSELHO DE DISCIPLINA

Presidente	Vera Alves Pereira
Vogal	Carlos Jorge Costa Pinto
Vogal	José António Fontainha Borja Serafim
Vogal	Odília Mota
Vogal	Pedro Jorge Gomes de Araújo Barros

CONSELHO DE JUSTIÇA

Presidente	José Manuel de Araújo Barros
Vogal	António Gabriel Couto Alves dos Reis
Vogal	Hugo Magalhães Dias
Vogal	Vítor Patrick Magalhães Meira da Cruz
Vogal	Tiago João Tavares dos Santos Silva

CONSELHO DE ARBITRAGEM

Presidente	João Teotónio Nora de Magalhães
Vogal	José Fernando Lopes Casanova
Vogal	Arnaldo Manuel de Oliveira Rocha
Vogal	João Augusto Sá Ribeiro Guerra
Vogal	António José Pimentel

CONSELHO FISCAL

Fiscal Único

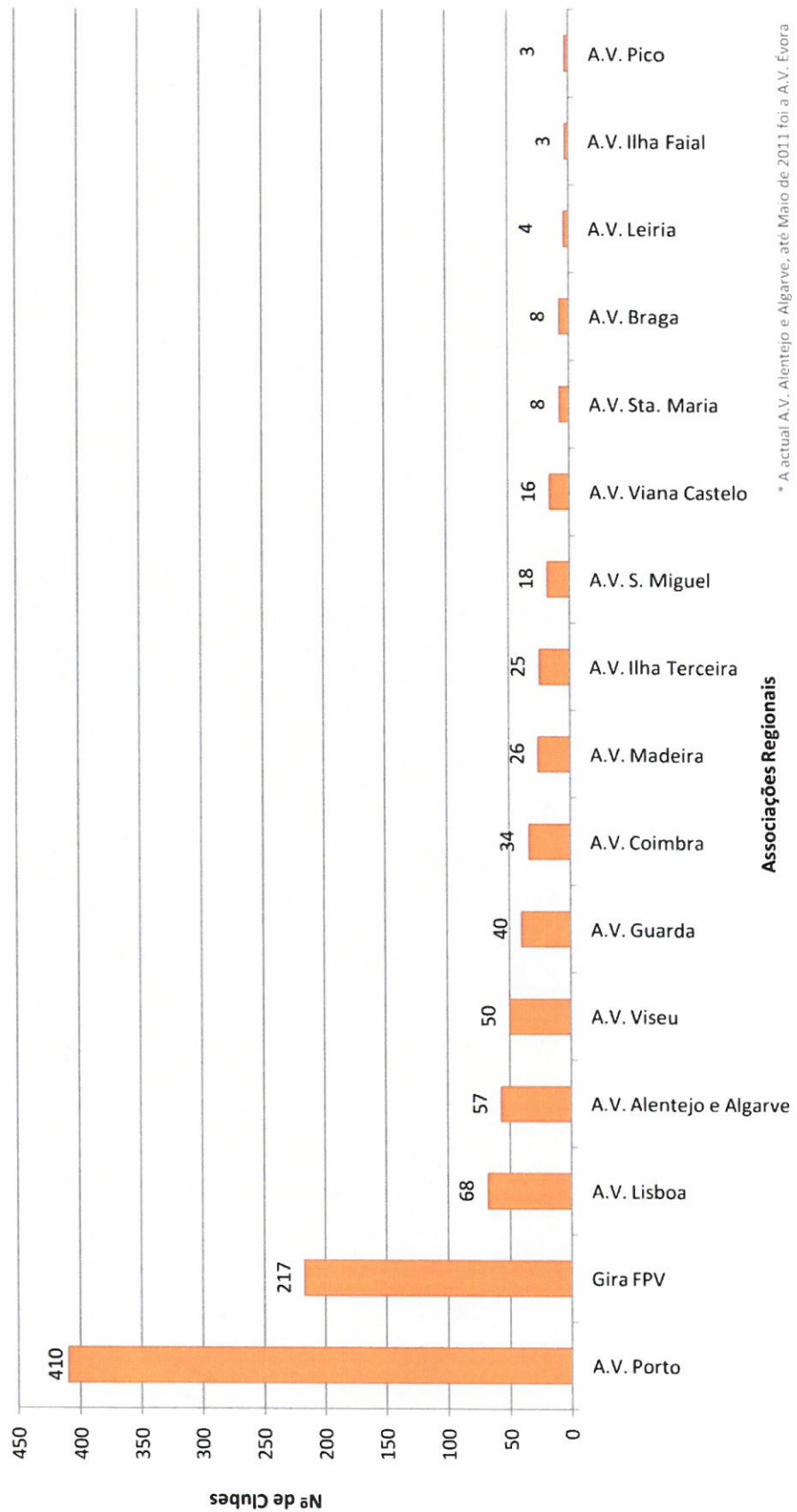
ELEMENTOS ORGÂNICOS

QUADRO I
IMPLANTAÇÃO GEOGRÁFICA DA MODALIDADE NO PAÍS

ÉPOCA DESPORTIVA 2014/2015

CARACTERIZAÇÃO ----- DISTRITOS	ASSOCIAÇÕES	CLUBES	ATLETAS
CONTINENTE, AÇORES, MADEIRA			
CONTINENTE			
AVEIRO	INSERIDO NO PORTO/COIMBRA	104	5139
BEJA	S	28	1562
BRAGA	S	108	4555
BRAGANÇA	INSERIDO NO PORTO	12	539
CASTELO BRANCO	INSERIDO NA GUARDA	3	147
COIMBRA	S	33	1150
ÉVORA	INSERIDO NO ALENTEJO	8	384
FARO	INSERIDO NO ALENTEJO	16	207
GUARDA	S	37	1416
LEIRIA	S	17	579
LISBOA	S	63	2587
PORTALEGRE	INSERIDO NO ALENTEJO	3	303
PORTO	S	356	16981
SANTARÉM	INSERIDO EM LEIRIA	29	1243
SETÚBAL	INSERIDO EM LISBOA	8	517
VIANA DO CASTELO	S	23	700
VILA REAL	INSERIDO EM VISEU/GUARDA	4	129
VISEU	S	50	1754
AÇORES - ILHA TERCEIRA	S	25	977
AÇORES - S. MIGUEL	S	18	892
AÇORES - PICO	S	3	203
AÇORES - FAIAL	S	3	101
AÇORES - STª MARIA	S	8	346
MADEIRA	S	26	710
TOTAL	15	987	43121

Nº DE CLUBES POR ASSOCIAÇÃO REGIONAL 2014/15



Associações Regionais

ELEMENTOS HUMANOS

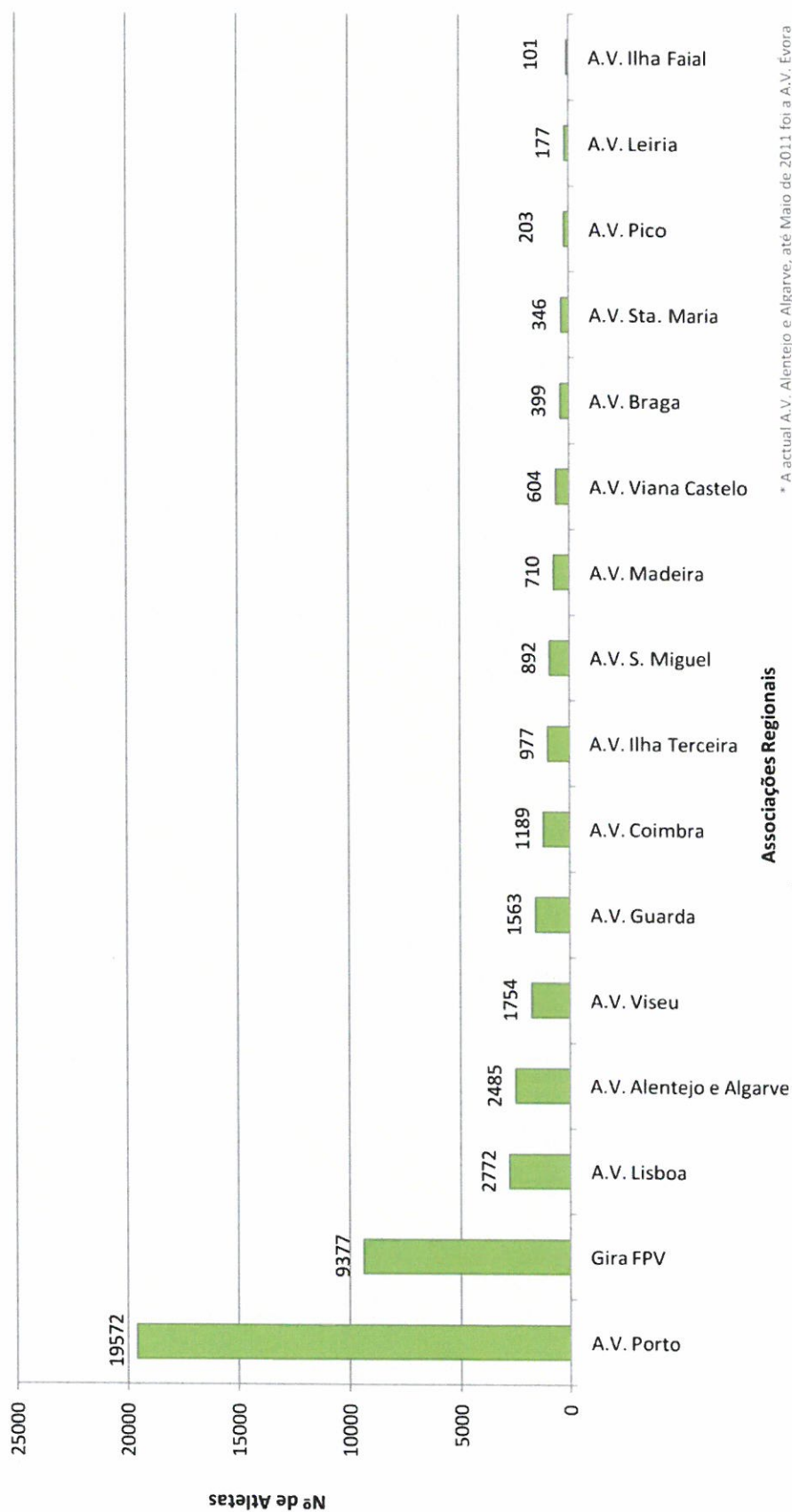
2014/2015

Quadro 1

NÚMERO DE PRATICANTES **COM SEGURO DESPORTIVO** QUE PARTICIPARAM NO QUADRO COMPETITIVO OFICIAL

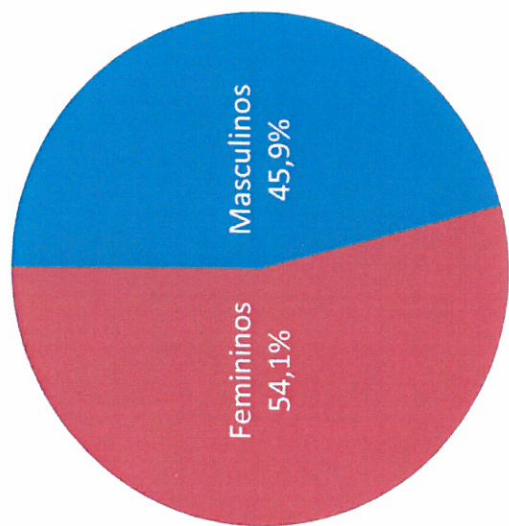
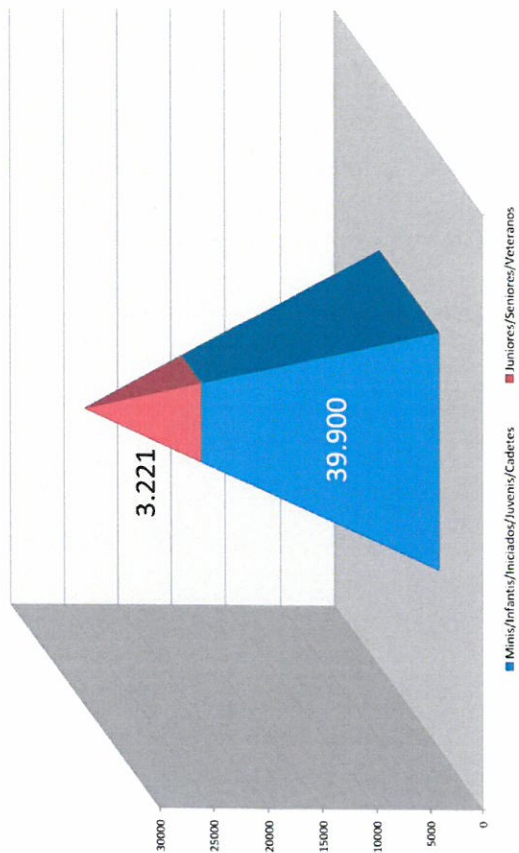
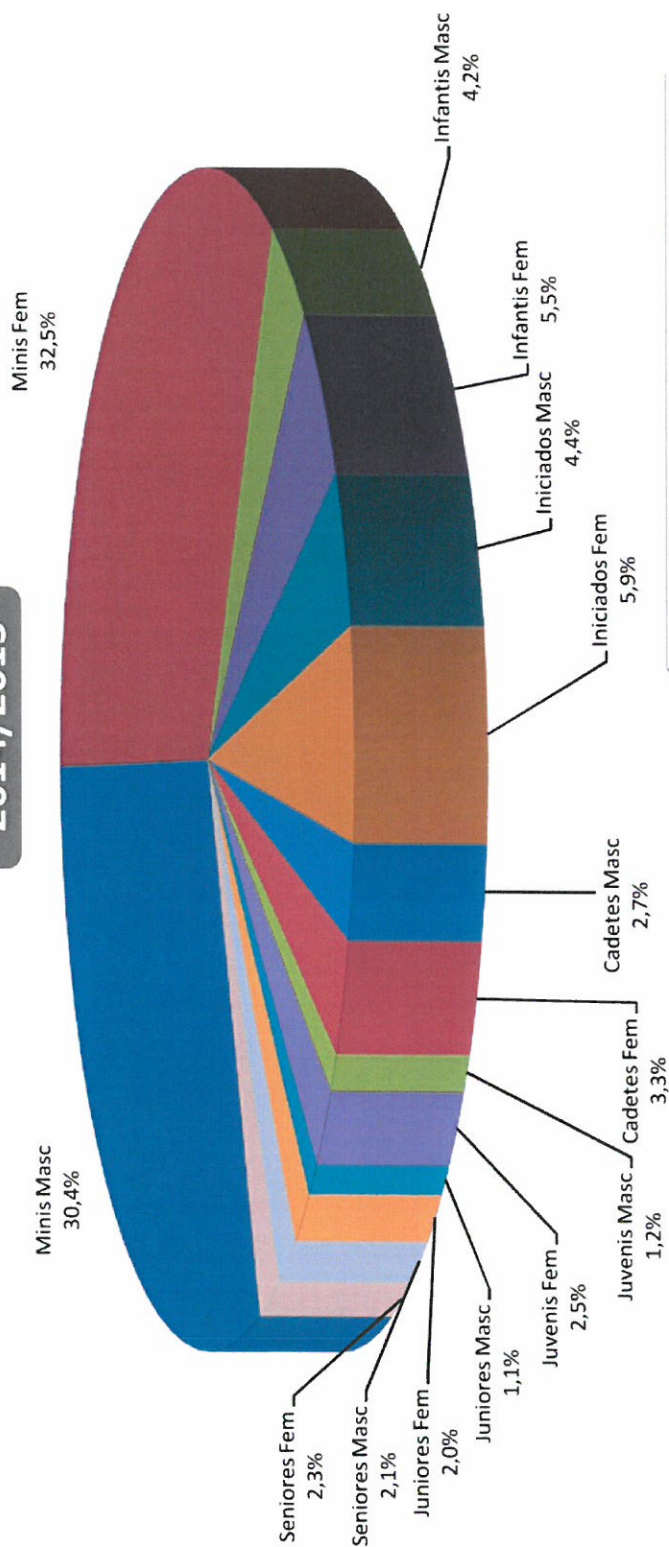
FEDERAÇÃO		VOLEIBOL											
Distritos	Até Juniores Masculinos	Até Juniores Femininos	Juniores Masculinos	Juniores Femininos	Seniores Masculinos	Seniores Femininos	Veteranos Masculinos	Veteranos Femininos	Total Masculinos	Total Femininos	TOTAL		
Aveiro	2317	2364	165	146	102	45	0	0	2584	2555	5139		
Beja	788	759	7	5	3	3	0	0	795	767	1562		
Braga	2098	2276	8	60	66	47	0	0	2172	2383	4555		
Bragança	260	272	3	1	3	0	0	0	266	273	539		
Castelo Branco	85	62							85	62	147		
Coimbra	481	540	8	47	33	41	0	0	522	628	1150		
Évora	161	138	8	25	20	32	0	0	189	195	384		
Faro	57	56	2	6	57	29			116	91	207		
Guarda	713	667	10	5	17	4	0	0	740	676	1416		
Leria	243	238	13	22	42	21	0	0	298	281	579		
Lisboa	539	1536	58	184	94	176			691	1896	2587		
Portalegre	153	150							153	150	303		
Porto	7637	8636	86	215	183	224	0	0	7906	9075	16981		
Santarém	630	610	3	0					633	610	1243		
Setúbal	173	315				29			173	344	517		
Viana do Castelo	316	350		1	14	19			330	370	700		
Vila Real	58	66			2	3	0	0	60	69	129		
Viseu	764	884	11	1	52	42	0	0	827	927	1754		
Açores	767	1167	88	125	166	206	0	0	1021	1498	2519		
Madeira	195	378	8	23	42	64	0	0	245	465	710		
TOTAL	18435	21464	478	866	893	985	0	0	19806	23315	43121		

Nº DE ATLETAS POR ASSOCIAÇÃO REGIONAL 2014/15



Associações Regionais

2014/2015



ELEMENTOS HUMANOS

2014/2015

Quadro 2

FEDERAÇÃO		VOLEIBOL									
Distritos	Clubes	Praticantes	Dir. gentes	Árbitros	Mon. Graul	Grul 2	Grul 3	Grul 4	Treinadores		
									Grul 2	Grul 3	
Aveiro	104	5139	2	3	19	21	15				
Braça	26	1982	1	2							
Brago	108	4555	15	18	11	12	9				
Bragança	12	589			1						
Castelo Branco	5	147			1						
Coimbra	33	1150	1	14	7	11	1				
Évora	6	364			1						
Faro	16	207		1	2						
Guarda	37	1416	1	2	2	2					
Leiria	17	579	4	1	7	2	4				
Lisboa	65	2587	15	42	56	59	26				
Porto	3	903									
Porto	352	15981	84	42	74	72	45				
Santarém	29	1250									
Setúbal	6	517			7	7					
Viana do Castelo	23	700	3	6	6	4	2				
Vila Real	4	129									
Viseu	50	1754	2	15	6	6					
Azores	57	2519	98	71	50	57	7				
Madeira	26	710	1	1	3	4	3				
TOTAL	987	43121	225	218	262	277	106	0			

QUADRO DAS ACTIVIDADES

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VOLEIBOL

- ♦ Campeonato Nacional de Seniores Femininos - I Divisão
- ♦ Campeonato Nacional de Seniores Masculinos - I Divisão
- ♦ Campeonato Nacional Seniores Femininos - II Divisão
- ♦ Campeonato Nacional Seniores Masculinos - II Divisão
- ♦ Campeonato Nacional Seniores Masculinos - III Divisão
- ♦ Campeonato Nacional Seniores Masculinos - III Divisão
- ♦ Campeonato Nacional de Juniores Femininos
- ♦ Campeonato Nacional de Juniores Masculinos
- ♦ Campeonato Nacional de Juvenis Femininos
- ♦ Campeonato Nacional de Juvenis Masculinos
- ♦ Campeonato Nacional de Cadetes Masculinos
- ♦ Campeonato Nacional de Cadetes Femininos
- ♦ Campeonato Nacional de Iniciados Femininos
- ♦ Campeonato Nacional de Iniciados Masculinos
- ♦ Campeonato Nacional de Infantis Femininos
- ♦ Campeonato Nacional de Infantis Masculinos
- ♦ Taça de Portugal de Seniores Femininos
- ♦ Taça de Portugal de Seniores Masculinos
- ♦ Super Taça Masculina
- ♦ Super Taça Feminina
- ♦ Encontro Nacional de Minivoleibol Masculino e Feminino
- ♦ Campeonato Nacional de Voleibol de Praia Seniores Masculinos e Femininos
- ♦ Campeonato Nacional de Voleibol de Praia de Juniores Masculinos e Femininos
- ♦ Campeonato Nacional de Voleibol de Praia em Sub 18 e 20 Masculinos e Femininos
- ♦ Encontros Regionais Taça Kinder
- ♦ Encontro Nacional Taça Kinder
- ♦ Encontros Regionais de Gira-Volei
- ♦ Encontro Nacional Gira-Volei
- ♦ Encontros Regionais Gira+
- ♦ Encontro Nacional Gira+
- ♦ Encontros Regionais Família Gira
- ♦ Encontro Nacional Família Gira
- ♦ Encontros Regionais de Gira-Praia
- ♦ Encontro Nacional Gira-Praia

III - OBJECTIVOS A ATINGIR

Política de desenvolvimento da F.P.V. para 2016

O conhecimento das tendências e as perspectivas de desenvolvimento económico e social do País são sempre necessários, pela repercussão que estes factores têm sobre o desenvolvimento desportivo, pelo seu financiamento e, por extensão, sobre a nossa modalidade. Assim, o Boletim Económico do Banco de Portugal de Outubro dá-nos algumas perspectivas. Nele se aponta que, em 2015, a economia portuguesa manteve uma trajectória de recuperação moderada, consistente com o reinício do processo de convergência real face à média da área do euro e sustentada por um dinamismo robusto da procura externa, uma menor fragmentação financeira na área do euro e uma melhoria nas condições monetárias e financeiras, para o que contribuiu o conjunto alargado de medidas de política adoptadas pelo BCE (QE). A nível interno, observou-se uma consolidação de expectativas favoráveis dos agentes económicos relativamente à evolução do rendimento permanente, num quadro de melhores condições financeiras. A conjugação destes factores contribuiu para o dinamismo da procura interna, com destaque para o consumo de bens duradouros e o investimento em máquinas e material de transporte. De assinalar também que, ao longo do último ano, continuou a observar-se um crescimento robusto das exportações, em linha com a procura externa dirigida à economia portuguesa, um dinamismo que foi extensível às componentes de bens e serviços. Por outro lado, no mercado de trabalho registou-se um aumento significativo do emprego no sector privado, uma diminuição do emprego no sector público e uma forte queda do desemprego.

Assim e tendo em conta o contexto actual, sublinha-se que os desafios que impendem sobre a economia portuguesa não podem ser minorizados, tanto a nível externo como interno. Internamente, destaca-se o processo de ajustamento estrutural e de correcção duradoura dos desequilíbrios macroeconómicos, que exige aprofundamento. É ainda crucial manter um quadro institucional previsível e promotor da estabilidade macroeconómica. Neste âmbito, sublinha-se a importância do cumprimento dos compromissos, pelas autoridades nacionais, das regras orçamentais europeias, que permitirá assegurar uma diminuição sustentada do actual nível de dívida pública em percentagem do PIB, reduzindo essa vulnerabilidade latente na economia portuguesa. Neste contexto, tem-se registado uma correcção assinalável dos desequilíbrios económicos internos e externos. No entanto, as dificuldades e incertezas sobre a sustentabilidade do nosso desenvolvimento económico e social continuam presentes. Em 2014, num estudo apresentado por Reinhart e Rogoff sobre as crises e recessões, os autores sugerem que, em média, o PIB *per capita* em termos reais cai cerca de 10 por cento, as recessões duram cerca de 3 anos e as recuperações demoram cerca de 4 anos até se atingir o nível de PIB *per capita* anterior à crise. Na economia portuguesa o PIB actual é ainda inferior em cerca de 8% ao de 2008, o que revela bem a perda de riqueza sofrida e a dificuldade de recuperação. Neste sentido, o Núcleo de Estudos de Conjuntura sobre a Economia Portuguesa (NECEP) da Universidade Católica na sua Folha Trimestral de Conjuntura do Outono prevê que o ano de 2016 continuará a ter o mesmo tipo de factores de risco dos últimos anos, incluindo a conjuntura externa e a evolução da crise das dívidas soberanas da zona euro. Perante este cenário, o NECEP reviu em baixa as estimativas de crescimento da economia portuguesa para este e para o próximo ano, uma decisão que justifica com a evolução económica "frágil", a qual tem sido marcada, por um lado, por sinais de passividade orçamental e, por outro lado, por um crescimento abaixo do que seria de esperar", considerando "factores benéficos" como o baixo preço do petróleo e a desvalorização do euro face ao dólar. Assim, os principais riscos que se colocam à economia portuguesa são o investimento e as restrições orçamentais pois perdeu-se cerca de 33% do investimento desde 2010 e recuperámos apenas 10% desde 2013, o que quer dizer que todas as actividades produtivas que dependem do investimento continuam ainda sob pressão, o que é um problema. A Católica prevê agora que a economia portuguesa cresça 1,9% em 2015, quando antecipava um crescimento de 2,1%. Já para 2016, a previsão de crescimento da Católica é de 1,8%, uma revisão em baixa de 0,3 pontos percentuais face ao indicado anteriormente. O NECEP justifica esta revisão com a invulgar profundidade desta recessão, com as dificuldades ao investimento, riscos geopolíticos e com o crescimento moderado "ou mesmo estagnação" na Zona Euro.

O recente relatório de competitividade global para 2015-2016 do World Economic Forum - The Global Competitiveness Report mantém Portugal na 38.^a posição, entre 148 países. Para esta classificação, contribuiu em larga medida um melhor ambiente macroeconómico, aumento de confiança na política económica e a maior facilidade de acesso a financiamento. Em termos gerais, os economistas dizem-nos que a incerteza é um dos principais inibidores do desenvolvimento e do investimento no nosso País; não conseguimos controlar as condições que resultam da procura, mas devemos assegurar um quadro macroeconómico, legislativo, regulamentar e fiscal estável. A estabilidade, com base na qualidade das instituições, induz desenvolvimento e confere mais qualidade ao investimento. Neste sentido, surgiu nos últimos anos uma vasta literatura económica que destaca o papel da qualidade das instituições nos diferentes resultados dos países em termos de crescimento e desenvolvimento económico - o chamado “capital social”, o qual inclui as leis que sustentam o Estado de Direito e garantem os direitos de propriedade, mas também as que definem as instituições políticas e a interacção entre os parceiros sociais. Neste sentido, o capital social tem um lugar central no desenvolvimento económico, ao potenciar o impacto produtivo do capital físico, da qualificação da população activa e da acumulação de conhecimento técnico e organizacional.

Em 2016, queremos manter a qualidade do trabalho desenvolvido, que se tem centrado na expansão da modalidade, como o demonstram os dados de 2015, em termos do crescimento das equipas de formação e dos bons sinais da III Divisão, apesar das dificuldades, e dar continuidade a visibilidade mediática da mesma. A sua concretização pressupõe um ajustamento criterioso e constante, com base numa gestão eficaz e de contenção de custos, e assumindo a aplicação de estratégias competentes de resposta às exigências de desenvolvimento qualitativo e quantitativo, características do nível actual da nossa modalidade.

As perspectivas de desenvolvimento desportivo, quer em termos de financiamento do mesmo quer em termos das expectativas das políticas públicas para o desporto nacional, não são conhecidas, até pelas eleições recentes e alguma instabilidade política. No entanto, a nossa realidade passa por um défice público conhecido (previsões de 3,1% a 2,7% em 2015), e a concretização de medidas necessárias para o diminuir, as quais vão exigir de novo muito esforço e sacrifício de toda a sociedade portuguesa em 2016. No entanto, as verbas para o Desporto inscritas no Orçamento de Estado (OE) em 2015, tiveram um aumento de um pouco mais de 7,7 por cento face aos valores do OE em 2014, mas não compensaram as verbas cortadas nesse ano. Veremos o que nos reserva o OE de 2016

Como somos uma instituição com memória viva e histórica dos tempos que passamos, temos o conhecimento de que este contexto global não pode ser um factor de limitação da nossa acção. Os limites serão definidos pelas nossas capacidades e espírito empreendedor ao nível da criatividade, inovação, resiliência e trabalho, que são atributo das sociedades e empresas de sucesso.

Neste sentido, uma política desportiva consequente e racional não pode dispensar a prévia e ordenada definição de objectivos. Porque estes clarificam e direccionam as vontades, fixam o quadro geral das ambições, guiam as acções individuais e colectivas e justificam os meios ou recursos considerados como necessários para os resultados que se pretendem obter.

No âmbito da nossa política de desenvolvimento, constituem objectivos para 2016:

- Apoiar e incentivar a criação de clubes de Voleibol de formação - escalões de infantis, iniciados e juvenis, partindo das estruturas locais dos Centros de Gira-Volei e conjugando o apoio de instituições locais, nomeadamente as autarquias e escolas EB 2,3 Ciclos;
- Apoiar a implementação do novo projecto do Voleibol Sentado, visando promover e defender a inclusão social através do desporto. Este projecto visa a divulgação e implementação do mesmo a nível nacional, com a criação de núcleos e, futuramente, um quadro competitivo adaptado, sendo mais um projecto inovador.
- Apoiar e dar continuidade ao inovador projecto, no âmbito do Gira-Volei, seja ao Gira-Praia com dois escalões 13 a 15 anos e 16 a 18 anos, que visam incentivar os Centros Gira-Volei que para tal tenham capacidade a introduzir nestas idades o Voleibol de Praia; os melhores valores serão chamados para estágios regionais e nacionais, podendo participar no Campeonato Nacional de Subs, criando-se assim, uma outra via de motivação e competição para os jovens do Gira-Volei na sua evolução desportiva e voleibolista;
- Apoiar as Associações Regionais no seu desenvolvimento e no incentivo à sua participação na organização das fases finais dos escalões de formação, em conjunto com a estrutura federativa, os clubes, as autarquias e todo um conjunto de instituições e patrocinadores locais;

- Continuar a desenvolver e aumentar o número de atletas em actividade, mesmo tendo em conta as dificuldades do contexto socioeconómico, em todos os níveis da prática desportiva do Voleibol Nacional, do lazer e recreação, ao alto rendimento; manter e sustentar a implantação da modalidade em zonas de menor desenvolvimento do Voleibol Federado, privilegiando os centros urbanos, sem deixarmos de considerar os problemas fundamentais da interioridade e da insularidade, com o apoio das entidades locais - Autarquias, Regiões Autónomas, das instituições nacionais - SEDJ / IPDJ e da sociedade civil;
- Dar continuidade ao projecto do Centro de Treino de Alto Rendimento do Voleibol de Praia, o qual irá manter a sua actividade apoiando e desenvolvendo a preparação dos nossos jovens talentos desportivos na modalidade. Neste âmbito, iremos contar com o apoio logístico do I. Politécnico do Porto, através da Escola Superior de Educação, em cujos campos de Voleibol de Praia irá decorrer todo o trabalho de preparação;
- Manter e ampliar a implementação do sucesso do projecto Gira-Volei, quer a nível quantitativo quer qualitativo, apoiando o seu desenvolvimento e implementação;
- Prosseguir o desenvolvimento do Projecto Gira+, no enquadramento de toda a evolução do projecto Gira-Volei e de criação de novas oportunidades de prática desportiva dos jovens e adolescentes;
- Aumentar a formação e nível qualitativo da mesma; promover e apoiar o correcto desenvolvimento de uma prática desportiva juvenil baseada em sólidos fundamentos pedagógicos e éticos;
- Melhorar a organização dos eventos desportivos no que respeita à dimensão do seu espectáculo, sobretudo no que se refere ao Campeonato Nacional de Voleibol da I Divisão (Masculina e Feminina) e de Praia, bem como aos eventos internacionais das nossas selecções;
- Continuar a promover o desenvolvimento da imagem do Voleibol Nacional, através duma maior presença nos Media - mantendo o número de transmissões televisivas de 2015, nas quais não podemos deixar de salientar a presença do sector feminino com A Bola TV e procurando multiplicar as notícias diárias na imprensa escrita desportiva, generalista e na rádio;
- Continuar a incentivar o apoio aos nossos sites da Internet e nas redes sociais: www.fpvoleibol.pt; www.giravolei.com; Facebook; You Tube; Twitter; como factores de promoção audiovisual on-line do Voleibol nacional, das competições das Selecções Nacionais, aos clubes e aos eventos relacionados com a modalidade;
- Procurar aumentar os valores das receitas provenientes da sociedade civil, tendo em consideração que no actual contexto de crise económica, contenção orçamental, e diminuição do investimento em geral, não será fácil a sua consecução.

Na consecução destes objectivos, serão desenvolvidas, em continuidade, as seguintes acções:

- Inovar, promover e apoiar o projecto Gira-Praia, o qual tem como objectivos:
 - Dar oportunidade aos jovens dos escalões de 13-15 e 16-18 anos do Gira-Volei, de evoluírem na sua pratica e diversificarem a mesma no âmbito do Gira-Praia;
 - Estimular a prática desportiva nas férias grandes, através duma maior motivação e competitividade proporcionada pela participação no Voleibol de Praia ou Gira-Praia;
 - Continuar a cumprir uma função social de levar o desporto e, neste caso, o Voleibol de Praia nos Centros Gira-Volei aos jovens do interior e, normalmente, de zonas mais desfavorecidas, promovendo os valores do desporto e a prática do mesmo;
- Apoiar a implementação do Voleibol Sentado - “um jogo de equipa que pode ser jogado por pessoas com e sem deficiência.”, baseada numa dinâmica com os seguintes eixos de acção:
 - Intervenção centrada na luta contra a exclusão social, através de acções de promoção e divulgação paralelamente a outros projectos federativos (Selecções Nacionais; Gira-Volei e Gira-Praia), potenciando o acesso de pessoas com deficiência ou incapacidade;
 - Promoção e implementação da variante Voleibol Sentado, estimulando o aparecimento de núcleos desportivos inclusivos em instituições da estrutura desportiva, social e da área da saúde.

- Sensibilizar a adesão à prática do Voleibol junto dos mais jovens, através duma actividade regular e sistemática, bem como proporcionar condições para a melhoria qualitativa da prática institucionalizada do voleibol a nível competitivo;
- Continuar a fomentar a generalização da prática do Voleibol nos escalões etários mais baixos, a nível da animação e orientação desportiva:
 - ◆ Continuar a apoiar, ao nível do Gira-Volei, a criação de **novos Centros de Voleibol**, devidamente apetrechados e em parceria com as Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Associações, Clubes, Escolas, Instituições Culturais e Recreativas, e ainda numa intervenção mais activa na área social sempre que possível;
 - ◆ Manter o apoio que tem sido dado aos clubes, nos seus escalões de formação de infantis e iniciados, através de inscrições e seguros gratuitos, de custo zero na arbitragem, de modo a incentivar a criação e fomento destes escalões;
 - ◆ Promover e apoiar o desenvolvimento do Projecto Gira+ , que visa:
 - Dar continuidade ao Gira-Volei, nos escalões etários a partir dos 16 anos, os quais já não eram abrangidos pelo projecto;
 - Dar oportunidade aos jovens de praticarem desporto, nomeadamente o Voleibol, e em zonas geográficas com mais dificuldade de implementação dos clubes de voleibol;
 - Cumprir uma função social, de incentivo e captação dos jovens para a prática desportiva, através dos seus valores sociais, físicos e intelectuais, tentando dinamizar o seu ambiente social, pela ocupação dos seus tempos livres e de lazer, e tirando-os de ocupações mais ociosas ou desenquadradas socialmente, tal como a marginalidade e a toxicodependência;
 - ◆ Continuar a incentivar e desenvolver o Projecto - “Kinder Cup” (Voleibol ao Ar Livre), orientando-o para uma prática desportiva a dois níveis: uma mais de animação, lazer e recreação, tornando-o aberto a toda a família, e incentivando uma participação entre gerações, mista e parental; outra através da criação de um circuito com uma fase a nível regional e qualificando os melhores para uma fase nacional. Seja como actividade competitiva ou de lazer e recreação, incentivar a sua prática aberta e informal, em espaços variados, desde a praia, os parques citadinos e ambientes de ar livre, até aos espaços indoor.
 - ◆ Reforçar o cunho recreativo e de ocupação dos tempos livres da modalidade, através do Voleibol de Ar Livre, do Gira-Volei, do Gira+ do Gira-Praia, de acordo e no âmbito das medidas europeias para a prática da actividade física e visando também “Programa Nacional de Desporto com Todos e para Todos”(PNDCTPT) do IPDJ em implementação;
 - ◆ Sustentar e apoiar a operacionalização de acções de promoção da Kinder Cup, do Gira-Volei e do Gira +, ao nível escolar, autárquico e comunitário.
 - ◆ Continuar a organizar Campos de férias a nível local, regional e nacional, com apoio das Autarquias, dos Média e dos Sponsors.
 - ◆ Aumentar a intervenção nas Escolas, em cooperação com os Centros Gira-Volei escolares já implementados, avançando também com o Gira-Praia nos que para tal tiverem condições mínimas, e em colaboração com a estrutura coordenadora do Desporto Escolar.
- Consolidar, ampliar e apoiar a organização desportiva do Voleibol nacional, criando condições para a coordenação das actividades resultantes das iniciativas locais e regionais, no sentido da sua integração no plano nacional:
 - ◆ Apoiar e dinamizar as Associações Regionais pela continuidade da actual política de atribuição de financiamentos de acordo com os seus projectos, expressos nos Contratos Programa (Decreto Lei 248-B/2008, referente ao Regime Jurídico das Federações Desportivas) visando um maior dinamismo e operacionalidade das mesmas; incentivar a sua participação na organização das fases finais nacionais dos campeonatos dos escalões de formação, em conjunto com a estrutura federada, os clubes, as autarquias e o apoio de patrocinadores e de instituições locais;
 - ◆ Incentivar o dinamismo dos Centros Gira-Volei, sobretudo dos mais estruturados em termos de apoios locais e institucionais - escolas e autarquias, apoiando e fomentando a sua inserção na competição federada, através da criação de novos clubes, na área dos escalões de formação: infantis e iniciados;

- ◆ Dar continuidade e implementação ao projecto Gira-Praia, de apoio à detecção de talentos do Voleibol de Praia e de fomento do desenvolvimento do mesmo em todo o território nacional;
 - ◆ Reforçar a operacionalização de acções de promoção, a nível nacional, através do reforço de interacção do trinómio Federação/Associações/Clubes e instituições locais; tal viabilizará o desenvolvimento de projectos capazes de corresponder aos objectivos de desenvolvimento Nacional e Regional e, simultaneamente, permitirá continuar a dotar as Associações de meios técnicos e administrativos, capazes de dar respostas cabais às exigências de desenvolvimento;
 - ◆ Contratar e apoiar o trabalho de colaboradores técnico-organizativos, nos distritos onde não existem Associações Regionais (desenvolvendo um trabalho de promoção e desenvolvimento da modalidade, de incentivo à criação de Centros de Gira-Volei, Gira+ e de apoio à sua transformação em clubes federados. Logo que as condições de desenvolvimento regional o tornem possível, proceder-se-á à criação de uma Associação Regional.
- Apoiar e racionalizar as acções das diversas áreas de forma a reforçar:
- ◆ A operacionalização das organizações de coordenação, avaliação e controlo, existentes e a criar;
 - ◆ A coordenação, avaliação e controle do trabalho desenvolvido entre os diversos responsáveis por cada sector.
- Perspectivar e continuar a criar situações que facilitem e ajudem a ampliar a capacidade das organizações de acolhimento de novos praticantes a nível dos clubes, associações, colectividades, grupos de equipas de Voleibol do Desporto Escolar, e outras instituições, através dos projectos de desenvolvimento do Gira Volei, Gira-Praia, Voleibol de Praia, Gira+, Kinder Cup e Familiar, organizando e apoiando a criação de quadros de actividade aberta.
- Promover o apoio às acções de formação de técnicos - no âmbito do PNFT, árbitros, dirigentes e praticantes que visem a melhoria do nível da qualidade educativa, pedagógica e técnica das actuações respectivas.

A evolução gradual da implantação geográfica da modalidade ligada a:

No desenvolvimento desportivo, é importante termos em consideração o desenvolvimento demográfico, pois este é também, de certo modo, um factor condicionante - menos população, menor número de nascimentos, menos jovens, menos praticantes. Assim, os últimos dados do Instituto Nacional de Estatística (Estatísticas Demográficas 2011, 2013) dizem-nos que, em 31 de Dezembro de 2013, a taxa de crescimento natural da população foi de -0,23% valor negativo que associado a uma taxa de crescimento migratório de -0,35% contribuiu para uma taxa de crescimento efectivo de -0,57% caracterizando um novo abrandamento no crescimento da população (0,10% em 2009/10).

Neste sentido, a população residente em Portugal tem vindo a denotar um continuado envelhecimento demográfico, como resultado do declínio da fecundidade e do aumento da longevidade. Os dados da PORDATA dizem-nos que a população portuguesa a 31 de Dezembro de 2014 era composta por 14,5% de jovens (com menos de 15 anos de idade), 20,1% de idosos (65 e mais anos de idade) e 65,5% de população em idade activa (dos 15 aos 64 anos de idade). Um dado a notar é o da relação entre o número de idosos e de jovens, que se traduziu num índice de envelhecimento de 138,6% idosos por cada 100 jovens (120 em 2011).

As zonas litorais, com predominância da zona da Grande Lisboa, Grande Porto (em significativa menor percentagem e tendência de decréscimo), a região algarvia e as ilhas são as que apresentam taxas de natalidade mais elevadas do que a média nacional. Por oposição, temos os municípios do interior, com os valores mais baixos - Alentejo e zonas mais interiores e fronteiriças do Centro. Assim, segundo o Censo de 2011, os 10 concelhos mais populosos do País são: 1º Lisboa, 2º Sintra, 3º Vila Nova de Gaia, 4º Porto, 5º Cascais, 6º Loures, 7º Braga, 8º Matosinhos, 9º Amadora e 10º Almada. *Na última década, 7 dos 10 municípios mais populosos ganharam população: Cascais +21% (35 796 pessoas), Braga +10,5% (17 302 pessoas), Almada +8,2% (13 205 pessoas), Matosinhos +5,1% (8 452 pessoas), Vila Nova de Gaia +4,7% (13 546 pessoas), Sintra +3,9% (14 086 pessoas), Loures +3% (5 995 pessoas).*

Perderam população: Porto -9,7% (25 540 pessoas), Lisboa -3,0% (16 924 pessoas,) Amadora -0,5% (736 pessoas).

Um dos indicadores demográficos que permite aferir a capacidade de uma população em garantir a sua substituição é o Índice Sintético de Fecundidade. Este indicador relaciona o número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade). Em 2014, este indicador apresentou um valor de 1,21 muito distante do valor convencionado para a substituição de gerações (2,1) e o mais baixo de sempre em Portugal. Assim, a taxa de natalidade (crianças por mil habitantes) em Portugal é de 7,9%, sendo a taxa mais baixa da EU (10% média) e inferior à taxa de mortalidade 10,2%.

Em concreto, Portugal tem uma estrutura de distribuição da população muito concentrada nas regiões Norte, Centro e Lisboa (no total 84% da população) e nas NUT III (Nomenclaturas de Unidade Territorial - CE) do Litoral (ao todo 72% da população, da qual 38% está na Grande Lisboa, Grande Porto e Península de Setúbal, que correspondem respectivamente a 57,2% e a 3,7% da superfície).

Estes dados confirmam um acentuar de uma forte assimetria litoral - interior, em termos de desenvolvimento económico, social e cultural. Dados da Marktest (2011) mostram-nos que Portugal é um país com profundas assimetrias regionais: 6% do território continental concentra 50% do seu poder de compra, 45% da população, 47% das empresas, 70% da facturação empresarial, 73% dos impostos do Estado e 78% do crédito bancário. Acrescem as desigualdades sociais, em que a distribuição dos rendimentos do trabalho tem diminuído em relação ao valor global da riqueza produzida. Actualmente, dados do Eurostat (2014) apontam para valores proporcionais do peso do trabalho na distribuição da riqueza produzida na ordem de 33%, um índice que nos referencia a valores de 1973.

Tendo em conta estes dados, uma grande parte da capacidade produtiva, do desenvolvimento social e educativo, bem como do nível populacional, situa-se no litoral e nas grandes áreas metropolitanas.

Assim, o desenvolvimento desportivo na grande maioria das modalidades revela o mesmo padrão, ou seja, concentração do maior número de clubes, de praticantes e de instalações desportivas, na zona litoral, com incidência nos grandes aglomerados populacionais.

A partir dos dados atrás apontados, consideramos que a evolução gradual da implantação da modalidade terá de estar ligada ao desenvolvimento dos seguintes factores:

- ◆ Apoiar e fortalecer o desenvolvimento do Voleibol em locais onde o mesmo já está implantado, mas que necessitam de um apoio para um maior crescimento: Braga, no Alentejo/Algarve constituindo a Associação de Voleibol do Alentejo e Algarve um pólo de desenvolvimento, na Guarda, Bragança, Vila Real, Algarve e Viseu, bem como na zona da Grande Lisboa e Vale do Tejo, por ser a região com maior crescimento populacional;
- ◆ Continuar a dinamizar o trabalho das Associações que tiveram, nos últimos tempos, um decréscimo em alguns escalões do número de praticantes, incentivando a nível regional a implementação do Gira-Volei e do Gira+, como factor de desenvolvimento e crescimento da modalidade, baseado, sobretudo, no incentivo à criação de novos clubes de formação de infantis e iniciados;
- ◆ Apoiar e incentivar as Associações Regionais para uma maior intervenção em termos da dinâmica dos escalões de formação - fases finais e no âmbito do Voleibol de Praia - Campeonato Nacional; assim, a Federação, em colaboração com as Associações, vai procurar organizar as fases finais, contando com a participação e apoios locais: logísticos e de instalações, com base nas suas relações com as autarquias, as juntas de freguesia e outras instituições locais. No mesmo sentido se irá estimular as Associações a organizarem um circuito regional de Voleibol de Praia, os quais a nível de pontos e ranking terão etapas que serão enquadradas no Campeonato Nacional de Voleibol de Praia;
- ◆ Crescer por alastramento, mercê da implementação dos Centros de Gira-Volei, Gira-Praia e Gira+, e da sua evolução para uma prática federada - criação de clubes (no Alentejo/Algarve, o Gira-Volei tem sido um modelo de sucesso, tendo em conta o contexto ambiental), e respondendo a necessidades locais ou regionais, em zonas que por terem um passado com alguma tradição da modalidade, permitam uma implantação mais sólida e contínua, com perspectivas de desenvolvimento;

- ◆ Enquadrar o desenvolvimento do Voleibol de Praia, no inovador projecto que o liga aos Centros Gira-Volei (sobretudo os mais desenvolvidos) - Gira-Praia, bem como manter o apoio aos Centros de Formação Regionais e Centro de Alto Rendimento Nacional, é um dos objectivos desta Federação. A promoção desta vertente junto dos mais jovens, nas escolas, parques ou praias é prioritária.
- ◆ Continuar o crescimento ligado ao desenvolvimento de núcleos locais e regionais, apoiados na grande expressão dos Centros Gira-Volei, nas Autarquias, nas Associações e, onde estas não existam, por delegação da representação da Federação e ou através da definição de protocolos de apoio ao desenvolvimento da modalidade, com Instituições de Ensino Superior com cursos de Educação Física e Desporto - como tem sido o caso da UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), de modo a estimular o crescimento a nível local e regional;
- ◆ Aumentar a Formação de Técnicos no seu grau inicial - Grau I, de modo a responder às necessidades de quadros para o desenvolvimento dos núcleos locais, organizando, para tal, cursos em áreas de grande implementação do Gira-Volei e apoio das suas autarquias, como são - Viseu e Coimbra (região Centro), Guarda e Castro Verde, na zona Sul (Alentejo e Algarve), apesar das dificuldades que o novo PNFT, levanta, relativamente ao estágio profissionalizante;
- ◆ Continuar a apoiar e estimular as Associações, através dos contratos-programas de desenvolvimento, de formação e na operacionalização dos seus projectos, para que estas encontrem maior visibilidade e frutos no desenvolvimento do seu trabalho, bem como incentivem um empenho pessoal no desenvolvimento organizacional da própria entidade.

No âmbito da evolução e formação qualitativa dos diversos agentes desportivos:

Treinadores:

A Assembleia da República aprovou a Lei n.º 40/2012 de 28 de Agosto, cuja publicação veio substituir o Dec-Lei 248-A/2008 de 31 de Dezembro, que estabelece uma nova hierarquia da formação de treinadores, baseada em grande parte, no modelo europeu (European Coach Council - EU), o qual define uma formação em quatro graus - do I ao IV. A estratificação por graus obedece às recomendações europeias e define o alinhamento que articula a formação académica e a técnico-profissional. Esta baseia-se no facto de a cada grau de formação de treinadores corresponderem etapas de desenvolvimento dos praticantes desportivos, seguindo de perto as tendências actuais do mundo desportivo anglo-saxónico, no que se refere à articulação entre o LTAD (Long Term Athlete Development) e a formação e desenvolvimento dos treinadores - LTCD (Long Term Coach Development).

Esta regulamentação foi concluída pelo Despacho 5061/2010 de 22 de Março, que define as condições de acesso ao TPTD - Título Profissional de Treinador de Desporto,, que deve estar conforme às exigências da entidade certificadora - o Instituto Português do Desporto e da Juventude. I. P.

A publicação desta legislação (Lei e Despacho), tendo em conta o seu conteúdo, provocou significativas alterações na formação de treinadores, tornando obrigatória a formação contínua, bem como a tutoria na formação e acompanhamento dos treinadores, estando estes obrigados à realização de um estágio profissional.

O quadro 5, do livro - Plano Nacional de Formação de Treinadores, apresentado em Abril de 2010, apresenta a actual estrutura dos Graus de Formação de Treinadores:

Quadro 5. relação da carga horária das diferentes componentes de formação em cada um dos graus.

	GRAU 1	GRAU 2	GRAU 3	GRAU 4
Componente Geral	40h	60h	90h	135h
Componente Específica (modalidade)	40h	60h	90h	135h
Estágio	600h	800h	1.100h	1.500h
Total	680h	920h	1.280h	1.770h

De salientar que as horas de estágio definidas, não correspondem a horas presenciais de prática, mas à globalidade de trabalho a desenvolver no estágio (planificação, programação, preparação dos treinos, competição e análise do trabalho em desenvolvimento e auto-reflexão crítica).

Assim, a dinamização da formação, actualização e formação contínua dos treinadores nos seus vários níveis, com incidência nos seguintes pontos:

Treinadores de alto nível - Selecções Nacionais Seniores / D.T.N. - Grau - III; 1.^a Divisão A1 / Selecções Nacionais Formação - Grau - III, formação contínua, centrada na Acção Nacional de Formação Contínua. Definição e estruturação dos referenciais específicos do futuro curso de Grau - IV, caso solicitado pelo IPDJ (em apreciação e reformulação pelo mesmo); aperfeiçoamento dos referenciais específicos do Grau - III, parte específica (com base no PNFT e na preparação para a implementação da nova estrutura de certificação dos treinadores em quatro níveis), publicação dos conteúdos ou manuais ligados aos referenciais específicos;

Treinadores de formação - Grau - I e II, aperfeiçoamento dos referenciais específicos já produzidos para cada Grau, de acordo com a experiência dos cursos já realizados; produção dos conteúdos ou manuais para cada Grau de acordo com os referenciais específicos já produzidos. Formação contínua centrada em acções regionais a nível das Associações e também na Acção Nacional de Formação Contínua. Aprofundamento da parte curricular a nível técnico e tático, nos aspectos didácticos e metodológicos, com grande incidência no treino físico a desenvolver com os jovens, com aumento da parte de prática pedagógica, e com adopção prospectiva do modelo das fases de KI (recepção/ponto - recepção, distribuição, ataque e protecção), e KII (serviço/ponto - serviço, bloco, defesa, contra-ataque e protecção do mesmo). Idêntico no que se refere ao Grau - II, mas dum modo já definitivo de transição metodológica e didáctica, no que se refere à técnica e tática, enquadradas nas fases atrás definidas. Dar continuidade à definição em termos de formação do percurso de Desenvolvimento dos Atletas a Longo Prazo (LTAD - em língua inglesa) e os seus 5 patamares de desenvolvimento de talentos: a) fundamentos (divertimento e bases); b) aprender a treinar = treinador de Grau - I, c) treinar para formar; d) treinar para competir = Treinador de Grau - II,) treinar para ganhar = Treinador de Grau - III / IV; e do seu enquadramento na formação curricular dos treinadores (LTCD - Long Term Coach Developemnt, ligando o desenvolvimento dos treinadores ao dos participantes-atletas, e à criação de oportunidades de desenvolvimento e formação dos mesmos).

Implementa a Formação Contínua dos treinadores, tendo em conta o seu nível de certificação, a qual é obrigatória a partir de Novembro de 2013, de acordo com a Portaria da Regulamentação da Formação Contínua - portaria n.º - 326/2013 de 1 de Novembro pelo IPDJ . A não realização desta formação será factor limitativo da renovação da sua certificação - Título Profissional de Treinador/a de Desporto (TPTD), a médio prazo (5 anos), em termos de inscrição para renovação da licença de treinador e do TPTD.

A renovação do TPTD está dependente do preenchimento, cumulativo, durante o período de validade do TPTD, das seguintes condições (ver abaixo Quadro A):

- a) A realização de 10 Unidades de Crédito (UC) de formação contínua de actualização técnica e científica, diferenciada em relação ao Grau I e II do TPTD; da 10 UC exigidas, 5 UC terão de ser de formação específica obrigatória e, em geral 5 UC terão de ser de formação presencial;
- b) No Grau III (IV) não existe diferenciação entre a formação geral e específica, apenas a obrigatoriedade das 10 UC, 5 serem de formação presencial;
- c) Os formadores e os tutores que participem no processo de formação de treinadores de desporto, beneficiam de máximo de 50 % da UC exigidas para efeito de revalidação do respectivo TPTD, sendo a sua contabilização efectuada da seguinte forma:
 1. - Os formadores beneficiam da UC atribuídas na proporção do número de horas de formação da sua responsabilidade, em correspondência à área de formação em que a acção se enquadra;
 2. - Os tutores que participem no processo de formação em exercício integrado nas acções de formação inicial beneficiam, para efeitos da formação contínua, de uma equivalência de 2,5 UC na área de formação específica, por cada formando orientado, num máximo de 5 UC's.
- d) Inexistência de penalizações graves no exercício da actividade de treinador em termos de conduta ética e disciplinar, de acordo com os regulamentos da respectiva modalidade.

Quadro A. - portaria n.º - 326/2013 de 1 de Novembro - correspondência entre UC e exigência de Formação Contínua Obrigatória

GRAUS	Unidades de Crédito (UC) - exigidas	1 UC = 5 horas formação presencial e 10 horas se formação à distância
GRAU I	10 UC (5 UC formação específica obrigatória; 5 através de formação presencial obrigatória)	10 UC em 5 anos (50 horas se presencial)
GRAU II	10 UC (5 UC formação específica obrigatória; 5 através de formação presencial obrigatória)	10 UC em 5 anos (50 horas se presencial)
GRAU III	10 UC (5 UC através de formação presencial obrigatória)	10 UC em 5 anos (50 horas se presencial)

Registo de unidades de crédito:

1 – Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 8.º da Lei n.º 40/2012, de 28 de Agosto, os treinadores de desporto devem proceder ao registo das UC's necessárias à revalidação do TPTD, através de plataforma electrónica criada para esse fim, logo que tal seja possível.

2 – Para efeitos de revalidação do TPTD só são consideradas as unidades de UC em ações de formação cujas temáticas correspondam ao quadro de intervenção definido pelo grau de formação do treinador, ou em grau subsequente.

Por outro lado, esta formação contínua anual deverá basear-se nos seguintes acções, tendo em conta o nível de certificação:

- Treinadores de Grau - IV / III - frequência obrigatória da acção de formação contínua nacional; (Regiões Autónomas da Madeira e Açores - sem definição específica à sua situação);
- Treinadores de Grau - II - acção de formação contínua de âmbito nacional (acção nacional de formação contínua) ou uma formação contínua regional - Norte, Centro, Sul e Regiões Autónomas da Madeira e Açores, a organizar pelas respectivas Associações Regionais, com formadores regionais ou nacionais e com capacidades e número de treinadores considerados suficientes para a realização desta acção;
- Treinadores de Grau - I - participação na acção nacional de formação contínua ou uma formação regional associativa - Norte, Centro, Sul e Regiões Autónomas da Madeira e Açores, a organizar pelas Associações Regionais, com formadores regionais ou nacionais e com capacidades e número de treinadores considerados suficientes para a realização desta acção.

No âmbito da Formação da FPV, estão previstas a nível Regional e Nacional, as seguintes acções:

Treinadores: (enquadrado no PNFT):

Realização de Cursos de Treinadores de Voleibol de Grau - I:

- 5 A realizar pela Federação com as Associações Regionais (Porto, Lisboa, Nacional/Braga Alentejo/Algarve e R. A. Açores) ou pela Federação (no âmbito das estratégias de desenvolvimento local e formação de novos clubes, em ligação com os Centros Gira-Volei).

Realização de Cursos de Treinadores de Voleibol de Grau - II:

- 3 A realizar pela Federação com apoio das Associações Regionais (Porto e ou Nacional, Lisboa, R.A. Açores).

Realização de Cursos de Treinadores de Voleibol de Grau - III:

- 1 Curso de Treinadores de Grau - III (Lisboa - âmbito nacional).

Formação Contínua:

- 8 Acções regionais de formação contínua Grau I e II - Porto / Viana do Castelo / Lamego / Lisboa/ R. A. Açores/ Coimbra / Leiria/ Alentejo/Algarve - visam dar apoio à formação no âmbito da portaria 326/2013 de 1 de Novembro de 2013.
- Realização anual de duas Acções Nacionais de Formação Contínua de Treinadores, englobando os dois sectores:
Enquadrado na Acção Nacional de Formação Contínua - dirigido à formação - Grau I e II;
Enquadrado na Acção Nacional de Formação Contínua - dirigido ao Alto Rendimento - Grau III.

Aguardar pelo estudo sobre o enquadramento do - Grau IV, sua especificidade, referenciais específicos e correspondência com o grau de desenvolvimento dos praticantes desportivos - alto nível de rendimento, ou seja, selecções nacionais, de acordo com as decisões a emanar do I.P.D.J.

Organização de uma acção de Formadores do Corpo Nacional de Prelectores.

Organização de uma acção de apoio à formação de Tutores, de Grau I e II, no âmbito das suas funções no PNFT.

Elaboração de documentação de apoio à formação dos treinadores, no âmbito da construção dos Conteúdos (com base nos referenciais elaborados) para os Cursos dos Graus - I, II, III e sua publicação em versão digital e em papel.

Realização de vídeos didácticos, destinados ao apoio da formação dos treinadores de Grau - I e II, bem como do Gira-Volei, sobretudo em matérias ligadas à técnica, à tática e à prática da Teoria e Metodologia do Treino, no âmbito do desenvolvimento das capacidades motoras e condicionais

Gira-Volei:

- 16 Acções de formação - Gira-Volei e Gira-Praia
- X Encontro Nacional de Monitores do Gira-Volei
- II Encontro Nacional do Gira-Praia

Árbitros:

As prioridades da formação dos árbitros baseiam-se nos seguintes factores:

- Dar continuidade à formação inicial de captação de novos árbitros - árbitros estagiários;
- Dar continuidade à permanência dos árbitros na carreira - árbitros regionais e nacionais;
- Promover a presença da arbitragem portuguesa no contexto internacional - árbitros Internacionais - Seminários da CEV;
- Promover a reciclagem anual dos árbitros da 1.ª e 2.ª Divisão, bem como dos árbitros do Circuito / Campeonato Nacional de Voleibol de Praia;

Assim, estão previstas as seguintes acções, de modo a concretizarmos os objectivos delineados:

- 6 Cursos de Árbitros Estagiários (Porto, Lisboa, AVIT, Viana do Castelo, Guarda ou outras Associações a considerar).
- 3 Cursos de Árbitros Regionais (Porto, Lisboa, R. A. Açores)
- Realização de acções nacionais e anuais, de formação contínua, dos árbitros de Voleibol de pavilhão e de praia.

A participação dos árbitros nacionais em Cursos de Árbitros Internacionais, bem como em acções internacionais de formação contínua - Seminário de Árbitros de Voleibol de Pavilhão ou de Praia, organizado anualmente pela Comissão de Arbitragem da Confederação Europeia de Voleibol; Seminário de Delegados de Arbitragem da Voleibol de Praia, de modo a manter a presença da arbitragem nacional, nas competições europeias e mundiais, e a recolher os benefícios, a nível nacional da sua maior experiência e participação na formação a nível europeu da Comissão de Arbitragem da mesma :

- Participação de um árbitro internacional, na acção de reciclagem da CEV (Confederação Europeia de Voleibol) Seminário anual de arbitragem de Voleibol - Indoor/Praia.
- Participação de um delegado/supervisor de arbitragem na acção de formação contínua do Seminário CEV para Delegados de Arbitragem de Voleibol de Praia da CEV.

Dirigentes:

- ♦ Organizar uma Clínica de Formação para dirigentes, no âmbito da intervenção no contexto dos clubes, das Associações, e dos próprios dirigentes federativos, procurando ter em conta as particularidades das suas realidades específicas, e do seu funcionamento, no seu próprio contexto ambiental e social.

IV - FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ACTUAÇÃO

Definir uma estratégia implica sempre ter uma visão do futuro que se quer para a organização. Neste sentido, a estratégia é uma força mediadora entre a organização e o seu meio envolvente: um padrão no processo de tomada de decisões organizacionais para fazer face ao meio envolvente. Pensamos que em Portugal não há uma visão global para o desenvolvimento do desporto que seja conhecida publicamente e na qual se definam as relações e os objectivos para os diversos subsistemas do desporto nacional. Assim, torna-se difícil ter uma visão do futuro que se quer para a organização, quando não se consegue ver esse futuro projectado numa política desportiva nacional. No entanto, isso não implica que não tenhamos uma noção de estratégia, entendida como um meio para alcançar os fins que pretendemos. Pelo contrário, o que temos vindo a construir nestes anos é uma visão integrada e consistente de uma via de desenvolvimento adequada à nossa organização, seja na gestão da mesma, seja nos processos de definição dos objectivos, dos meios e das formas de os atingir. São processos integrados e coerentes, cuja concretização na prática tem sido pensada como um factor potenciador do nosso desenvolvimento, apesar de todas as dificuldades inerentes ao nosso ambiente social e económico.

Os processos das organizações no âmbito da estratégia, procuram encaminhar as mesmas para as soluções mais acertadas, tendo em vista a adaptação às exigências ambientais concretas. Nesse sentido, a adaptação organizacional implica a contextualização das acções, ou seja, o conhecimento da nossa realidade em termos das suas possibilidades e dos seus constrangimentos, referentes à aplicação de um processo de desenvolvimento desportivo.

Um alerta para lembrar, como o refere Peter Drucker, que o sucesso cria sempre novas realidades ou seja, mais cedo ou mais tarde, o que deu origem ao sucesso deixa de ser adequado e novas estratégias têm que ser sistematicamente implementadas. A nossa missão e visão é, assim, a de uma constante adaptação do pensamento e da prática da estratégia a um contexto ambiental sempre em renovação.

Se em 2014 terminou o Programa de Assistência Económica e Financeira, sabemos que a austeridade se irá prolongar em 2016, atendendo aos enormes esforços para a contenção do défice público. A realidade é que a sociedade portuguesa é mais pobre do que era há alguns anos, com todas as implicações que isso tem em termos de desenvolvimento desportivo. A considerar ainda, um desemprego de (11,6% ou mais, em 2015) e uma previsão de crescimento do PIB (1,9% em 2015 e 1,8% em 2016), além da manutenção do elevado défice externo (dívida pública de 125,2% do PIB). Por outro lado, a contenção premente do défice (entre -2,7 a -3,1% em 2015), segundo orientações da CE e do FMI, baseia-se numa contenção orçamental e de investimento do Estado. Não sabemos qual será o investimento do OE no desporto, mas em 2014 sofremos um corte de -8,5% e em 2015 houve uma reposição, com uma perda de -0,8% relativamente ao corte anterior. Some-se à contenção do investimento público o do privado e as dificuldades acentuam-se.

Além do contexto macroeconómico, o desporto reflecte também as assimetrias, vincadas, entre o Litoral e o Interior do país (a estrutura de distribuição da população é muito concentrada nas regiões Norte, Centro e Lisboa, no total 84% da população e nas NUT III - nomenclaturas de unidades territoriais do litoral, ao todo 72% da população, da qual 38% está na Grande Lisboa, Grande Porto e Península de Setúbal, que correspondem, respectivamente, a 57,2% e a 3,7% da superfície), bem como a desigualdade social que tem aumentado, sendo das mais elevadas da CE. Se a assimetria Interior/Litoral se tem mantido, a desigualdade social aumentou. Por isso, o desenvolvimento desportivo ressentem-se e reflecte essa desigualdade, expressa na escassez, adequação e distribuição geográfica das instalações desportivas, bem como dos meios materiais para uma prática quotidiana, sobretudo destes quando relacionados com os grupos sociais mais desfavorecidos. Acresce, nos grandes centros urbanos a dificuldade de obtenção de instalações desportivas, o que conduz a uma incapacidade de resposta à procura das práticas desportivas. Neste, como aliás em diversos vectores da sociedade, continuamos a ser um dos países com mais baixos índices de evolução da União Europeia. Dados do «Eurostat» dizem-nos que Portugal tem 66 por cento da sua população fora de qualquer prática desportiva, quando a média da União Europeia a 25 é, de 44 por cento. São as próprias entidades oficiais que nos alertam: «Este dado referente a Portugal traduz consequências muito negativas em termos de saúde e de cidadania».

No entanto, a nossa capacidade de aceitar desafios e estabelecer perspectivas de desenvolvimento com base no trabalho, organização e criatividade, é um facto que a nossa prática demonstra. Numa década (2000/10) em que em termos de desenvolvimento e crescimento, o País estagnou

(crescimento médio abaixo de 1%), e só agora começa a recuperar (crescimento 1,9% em 2015) em termos de melhoria do seu tecido económico e empresarial, em comparação com a Comunidade Europeia temos que reconhecer o valor do trabalho que desenvolvemos. No entanto, sabemos que o tempo não se compadece com o passado e que o desafio está no presente e no futuro que projectamos, sendo estas capacidades e competências mais prementes hoje que nunca.

Somos uma das modalidades desportivas com mais praticantes (a segunda a nível nacional, depois do futebol) e grande implementação no panorama desportivo nacional. No contexto europeu (particularmente difícil pela sua competitividade) e a nível internacional temos estado, estamos e queremos continuar a estar entre os melhores, pese um ou outro percalço num caminho que não é fácil, atendendo desde logo ao perfil populacional do nosso País (crise demográfica) e à falta de um projecto nacional global de detecção dos potenciais talentos (TID).

São hoje mais claras a Visão e Missão que o Desporto e o Voleibol devem ter na nossa sociedade. Por isso, iremos manter e orientar o Voleibol como espaço potencial de criatividade, de produção de novas ideias e de novos projectos, de modo a consolidarmos a expressão atingida pela nossa modalidade e garantirmos a continuidade do seu desenvolvimento, apesar de todas as dificuldades do presente contexto.

No âmbito da definição da nossa política desportiva, estes são os pontos fundamentais que enquadram a nossa actividade, os quais se baseiam em:

Marketing Social e Promoção dos benefícios da prática do Voleibol em todas as idades e sectores, da recreação e lazer, ao alto rendimento desportivo. A continuidade do Gira-Volei e a sua ligação ao inovador projecto associado ao Voleibol de Praia - Gira-Praia, bem como a do Gira+ continua a ser, cada vez mais, uma resposta adaptada ao actual contexto social e económico desta nossa política de desenvolvimento, que tem como meta o futuro de um dos Programas com maior sucesso no Desporto Português;

Apoio e Promoção ao desenvolvimento e expansão da formação dos jovens: Gira-Volei, Voleibol de Praia, Gira+, Kinder Cup, Desporto Escolar, clubes e escalões jovens;

Promoção e Marketing do Campeonato da I Divisão - através de uma evolução ajustada do seu espectáculo desportivo e manutenção do nível actual das transmissões televisivas no masculino e feminino.

Promoção e Marketing do Alto Nível de Rendimento Desportivo, orientado para os dois sectores mais significativos pela expressão dos seus resultados:

- Selecção Nacional de Seniores Masculinos;
- Voleibol de Praia;

Parceiros Activos da Comunicação Social, visando a promoção e evolução do Voleibol e a sua presença nos Media - Sport TV, A Bola TV e Imprensa desportiva.

Em função dos dados e factos atrás referidos, os pontos principais da nossa estratégia, em 2016, apontam para:

Participação e Promoção Desportiva - dando continuidade ao Gira-Praia, um projecto que associa o Voleibol de Praia aos Centros Gira-Volei, bem como potenciando a continuidade da manutenção e expansão do Gira-Volei, e do apoio ao desenvolvimento do Gira+, este último destinado ao escalões etários mais velhos e em zonas geográficas com mais dificuldade de implementação dos clubes de voleibol, proporcionando mais uma oportunidade de prática desportiva e integração social, a jovens de escalões etários mais elevados. Por outro lado, queremos incrementar a colaboração com o Desporto Escolar, nomeadamente com a participação das equipas escolares em quadros competitivos mistos e no apoio à formação dos professores/treinadores dos núcleos de Voleibol e dos árbitros jovens;

Inclusão Social e Desportiva - através do novo e inovador projecto do **VOLEIBOL SENTADO**, iniciado em 2015, o qual é um jogo de equipa que pode ser jogado por pessoas com e sem deficiência, representando verdadeiramente a inclusão. O nosso plano de acção desenvolve-se nos seguintes eixos de acção:

1. Intervenção centrada na luta contra a exclusão social, através de iniciativas a desenvolver paralelamente com outros projectos federativos (Seleções Nacionais, Gira-Volei e Gira-Praia), potenciando o acesso de pessoas com deficiências ou incapacidade;

2. Promoção e implementação da variante **VOLEIBOL SENTADO** através de um processo sistemático coordenado e articulado com suporte técnico e financeiro, estimulando o aparecimento de núcleos desportivos inclusivos em instituições da estrutura desportiva, social e da área da saúde.
3. Participação (ou colaboração) em eventos (ou projectos) nacionais e internacionais que visem a promoção do desporto e da educação especial, abrindo caminho a um espaço de diálogo/cooperação entre as várias modalidades, ao mesmo tempo que trabalhamos em equipa com outras entidades, como a Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD), Comité Paralímpico de Portugal (CPP), etc..

Excelência e Alto Rendimento Desportivo - visando os três sectores de alta competição da modalidade:

Seleções Nacionais - desde a detecção e selecção de talentos (TID) até às Seleções Nacionais de Cadetes e Juniores Masculinos e Femininos. Estas irão participar no Campeonato da Europa de 2016, Sub-20 masculinos e Sub-19 femininos, bem como nos Torneios da WEVZA (Sub-18 masculinos e Sub-17 femininos) e em Sub-16 masculinos e Sub-15 femininos, que contam para o apuramento para o Europeu de Sub-17 masculinos e Sub-16 femininos; Seleção Sénior Feminina, mantendo o apoio à sua evolução competitiva - participação na fase de Qualificação do Mundial de 2018 e da 2.ª fase de Qualificação para o Europeu de 2017, da qual um dos dois torneios da poule será organizado em Portugal; Seleção Sénior Masculina - expressão máxima do nosso alto rendimento e competição, participação na Liga Mundial 2016, e disputa da 3.ª fase da Qualificação para o Campeonato da Europa de 2017 a realizar em 2016;

Voleibol de Praia - Organização do Campeonato Nacional de Voleibol de Praia 2016, procurando aperfeiçoar cada vez mais a sua expressão mediática, competitiva e organizativa; este realizar-se-á em complemento com a organização de Campeonatos Regionais de Voleibol de Praia, a promover no âmbito do território nacional, com o apoio das Associações Regionais. Estas irão colaborar também entre si, em termos de emparelhamento geográfico, de modo a constituírem-se os campeonatos regionais de Alentejo/Algarve, Lisboa, Leiria/Coimbra, Porto/Braga/Viana e Viseu/Guarda. A participação nos Campeonatos regionais dará pontos para o Ranking Nacional e possibilidades de participação na final do Campeonato Nacional de Voleibol de Praia. Continuação do programa de detecção, selecção e promoção de talentos de Voleibol de Praia, associando-o ao Gira-Volei, composto por dois escalões entre os 13-15 e 16-18 anos, e proporcionando em conjunto a formação de novas duplas; Campeonatos Regionais e Campeonatos Nacionais de Sub-16 e Sub-18; apoiando a participação dos nossos jovens talentos em formação nos Campeonatos do Mundo e Europeus de Sub-17, 18, 19, 20 e 21 Masculinos e Femininos. Participação nos Torneios da WEVZA de Sub-17, Sub-19 e Sub-21. Manutenção do projecto do Centro de Alto Rendimento do Voleibol de Praia, no apoio e trabalho durante todo o ano aos jovens talentos em actividade, visando a preparação da qualificação e participação nos Campeonatos do Mundo e Europeu. Este projecto contará com o apoio logístico da ESE do I.P. Porto, através do seu Centro Desportivo com 3 campos exteriores de Voleibol de Praia.

Campeonato da I Divisão - indoor: manutenção da qualidade do espectáculo desportivo e da sua competitividade, bem como da sua capacidade organizativa e inovação tecnológica.

Marketing Desportivo e Comunicação - promoção e venda da nossa modalidade, sobretudo em relação ao Alto Rendimento - Seleção Nacional Sénior Masculina e Campeonato da I Divisão de Seniores Masculinos e Femininos, bem como em relação à presença da modalidade nos mass-média.

Gerenciação e Gestão de Recursos Financeiros - através duma gestão organizada e eficaz dos recursos disponíveis, bem como de uma maior angariação de recursos provenientes de parcerias com o sector privado, fazendo desta maneira aumentar a nossa auto-suficiência (mas as dificuldades serão muitas, em função da continuidade do lento desenvolvimento económico e social em 2016).

Desenvolvimento Organizacional - continuando a dotar a Federação com recursos tecnológicos e meios humanos, quer em qualidade, quer em quantidade, de modo a poder responder com eficiência ao desenvolvimento da modalidade;

Formação e Qualidade - ao nível da formação de treinadores no âmbito do PNFT, árbitros e dirigentes, bem como dos quadros administrativos, seja ao nível específico, seja das novas Tecnologias Informáticas e de Comunicação (TIC);

Negócio Desportivo (Sport's Business) - através da organização de eventos e provas desportivas com impacto e com repercussões não negligenciáveis na economia local e turismo nacional, funcionando como factores de atracção e promoção das entidades privadas e públicas; na colaboração com os

clubes, no sentido de melhorar a sua capacidade organizativa e de negócio dos jogos do Campeonato da 1.^a Divisão.

Como factores principais para o desenvolvimento desportivo, consideramos os recursos humanos, a promoção da modalidade, a criatividade (dar continuidade ao sucesso de projectos anteriores - Gira-Volei através da sua ligação a novos projectos - Gira-Praia e Voleibol de Praia), a inovação e a capacidade de decisão e risco.

Ao referirmos os recursos humanos, reportamo-nos à formação de quadros com qualidade a nível de treinadores, dirigentes e gestores. Nesses recursos, incluímos também o capital humano, que é a formação dos nossos atletas, numa perspectiva que considera em primeiro lugar a pessoa e a sua formação humana e social e só depois a preparação técnico-táctica e os resultados. É nesta perspectiva que iremos continuar, quer em colaboração com as Associações Regionais - via Centros de Formação de Praticantes, quer aproveitando todo o capital humano do Gira-Volei (dezenas de milhares de jovens de ambos os sexos), a desenvolver o trabalho de Detecção, Selecção e Formação de Praticantes e a canalizar os melhores valores para as Selecções Nacionais. Em 2016, iremos potenciar o Gira-Volei/Gira-Praia, quer no âmbito Indoor, quer no Voleibol de Praia, como um factor importante dos (TID - Talent Identification and Development), visando a detecção dos praticantes com mais possibilidades físicas - antropométricas e capacidades motoras. Estes serão encaminhados ou seja, seleccionados, para os Centros de Treino das Associações, para os Clubes e para estágios regionais e nacionais do Voleibol de Praia, e os melhores dos melhores para as Selecções de Cadetes e duplas nacionais no Voleibol de Praia.

A promoção da nossa modalidade, apesar de todo o nosso esforço e sucesso no desenvolvimento da imagem da mesma, é um trabalho contínuo de cativação do público, desportivo e não só. Queremos que esta acção se repercuta em campanhas dirigidas à captação de novos praticantes, sobretudo em idades mais jovens, através da variante de Ar Livre - Kinder Cup, e essencialmente do Gira-Volei, do projecto Gira-Volei e Voleibol de Praia, o Gira-Praia e da variante do Gira+. Apoiar e continuar o que tem sido esta expansão e promoção, é o que pretendemos, contando para tal com o apoio das Associações Regionais, das Autarquias e dos Sponsors locais e nacionais.

O apoio dos "Media" e da Imprensa desportiva tem sido factor essencial para a referência e promoção dos factos mais importantes da actividade desenvolvida na modalidade, mas temos de continuar a desenvolver essa "influência" privilegiando e sustentando essa relação através do nosso Gabinete de Imprensa, o qual assume também um papel de Relações Públicas, juntamente com o Departamento de Comunicação no âmbito das redes sociais (Facebook, Twitter, LinkedIn, Google+, You Tube, etc.). Este apoio constante visa contribuir para uma ainda maior divulgação e conhecimento por parte do grande público das acções, projectos, competições e programas do Voleibol.

Neste campo, os contratos firmados com a Sport TV garantem a transmissão de um número elevado de jogos por ano, do Campeonato Nacional à Selecção Nacional Sénior e ao Voleibol de Praia, e são, sem dúvida, um apoio importante na divulgação do Voleibol. Em 2015, tivemos também a presença d' A Bola TV no Campeonato da I Divisão feminino, salientando a sua contribuição para a promoção da modalidade. O trabalho do nosso site na Internet: www.fpvoleibol.pt, que tem sido remodelado para dar uma resposta cada vez mais rápida e informada a quem nos procura, constitui um factor de promoção on-line da nossa modalidade, dos seus eventos e das competições das Selecções Nacionais e dos Clubes.

Na prática desportiva juvenil, a formação desportiva dos jovens, salvaguardados os aspectos pedagógicos e os valores essenciais duma correcta prática desportiva, é um dos contributos mais importantes para o desenvolvimento do desporto e, em particular, de qualquer modalidade, seja na escola ou no clube.

O Gira-Volei corresponde a esses objectivos e, com o Gira-Praia, vai continuar a ser um projecto inovador e criativo, visando a formação desportiva alargada, quer no âmbito do Voleibol e do Voleibol de Praia quer numa prática desportiva para todos, recreativa e saudável.

Este projecto, lançado há mais de uma década e meia (16 anos), tem-se revelado como um factor importante na acção de desenvolvimento da modalidade e de captação de novos núcleos de praticantes. Os resultados continuam a falar por si: perto de 2.000 Centros Gira-Volei em actividade do Norte a Sul do País. A implementação do Projecto Gira-Praia é o abrir ainda mais as oportunidades

e variantes da prática desportiva para todos, além duma outra prática mais competitiva no âmbito do Voleibol de Praia, agora expandida a todo o País através dos Centros Gira-Volei e Gira-Praia.

Na continuidade do sucesso do Projecto Gira-Volei, sentiu-se também a necessidade de continuar a dar oportunidade de uma prática desportiva e de integração social, aos jovens dos escalões etários mais velhos (16 anos), sobretudo das regiões mais desfavorecidas, e ou onde não existem clubes da modalidade. Assim, nasceu o irmão mais velho o Gira+, o qual continua numa fase de evolução. Estes são Projectos de sucesso e um apoio ao desenvolvimento da modalidade.

A estatística disponível nos últimos anos (2014 pelo GCDE), e tornada publica, diz-nos que o Voleibol é uma das modalidades de pavilhão mais praticadas no âmbito do Desporto Escolar (935 grupos / equipas de Voleibol nos vários escalões e no total de 20.171 atletas inscritos). À sua frente tem apenas o futebol de sala. Por isso, a F.P.V. pretende continuar a cooperação com o GCDE no ano de 2016. Pretendemos dar continuidade a acções já realizadas, como a formação de árbitros para o D.E., quer a nível nacional, enquadrada no Programa FNAJA - Formação Nacional de Alunos Juizes/Árbitros, quer a nível regional. Queremos também complementar estas acções por uma supervisão e apoio de árbitros nacionais, nas fases finais dos campeonatos regionais e nacional dos escalões de Iniciados e Juvenis. Isto já foi feito em anos anteriores. Pretendemos estudar a possibilidade de retomar esse apoio em 2016, dentro das nossas possibilidades orçamentais. Queremos também transformar em realidade a vontade de podermos ter quadros competitivos mistos (Federação e Escola), pelo menos em certas regiões, mais desenvolvidas em termos da modalidade: Grande Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II - Grande Lisboa e Península de Setúbal - 18 Municípios), Grande Área Metropolitana do Porto (NUTS II - Grande Porto e Entre Douro e Vouga - 18 Municípios), incluindo Braga, Guimarães e Viana do Castelo. Na Grande Área Metropolitana de Lisboa com a acção da A.V. de Lisboa já se conseguiu em 2015 uma grande participação dos Núcleos do Desporto Escolar, no âmbito dos encontros regionais do Mini-Volei e do Gira-Volei e em 2016 ir-se-á continuar e procurar aumentar esta cooperação. O desenvolvimento da mesma a nível nacional deverá visar os seguintes objectivos:

- Estreitar relações institucionais e funcionais com as estruturas do GCDE;
- Oferecer uma continuidade da prática do Voleibol aos jovens, quando estes abandonam a escola, integrando-os mais facilmente nas estruturas do sistema desportivo federado;
- Apoiar os professores responsáveis pelos grupos/equipas do Voleibol escolar, através de acções de formação contínuas conjuntas, realizadas entre as duas entidades - GCDE e FPV, e creditadas legalmente;
- Realizar conjuntamente acções de formação dirigidas aos jovens, no âmbito do associativismo e da ética desportiva do desporto juvenil.

Na concretização destes objectivos, apresentamos as acções a realizar:

- Apoiar, sempre que solicitados, a Formação de Alunos Juizes Árbitros (FNAJA) e correspondente supervisão pedagógica, incentivando os alunos a seguirem a carreira de árbitros estagiários no âmbito do Voleibol, através duma adaptação por módulos do currículo do curso no âmbito federativo;
- Criar quadros competitivos conjuntos, sobretudo nas áreas de maior interesse mútuo, de forma a elevar o nível da prática, tanto ao nível qualitativo como ao nível quantitativo;
- Fomentar a cooperação do GCDE nos sites oficiais: www.fpvoleibol.pt; e www.giravolei.pt, dando a conhecer as acções do D.E., mais especificamente as relacionadas com o Voleibol;
- Apoiar o fomento da Kinder Cup (Voleibol de Ar Livre) no âmbito dos Grupos Desportivos Escolares de Voleibol;
- Motivar as escolas para a sua participação no Programa Gira-Volei e Gira-Praia;
- Sensibilizar o uso do 2x2 para a abordagem e iniciação ao Voleibol.

Estes são os desafios principais a assumir e que deverão servir de motivação para a formação e desenvolvimento ao nível dos sectores de formação.

No desenvolvimento da formação dos técnicos, queremos aumentar a qualidade e quantidade do seu nível de conhecimentos, dos escalões de formação até ao nível das equipas da 1.ª Divisão e Selecções Nacionais. Esta formação encontra-se já incluída na formação contínua, obrigatória, de acordo com a portaria n.º - 326/2013 de 1 de Novembro, do PNFT, para todos os níveis de formação, e faseada num

volume horário anual, numa exigência de 10 UC (1 Unidade de Crédito = 5 horas presenciais), para todos os Graus I, II e III, mas em ações de formação cujas temáticas correspondam ao quadro de intervenção definido pelo grau de formação do treinador, ou em grau subsequente. Isto, apesar de considerarmos as exigências da profissionalização do PNFT desajustadas do nosso desenvolvimento desportivo em termos nacionais, bem como no Voleibol, pois os nossos clubes, não possuem condições e estruturas para a profissionalização dos seus técnicos ou seja, não existem perspectivas de carreira profissional. Esta exigência de enquadramento profissional, não nos parece ter fundamentos que justifiquem tal opção, sendo que a mesma, no actual momento não serve e não se enquadra num modelo de desenvolvimento do Desporto Nacional. O fundamento da sua “obrigatoriedade”, devido ao enquadramento do treinador como um “prestador de serviços”, no âmbito das Directivas de Serviços e Qualificações da CE, e do D-L n.º 92/2010, não pode justificar este enorme salto das exigências formativas dos treinadores.

Ao nível dos dirigentes dos Clubes, a sua formação nas áreas da Administração, Fiscalidade, Organização, Promoção e Marketing Desportivo são alguns dos desafios presentes e futuros em que a F.P.V. continuará a empenhar-se em termos de respostas e necessidades para um correcto e estável desenvolvimento desportivo.

Temos já uma tradição construída no Voleibol de Praia, pois somos um País com uma grande costa marítima, onde a prática da nossa modalidade tem tido uma grande expansão ao longo da mesma. Por isso, esta variante tem constituído um veículo privilegiado de promoção e divulgação desportiva em geral, e do Voleibol em particular. Em 2016, com o Projecto Gira-Praia iremos aumentar quer a divulgação desta variante da modalidade por todo o País, quer a identificação e formação de um maior número de talentos (TID). Às actividades de carácter mais formal e/ou competitivo, como sejam os Circuitos Nacionais para os diversos escalões de Sub-16 e Sub-18, ou os Centros de Alto Rendimento para detecção de talentos e formação de jogadores para o alto nível, associam-se outras de carácter lúdico-desportivo, de adesão voluntária nas praias, como sejam torneios abertos com características e destinatários diversificados ou simples actividades e concursos recreativos. Iremos aumentar o apoio desta variante ao nível do desenvolvimento dos seus talentos, mantendo a sua actividade durante grande parte do ano, promovendo assim, a competitividade internacional da modalidade.

As Selecções Nacionais têm sido, e continuam a ser, em termos de estratégia, um dos instrumentos fundamentais do desenvolvimento desportivo. Temos, como exemplo, os resultados obtidos pela Selecção Sénior Masculina no Campeonato do Mundo de 2002, a sua qualificação e presença nas Fases Finais do Campeonato da Europa de 2005 e 2011, a vitória na Liga Europeia de 2010, bem como a participação na Liga Mundial da FIVB 2012/13/14/15/16. Sabemos do impacto que estes resultados tiveram ao nível dos “Media”, em geral, e do próprio País, confirmando que as Selecções Nacionais são uma expressão com “redundância” e factor de desenvolvimento e promoção. Assim, em 2016 estas actividades e eventos ligadas ao Alto Rendimento Desportivo irão continuar, seja no âmbito da FIVB (Liga Mundial), seja da CEV (Campeonato Europeu de Seniores e Juniores).

A exigência de recursos financeiros e organizativos da e para a alta competição internacional é cada vez mais elevada, sendo este um problema a que não é fácil responder. Aliado a estes factores, o equilíbrio competitivo, sobretudo no Continente Europeu, é um factor preponderante, o que exige uma disponibilidade a tempo inteiro dos seus intervenientes, ou seja, carece para a obtenção de resultados significativos de um profissionalismo do seu sector técnico, bem como dos jogadores, com todas as opções e apoios que isso implica. Nesta base, tendo como objectivo seleccionarmos e desenvolvermos jogadores capazes de virem a completar a selecção sénior e de melhorarmos os nossos resultados em Juniores e Cadetes masculinos, reestruturamos este sector. Assim, os Cadetes Masculinos estão em regime de concentração a tempo inteiro, para os atletas fora da Área Metropolitana do Porto, os restantes em regime misto. Todos treinam de 2.ª e 5.ª feira na Escola Carolina Michaelis, no Porto e jogam pelos seus clubes, mantendo os estágios nas férias escolares e nas férias de Verão. Neste sentido, temos vindo a melhorar as condições logísticas e materiais do pavilhão da escola, o qual albergará o “Centro de Treino de Alto Rendimento da Selecção de Juniores e Cadetes Masculinos”. No sector feminino, o Centro de Alto Rendimento continuará a funcionar nos Carvalhos, sendo aqui que as nossas juniores e algumas cadetes e se encontram a treinar em regime de concentração e misto, de 2.ª a 5.ª feira, retornando aos seus clubes para jogarem ao fim de semana pelos mesmos.

A promoção dos nossos talentos visa a construção dum conjunto de esperanças que possam mais rapidamente integrar a Selecção de Seniores Masculinos, procurando constituir uma base mais alargada de recrutamento e aperfeiçoamento destes. Assim, iremos continuar a trabalhar com as selecções Júniores Masculina e Feminina, as quais, nos períodos de férias escolares, irão realizar estágios nacionais concentrados, juntamente com as selecções de cadetes, e também antes dos momentos de competição oficial. Queremos construir o futuro com trabalho constante, apoio e colaboração de todos os técnicos nacionais e dos clubes a que pertencem os atletas. Com este objectivo, as selecções nacionais de formação manterão as orientações definidas e adaptadas à evolução da modalidade no alto rendimento, as quais se baseiam na experiência do trabalho que temos vindo a desenvolver, bem como na evolução do alto nível mundial e contribuirão, estamos certos, para o desenvolvimento de um trabalho prospectivo, visando os futuros talentos do Voleibol nacional.

Esta Federação não se tem limitado apenas a receber as dotações orçamentais do Estado, mas tem conseguido desenvolver a sua capacidade de obtenção de recursos financeiros, pois todos sabemos a sua importância no desenvolvimento da modalidade. Neste momento mais de 40% do orçamento é obtido sem recurso às verbas do Estado. Num estudo encomendado a uma importante multinacional, pela Secretaria de Estado do Desporto e da Juventude, esta Federação viu ser reconhecido publicamente este seu trabalho. Neste sentido, o Departamento de Promoção e Marketing Desportivo tem desenvolvido, ao longo destes anos, uma acção empenhada na consecução deste objectivo. É uma área fundamental, que tem sido e continuará a ser assumida com afinco e responsabilidade, procurando por este meio conseguir meios financeiros capazes de dar resposta aos projectos de desenvolvimento e às necessidades de preparação das equipas nacionais, mas também de criar condições favoráveis para que os clubes possam beneficiar de apoios publicitários e promocionais, de modo a aumentarem os seus recursos próprios. No actual contexto económico e social, o seu trabalho continuará a encontrar dificuldades, mas tudo se fará para que, com empenho e esforço, possamos continuar este trabalho fundamental de angariação de patrocinadores e de diminuição do recurso às dotações do Estado.

ASSOCIAÇÕES

As Associações Regionais e os Clubes são uma parte fundamental no plano de desenvolvimento da modalidade. Logo, o sucesso deste implica a participação activa dos mesmos, seja na cooperação e na elaboração dos Planos e Projectos, seja na implementação e avaliação destes. Actualmente, um dos problemas mais significativos que registamos é a dificuldade em encontrar dirigentes disponíveis para assumirem estas responsabilidades. É, sabemo-lo, um sinal dos tempos de hoje, com uma diminuição acentuada do associativismo.

Os problemas que preocupam os Dirigentes Regionais, conhecemo-los bem, assim como as dificuldades que provocam na sua acção no apoio ao trabalho que os Clubes, seus filiados, enfrentam diariamente. É e tem sido missão desta Federação responder aos mesmos, com determinação. No entanto, as políticas públicas desportivas têm também de colaborar e apoiar numa resposta a estes problemas, que nem sempre dependem, apenas, da vontade do associativismo desportivo. No entanto, temos procurado minimizar esses constrangimentos através de uma acção concertada, visando:

- Desenvolver acções que apoiem a acção em part-time ou mesmo a profissionalização (esta mais difícil no contexto de contenção e crise que vivemos) da estrutura administrativa e técnica das Associações em actividade.
- Desenvolver acções visando aumentar a activação do Quadro Técnico Nacional, de forma a procurar criar um Director Técnico Regional em cada Associação que, pelas suas perspectivas de desenvolvimento e resultados, o justifique. Isto, tendo em conta que já possuímos D. T. Regionais e colaboradores na A.V. Lisboa, A. V. Porto, A. V. Alentejo e Algarve, A. V. Guarda, A. V. Coimbra e A. V. Viseu.
- Dialogar e definir com as Associações Regionais e os Clubes uma política global de desenvolvimento do Voleibol, tendo como referência as assimetrias regionais e, posteriormente, proceder à sua implementação;

- Dotar, na linha de acção do ponto anterior, as Associações de verbas que possibilitem minimizar os custos correntes do seu funcionamento;
- Continuar a financiar projectos, no âmbito dos Contratos Programas que respondam sectorialmente à política global de desenvolvimento e que possam dar resposta às necessidades desencadeadas pela prática desportiva regional.
- Contar com o apoio e colaboração das Associações Regionais na organização conjunta das Fases Finais Nacionais dos escalões de formação, de modo a estimularmos o desenvolvimento desportivo a nível local, bem como a promoção da modalidade nas Associações Regionais, com a presença das melhores equipas dos vários escalões.
- Realizar em complemento com o Campeonato Nacional de Voleibol de Praia a organização de Campeonatos Regionais de Voleibol de Praia, a promover no âmbito do território nacional, com o apoio das Associações Regionais. Estas irão colaborar também entre si, em termos de emparelhamento geográfico, de modo a constituírem-se os campeonatos regionais de Alentejo/Algarve, Lisboa, Leiria/Coimbra, Porto/Braga/Viana e Viseu/Guarda. A participação nos Campeonatos Regionais dará pontos para o Ranking Nacional e possibilidades de participação na final do Campeonato Nacional de Voleibol de Praia. Queremos estimular mais a participação e divulgação da modalidade por todo o País, em moldes mais motivadores, participativos e alargados.
- Aumentar e tornar eficaz a comunicação no trinómio Federação / Associações / Clubes, de modo a que todos sejam ouvidos e responsáveis no processo.
- Continuar a criar representações e colaboradores da Federação em locais onde o Voleibol está menos implantado.

A Selecção Sénior Masculina é, tendo em conta os resultados já obtidos e o impacto que os mesmos tiveram no País, um factor de dinamização da modalidade. Se a isso juntarmos o espaço entretanto conquistado na televisão, quer pela mesma, quer pela competitividade do Campeonato da 1ª. Divisão, e a contínua promoção dos projectos inovadores como o Gira-Volei, o projecto Gira-Praia, o Gira+, além do projecto mais recente - o Voleibol Sentado, sabemos que continuamos a trilhar um caminho seguro. Como tal, iremos continuar a trabalhar, juntamente com as Associações e os Clubes, de forma a criar para a nossa modalidade uma imagem cada vez mais forte, positiva e dinâmica, com a qual possamos atrair os jovens praticantes, os media e os espectadores.

ADMINISTRAÇÃO

O nosso barómetro de actuação tem-se pautado pela contenção de custos e a eficácia na utilização dos mesmos. Cada vez mais, as necessidades se multiplicam e diversificam, exigindo um funcionamento eficaz e adaptado às necessidades de todos os nossos utentes. Operacionalidade e capacidade, é o que nos é exigido para respondermos eficazmente às solicitações que nos apresentam, nomeadamente no apoio às Associações / Clubes e aos Media. Este pressuposto constitui uma prioridade, tendo em conta também as reorganizações estruturais que em cada momento se nos afigurarem relevantes para a sua consecução.

No Mundo global e interactivo em que vivemos, não podemos ficar estáticos. A sociedade do conhecimento exige-nos que continuemos, por isso, a investir e actualizar os nossos sites na Internet - www.fpvoleibol.pt; www.giravolei.com tornando-os capazes de responder às necessidades de informação e actualização de todo o movimento associativo, quer a nível regional, nacional e internacional. Estamos também presentes nas redes sociais, através do Facebook, YouTube e do Twitter, de modo a estimularmos a presença do Voleibol na rede. Neste âmbito, iremos manter e aperfeiçoar, atendendo à própria evolução das tecnologias informáticas, a ligação das Associações à Federação através da Internet, usando o correio electrónico e a transferência de dados como forma de comunicação preferencial. Desenvolvemos, em colaboração com todas as Associações, o processo e programa informático que lhes permite a verificação via Internet das inscrições realizadas e aceites. Já realizamos a inscrição directa on-line de atletas, de modo a que as Associações tenham ao seu dispor uma ferramenta tecnológica que lhes facilite este processo.

As nossas estratégias serão as seguintes:

- Melhorar a capacidade tecnológica dos nossos sites, no âmbito da Internet, visando:

- Promover e aumentar a promoção da modalidade online;
- Aumentar a capacidade de comunicação e alcançar novos públicos através dos chamados médias sociais - Facebook, Twitter, LinkedIn, Google+, You Tube, nos quais temos vindo a aumentar a nossa penetração em termos de audiências e de produção de conteúdos;
- Publicar online a revista “Voleibol”, até aqui existente em formato de papel;
- Continuar e reforçar a publicação da nossa E-Volei Newsletter como meio de comunicação periódico e mais institucional com o mundo do voleibol;
- Dar a conhecer o mundo do Voleibol, através da reportagem online - MANCHETE - Clube em Foco, que apresenta um clube, sua estrutura, valores e missão, além de entrevistas com os protagonistas do mesmo;
- Captar publicidade para o nosso site.
- Proceder a alterações no nosso programa de Gestão e aperfeiçoar o programa que permite às Associações quer a inscrição directa dos atletas no nosso site, quer a formalização de processos administrativos.
- Continuar com o - “Arquivo Digital” de toda a documentação e história da Federação, projecto que continua em andamento;
- Produzir material audiovisual de apoio à formação nos seus vários níveis, bem como de promoção da modalidade, com relativa contenção de custos e economia de recursos;
- Continuar a aperfeiçoar o processo das inscrições via Internet.
- Prever a utilização da Internet, através do nosso site, para apoiar online, a realização dos estágios de formação profissional dos treinadores, sobretudo em relação ao nível inicial de formação - Grau - I.

ARBITRAGEM

A nível da Gestão:

- Optimizar a gestão dos recursos
- Aprofundamento das relações com as CRA's existentes e reactivação das que não estão em funcionamento de modo a haver co-responsabilização na organização e gestão global da arbitragem nacional e igualdade de oportunidades dos árbitros de todo o país.
- Incentivar, junto das Comissões Regionais de Arbitragem, o processo de recrutamento de novos elementos para o desempenho da função arbitral.
- Combater, com medidas incentivadoras o abandono precoce da carreira de árbitro, particularmente pelos árbitros mais jovens.
- Actualização do Regulamento de Arbitragem através da sua adequação à realidade presente do Voleibol Nacional.
- Elaboração e difusão pelos árbitros, CRA's, Delegados de Arbitragem e Clubes de documentação técnica relativa à arbitragem e Regras de Jogo, utilizando os novos canais de informação.
- Representação internacional em defesa da arbitragem portuguesa e em especial dos árbitros internacionais em actividade.
- Constituição de um corpo de Delegados de Arbitragem cujos elementos tenham sido, no passado, árbitros de reconhecida competência.

A nível da Formação:

- Coordenar com o apoio do Departamento de Formação, e em função da estrutura actual do quadro de árbitros, as acções de formação necessárias.
- Estudar em conjunto com o Dep. Formação da FPV e as CRA's a alteração aos conteúdos e metodologias pedagógicas a serem implementados nos cursos de árbitros.
- Garantir uniformidade, qualidade e rigor nas acções de formação.
- Implementar acções de formação, da variante de praia, nas zonas geográficas mais necessitadas.
- Garantir a formação em prática pedagógica a todos os formadores de arbitragem.
- Apoiar as CRA's na promoção, divulgação, e realização dos cursos de árbitros.

- Garantir a formação técnica específica bem como a actualização anual dos Delegados da Arbitragem.
- Repor as quotas de Portugal respeitantes ao número de árbitros internacionais de voleibol e de voleibol de praia.
- Incentivar e promover a arbitragem feminina, quer a nível nacional quer a nível internacional e nas duas vertentes de voleibol.
- Disponibilizar e divulgar atempadamente e em suporte digital toda de documentação técnica e demais informações consideradas pertinentes para o desempenho da função arbitral.

FORMAÇÃO

Vivemos hoje num processo de mudança contínua, em que as novas tecnologias são as principais responsáveis, por toda uma alteração da formação e da transmissão do conhecimento. A Tecnologia é normalmente uma consequência da Ciência e da Engenharia, embora a conectemos sobretudo com a Tecnologia da Informação. Neste sentido, falamos da Sociedade da Informação ou do Conhecimento como é designada, a qual não é estática, mas quase como um organismo vivo, em constante mutação. Por isso, a organização das sociedades modernas assenta num modelo de desenvolvimento social e económico onde a informação, como meio de criação de conhecimento, desempenha um papel fundamental na produção de riqueza e na contribuição para o bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos. Nestas, a formação continua, ao longo de toda uma vida, e é um aspecto fundamental de um desenvolvimento equilibrado e sustentado, quer da sociedade, quer do indivíduo.

Tom Peters aponta os seguintes três factores como fundamentais em termos de futuro vocacional ou profissional, no âmbito da sociedade contemporânea: a) A educação não termina com o último certificado que se consegue obter; b) Estudar a vida toda é uma necessidade numa sociedade baseada no conhecimento; c) A educação é o "grande jogo" que se deve jogar (e vencer) na economia global.

A génese do Plano Nacional de Formação de Treinadores (PNFT) insere-se nestes pressupostos bem como a legislação que o apoia: Lei n.º 40/2012 de 28 de Agosto, Despacho 5061/2010 e Portaria 326/2013. Isto provocou uma grande alteração na formação de treinadores. O ser treinador passa a ser uma profissão reconhecida e certificada pela ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional), e IEFP, sendo o IPDJ. I.P. o garante dessa certificação.

Nesta via, os agentes desportivos, cuja acção exige uma formação e actualização constante, são reconhecidos em função da aquisição de competências necessárias para o desenvolvimento com sucesso da sua função, do Grau - I ao III (futuramente ao IV) e também em função do desenvolvimento dos atletas, os quais estão directamente implicados nestes pressupostos.

Na continuidade do PNFT em 2016, exige-se uma formação e qualificações necessárias para o obtenção dos objectivos desejados, os quais se pretende que sejam de um elevado nível qualitativo. Isto, apesar de continuarmos a considerar, com base na prática, que há aqui uma transição brusca, senão inexequível, em termos de exigências curriculares e profissionais, considerando o volume de horas necessárias para a concretização das metas propostas, além das exigências da formação contínua. No entanto, apesar das questões levantadas por este processo de formação no âmbito do desporto português, consideramos ser preocupação prioritária:

NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO DE TREINADORES E DO PNFT:

- A realização de cursos de treinadores de Grau - I e II, como porta de entrada (Grau I - Mini aos Juvenis) e de formação básica (Grau - II - dos Juniores à II Divisão) a atingir por todos os treinadores, apesar da sua maior dificuldade no âmbito do PNFT, sendo estes de organização anual, e os de Grau - III no aprofundamento e carreira dos treinadores de Alto Nível - I Divisão, e Selecções Nacionais, sendo a sua previsão e realização baseada no ciclo olímpico (Grau - III). O Grau IV após uma sua melhor definição pelo IPDJ será objecto de avaliação e adaptação, consoante os requisitos exigidos.

- A realização de uma acção de formação de Tutores e Coordenadores de Estágio, os quais são fundamentais no apoio que prestam aos formandos - privilegiando os tutores de treinadores de Grau - I, mas incluindo também os de Grau II, os quais são decisivos em termos da qualidade na realização do estágio profissional dos treinadores em formação, a manter-se em 2015.
- Implementar a obrigatoriedade da Formação Contínua Anual dos treinadores, com base na portaria n.º 326/2013 de 1 de Novembro tendo em conta o seu nível de certificação (ver quadro A). A não realização desta formação será factor limitativo da renovação da sua certificação - TPTD (Título Profissional de Treinador/a de Desporto), a médio prazo (5 anos - 2018/19), em termos de inscrição para renovação da licença de treinador e do seu TPTD.

Quadro A. - Portaria n.º - 326/2013 de 1 de Novembro - correspondência entre UC e exigência de Formação Contínua Obrigatória

GRAUS	Unidades de Crédito (UC) - exigidas	1 UC = 5 horas formação presencial e 10 horas se formação à distância
GRAU I	10 UC (5 UC formação específica obrigatória; 5 através de formação presencial obrigatória)	10 UC em 5 anos (50 horas se presencial)
GRAU II	10 UC (5 UC formação específica obrigatória; 5 através de formação presencial obrigatória)	10 UC em 5 anos (50 horas se presencial)
GRAU III	10 UC (5 UC através de formação presencial obrigatória)	10 UC em 5 anos (50 horas se presencial)

Esta deverá basear-se nas seguintes acções, tendo em conta o nível de certificação:

- **Treinadores de Grau - III** - frequência obrigatória da acção de formação contínua nacional; (Regiões Autónomas da Madeira e Açores - sem definição ainda);
 - **Treinadores de Grau - II** - esta poderá ser enquadrada na acção de formação contínua de âmbito nacional (acção nacional de formação contínua) ou na formação contínua regional anual - Norte, Centro, Sul e Regiões Autónomas da Madeira e Açores, a organizar pelas respectivas Associações Regionais, com formadores regionais ou nacionais e com capacidades e número de treinadores considerados suficientes para a realização desta acção;
 - **Treinadores de Grau - I** - esta poderá ser de âmbito nacional (acção nacional de formação contínua) ou uma formação regional - Norte, Centro, Sul e Regiões Autónomas da Madeira e Açores, a organizar pelas Associações Regionais, com formadores regionais ou nacionais e com capacidades e número de treinadores considerados suficientes para a realização desta acção. As Associações Regionais deverão ter aqui uma acção fundamental no apoio à formação contínua dos seus treinadores. Sem elas, dificilmente os treinadores poderão renovar o seu TPTD em 2018/19. Esta é uma questão essencial para todas e para a própria Federação. Falamos de um universo de 1.700 treinadores, sendo que mais de 1.000 são do Grau I, os quais sem o apoio das suas Associações, dificilmente renovarão os seus TPTD em 2018/19.
- Desenvolvimento de uma maior dinâmica de inter-relação, interesse e proximidade, bem como uma acção formativa e de diálogo entre os treinadores, nos seus vários níveis, e as respectivas Selecções Nacionais o que pode ser atingido incentivando e promovendo acções de formação contínua, de observação e formação dos treinadores, a realizar durante os estágios de concentração das respectivas Selecções Nacionais e com a colaboração dos seus treinadores nacionais e os treinadores dos clubes convidados ou interessados. Ainda neste âmbito, o futuro currículo e conteúdos específicos do Curso de Grau - IV, a definir de acordo com o pedido de esclarecimento do IPDJ, ao grupo que elaborou o PNFT, deverá ter como base os trabalhos e estágios das Selecções Nacionais;

- A realização de um Encontro Nacional de Formadores, convidados pela FPV, das zonas Norte, Centro, Sul e Regiões Autónomas da Madeira e Açores, para uma reflexão e conhecimento sobre os cursos de formação de treinadores - problemas actuais e futuros, bem como sobre a formação de tutores, no âmbito do PNFT e dos estágios profissionalizantes dos três Graus (o Grau IV será considerado logo que definido pelo IPDJ);
- A realização de acções de Formação inicial - Monitores, no âmbito do Gira-Volei, e também do Gira-Praia, no âmbito deste projecto, com melhoria da qualidade da formação dos mesmos, e também da implementação duma formação anual contínua, fundada na realização do Encontro Nacional do Gira-Volei;
- A organização de uma Clínica Internacional, enquadrada no Encontro Nacional de Formação Contínua, com apoio e cooperação da ANTV e destinada à formação e alto rendimento, com temas precisos da índole do desenvolvimento técnico e tático, e com a presença de um prelector estrangeiro convidado, além de prelectores portugueses de âmbito específico da modalidade, bem como de outros especialistas nacionais, relacionados com as matérias de formação geral, sobretudo no que se refere a duas áreas fundamentais: Teoria e Metodologia do Treino - Geral e Específico, e Psicologia do Desporto - Motivação e Dinâmica de Grupos.

NA FORMAÇÃO DE ÁRBITROS

É objectivo principal continuar a melhorar a qualidade e competência dos nossos árbitros, a nível nacional e internacional, pretendendo-se, em colaboração estreita com o Conselho de Arbitragem:

- Fomentar a realização de cursos de árbitros Estagiários, como porta de entrada e de Regionais, como aprofundamento, continuidade na carreira e formação contínua, além dos árbitros Nacionais - grau máximo, no aprofundamento e carreira evolutiva na arbitragem;
- A participação de árbitros Nacionais em cursos de candidatos a árbitros internacionais, seja de Voleibol, seja do Voleibol de Praia.
- A realização de Cursos de Marcadores electrónicos (e-scoresheet), quando necessário;
- A realização de acções nacionais e anuais de formação contínua dos árbitros de Voleibol e de Voleibol de Praia;
- A participação dos árbitros internacionais, em acções de formação contínua, a nível da CEV (Confederação Europeia de Voleibol), como, por exemplo, o seu Seminário anual de arbitragem indoor ou de praia (o tema tem evoluído anualmente entre o indoor e praia);
- Promover durante a realização do Encontro Nacional de Formação Contínua dos Árbitros, um pequeno fórum ou clínica de formadores convidados, visando uma formação mais específica, bem como uma reflexão sobre os cursos de formação de árbitros - regulamentação, avaliação;
- Promover a formação inicial dos árbitros, particularmente nas áreas geográficas de implementação mais carenciadas, com particular incidência na formação de árbitros Estagiários;
- Garantir uniformidade, qualidade e rigor nas acções de formação;
- Incrementar a colaboração de técnicos especializados em áreas técnicas e sociais na formação e reciclagem dos árbitros, designadamente no âmbito da Psicologia, Pedagogia e Sociologia do Desporto.

NA FORMAÇÃO DE DIRIGENTES

Existe uma crise do dirigismo no nosso sistema desportivo, que é evidente e da qual temos consciência prática. No entanto, o desenvolvimento do Desporto impõe cada vez mais que ao dirigente sejam reivindicadas competências capazes de corresponder às exigências funcionais, de organização e de gestão dos clubes ou organizações e instituições, com base numa sua formação contínua, e isto tanto no contexto das associações como no dos seus associados (clubes).

É com base nestes pressupostos, apesar das dificuldades da presença dos mesmos, que considerarmos ser necessário fomentar e reiniciar o ciclo de simpósios e cursos já realizados, estendendo-se o domínio da sua intervenção a diferentes contextos de prática.

Assim, preconiza-se a realização de:

- Clínica de Formação para dirigentes, no âmbito da sua intervenção no contexto dos clubes e das Associações, procurando ter em conta as particularidades das suas realidades específicas e do seu funcionamento no seu próprio contexto ambiental e social da actual sociedade portuguesa.

MARKETING E COMUNICAÇÃO

A importância do desporto nas sociedades modernas tem crescido significativamente nas últimas décadas, quer por via do aumento da sua prática quer pelo acréscimo da sua procura enquanto espectáculo quer ao vivo quer através dos média.

Um dos melhores exemplos desse crescimento, quer ao nível dos seus praticantes, quer ao nível da crescente procura de que tem sido alvo, de ano para ano é o Voleibol.

O desporto tem também, ainda, um papel importante na divulgação da imagem do País, nomeadamente no caso do Voleibol de Praia, que é um dos principais motivos de atracção das Praias Portuguesas, todos os anos tão frequentadas por milhares de turistas, muitos deles trazidos para as nossas praias através da sua ligação ao voleibol, outros também tendo conhecido as mesmas através das transmissões Internacionais dos eventos organizados pela Federação.

Mas a marca Voleibol promove também o País nos seus eventos de Indoor, sendo que em 2015 o nome de Portugal foi falado em todo o mundo através da participação da Selecção Nacional de Voleibol na Liga Mundial, evento este que foi transmitido para os 5 continentes, em mais de 40 Países, chegando a mais de 200 Milhões de lares.

A componente emotiva do desporto em geral e o exacerbar dos valores específicos do voleibol, têm atraído bastantes organizações a associarem-se a esta modalidade desportiva, através de patrocínios, ou de outros apoios onde as mesmas saiam reforçadas e revitalizadas.

No âmbito da comunicação e imagem a promover por esta federação, propomo-nos a continuar o desenvolvimento do trabalho efectuado até aqui, nomeadamente:

- 1) Disseminação de conteúdo relativo à modalidade através das redes sociais mais relevantes;
- 2) Informar parceiros e potenciais parceiros da nossa actividade;
- 3) Melhorar a imagem e reputação da marca Voleibol;
- 4) Desenvolver e implementar uma política de responsabilidade social.

No que diz respeito aos pontos 1) a 3), a FPV conta com as mais modernas ferramentas de comunicação para o desenvolvimento destes. A utilização de plataformas sociais como o Facebook, Twitter, Youtube e LinkedIn, permite-nos alcançar um público diverso, ampliando os nossos canais de comunicação e obtendo o feedback necessário para controlar a nossa estratégia.

Os nossos parceiros e possíveis parceiros poderão acompanhar a nossa actividade diariamente uma vez que conteúdo específico e relevante para estes será distribuído através de *mailing* num formato atractivo. Deverão ser implementadas medidas para o melhoramento da imagem do produto Voleibol, nomeadamente no que diz respeito ao serviço noticioso (mais conteúdo sobre os escalões de formação), nos eventos desportivos, onde se pretende que a interacção com o público seja um factor fundamental para que este adira frequentemente, e na distribuição dos mesmos através dos meios tradicionais (mais espaço nos média).

Relativamente ao ponto 4), e a pensar numa política de responsabilidade social em que se dê destaque ao estreitamento de relações entre o desporto e a sociedade, bem como ao apelo às boas práticas no decurso da atividade da Federação Portuguesa de Voleibol, foi criado o projeto “Voleibol Solidário”. O objetivo deste projeto é ajudar instituições de cariz social na divulgação da sua atividade e na angariação de donativos, bem como a estar presente com instituições que lutem pelo bem-estar da população através dos nossos canais e do espaço disponível na comunicação social.

Mais recentemente, foi estabelecida uma parceria entre a FPV e a LIGA NACIONAL CRIANÇA ESPERANÇA RENASCER, em que a primeira se comprometeu, através do Voleibol Solidário, divulgar a ação da segunda e concretamente apelar para a contribuição do cidadão, com alimentos, no Peditório Nacional que é um dos pilares da atividade desta associação

Com este projeto, que ainda será integrado no programa de desenvolvimento Gira-Volei, julgamos que a marca Voleibol sai reforçada e ao mesmo tempo contribui para uma sociedade mais justa e solidária com o próximo.

O marketing aplicado ao desporto sugere diferentes abordagens: enquanto marketing de eventos, em que o consumidor é espectador, como Marketing de práticas desportivas em que o consumidor é praticante da modalidade e ainda como o marketing das organizações patrocinadoras e dos anunciantes nos eventos.

De entre as especificidades do Marketing Desportivo da promoção de eventos, destacamos no caso do Voleibol o forte dinamismo e espectáculo como forma de aumentar o interesse dos eventos e simultaneamente a elevada capacidade de envolvimento da modalidade para com os espectadores, no Voleibol de indoor tal como no Voleibol de Praia cada jogo é um momento único de espectáculo e animação, tornando a experiencia de consumo num verdadeiro momento de verdade emocional.

O marketing desportivo apresenta um conjunto de especificidades que o tornam único, quando comparado com outros contextos de aplicação do marketing.

Em primeiro lugar, é forçoso identificarmos o âmbito de actuação do marketing desportivo, na Federação Portuguesa de Voleibol, abordamos o marketing desportivo dentro de dois contextos:

- 1) Eventos organizados pela federação, nestes casos vemos o consumidor como papel de espectador, os “actores” são os praticantes da modalidade.
- 2) A prática de Voleibol, nas suas diversas variantes, neste caso o consumidor do produto são todos os seus atletas, independentemente da sua vertente.

Relativamente ao ponto 1, a estratégia para 2016 terá como base, sem dúvida alguma o aproveitamento da participação da nossa Seleção na Liga Mundial 2016, bem como, no Apuramento para os Campeonato da Europa em Séniores Masculinos e Femininos.

Serão os maiores alicerces para a promoção do voleibol de Indoor .

Já em relação ao Voleibol de Praia, uma das modalidades em maior ascensão em Portugal e também a nível Internacional, modalidade essa que surge cada vez mais associada ao tempo de férias, jovem e divertida, tendo ganho assistências médias muito superiores às do voleibol de Indoor, é de realçar o facto de termos tido excelentes organizações de eventos internacionais, facto ao qual não se pode dissociar o crescente número de espectadores presentes nos eventos de ano para ano, bem como um exponencial aumento de jovens praticantes.

O Voleibol é neste momento uma das modalidades com maiores índices de crescimento no nosso País, e na promoção dos nossos eventos será esse factor, ligado a um marketing agressivo, dinâmico, com forte ligação aos nossos parceiros e patrocinadores que farão a base do sucesso nos nossos eventos.

No que respeita ao ponto 2, a FPV baseará a sua actuação numa forte ligação aos seus praticantes, amantes e seguidores. O GIRAVOLEI será o grande alicerce da modalidade, e continuará a levar em 2016 a pratica do voleibol a milhares de jovens por todo o País, permite-nos ainda promover o Voleibol dentro de um público-alvo excelente, quer pela sua elevada influência sobre o poder de compra (País) quer pela influência que podemos exercer sobre os mesmos numa fase de angariação de gostos e valores.

A criação do Gira Praia é mais um enorme factor de desenvolvimento da modalidade neste segmento e trará com certeza um enorme aumento de jovens federados para as praias Portuguesas.

É com base nos conceitos acima mencionadas que pretendemos aumentar a capacidade de reconhecimento da marca “ Voleibol Português”, e têm como objectivo:

- Aumentar e melhorar a cobertura dos nossos eventos nos media
- Consolidar a marca “ VOLEIBOL “ como uma marca de referência no contexto desportivo Nacional.
- Aumentar a eficiência da cobertura da modalidade pela Imprensa Desportiva e Diária.
- Manter elevada a divulgação do Gira-Volei e do Gira praia.
- Melhorar continuamente a eficácia na promoção e divulgação de todas as provas e eventos da modalidade a realizar no nosso país.
- Criar cada vez com uma maior frequência na sua comunicação a associação dos seguintes valores à marca:

MARCA “ JOVENS ” - ACÇÃO, DIVERSÃO, EMOÇÃO, MODA.

MARCA “ INSTITUIÇÃO ” - ORGANIZAÇÃO, SEGURANÇA, DESENVOLVIMENTO

SELECÇÕES

Temos demonstrado a coragem de aceitar desafios e estabelecer perspectivas de desenvolvimento à custa de trabalho, organização e criatividade. Estas capacidades e competências são hoje mais prementes que nunca.

Conseguimos que o Voleibol português seja uma das modalidades desportivas com mais praticantes e grande implementação no panorama desportivo nacional. A nível internacional e no contexto europeu (particularmente difícil), temos estado, e queremos continuar a estar, entre os melhores, pese um ou outro percalço de um caminho que não é fácil.

Sabemos qual a Visão e Missão que o desporto e o Voleibol devem ter na nossa sociedade. Por isso, iremos continuar a conduzir o Voleibol como espaço potencial de criatividade, de produção de novas ideias e de novos projectos, por forma a conseguirmos a consolidação da expressão atingida pelo modalidade e garantirmos a continuidade da procura da excelência desportiva.

Desta forma, as Selecções Nacionais continuarão a ser o instrumento fundamental do desenvolvimento desportivo. A alta competição internacional exige recursos financeiros e organizativos cada vez mais elevados, a que não é fácil responder. Aliado a estes factores, o equilíbrio competitivo é um pontor preponderante, o que exige uma disponibilidade a tempo inteiro dos seus intervenientes, ou seja, carece para a obtenção de resultados significativos de um profissionalismo do seu sector técnico, com todas as opções e apoios que isso implica. Por isso, e com a intenção de melhorarmos os nossos resultados em Juniores e Cadetes é vital encontrarmos jogadores capazes de virem a renovar a selecção sénior.

Iremos trabalhar com as selecções de Cadetes Masculina e Feminina, dentro do regime internato de treino diário, trabalhando de segunda a quinta-feira e voltando aos seus clubes a sexta-feira. Iremos realizar concentrações permanentes nos períodos de férias escolares com todas as Seleções incluindo Juniores e Sub 21 e apostar no período de Verão, altura em que temos os jovens disponíveis durante 3 meses, e antes dos momentos de competição oficial. Vamos continuar a construir o futuro no presente, com trabalho, apoio e colaboração de todos os técnicos nacionais e dos clubes a que pertencem os atletas. Com este objectivo, as selecções nacionais de formação serão uma aposta fulcral para nós no sentido de acentuar o trabalho de desenvolvimento das capacidades motoras, acentuando esta componente no planeamento e trabalho.

Sabemos que o caminho é longo e que se constrói, muitas das vezes, correndo riscos próprios de quem é ambicioso e não se acomoda a objectivos menores.

O ano de 2016, conscientes das dificuldades neste percurso, iremos manter os nossos objectivos gerais:

- Promover e divulgar a modalidade,
- Descentralizar a prática da modalidade;
- Manter a aposta num trabalho de continuidade e formação, alicerçado num processo de semi-concentração das selecções nacionais;
- Garantir a renovação das selecções seniores;
- Fomentar e potenciar a integração de novos atletas nas equipas de escalões superiores.

As dificuldades estruturais, bem como o contexto desportivo são factores condicionantes e limitadores dos seguintes objectivos desportivos:

- Selecção Nacional Seniores Masculinos
 - Obtenção do apuramento para o Campeonato da Europa de 2017;
 - Manutenção na Competição da Liga Mundial
- Selecção Nacional Seniores Femininos
 - Obtenção do 2º lugar na Poule de Qualificação para a Final do Campeonato da Europa 2017;
- Selecção Nacional de Sub-20 Masculinos
 - Obtenção do 2º Lugar na 2ª Ronda do Apuramento para a Final do Campeonato da Europa Sub-20 em 2016;
 - Obtenção do 2º lugar na 3ª Ronda do Apuramento para a Final do Campeonato da Europa de Sub-20 em 2016;

- Selecção Nacional de Sub-19 Femininos
 - Obtenção do 3º Lugar na 2ª Ronda do Apuramento para a Final do Campeonato da Europa de Sub-19 em 2016;
- Selecção Nacional de Sub-18 Masculinos
 - Obtenção do 2º lugar no Torneio WEVZA;
 - Vencer o Torneio Navidad;
- Selecção Nacional de Sub-17 Femininos
 - Obtenção do terceiro lugar no Torneio WEVZA;
 - Obtenção do 3º lugar no Torneio Navidad;
- Selecção Nacional de Sub-16 Masculinos
 - Obtenção do 2º lugar no Torneio WEVZA;
- Selecção Nacional de Sub-15 Femininos
 - Obtenção do 2º lugar no Torneio WEVZA;

QUADROS COMPETITIVOS

A F.P.V. na elaboração dos Quadros Competitivos tem procurado sempre fazer uma reflexão crítica sobre a forma como decorreram as competições de todos os escalões na época anterior. O objectivo é procurar ter em consideração todos os contextos e causas que permitam e possibilitem uma participação adequada e empenhada de todas as equipas dos clubes, em todos os seus escalões. Pensamos que na organização das competições conseguimos construir um consenso, em conjunto com os Clubes e as Associações Regionais. Na sua base está o reconhecimento do apoio que a Federação tem procurado prestar a todos os seus associados, apesar das condicionantes do actual ambiente social e económico.

Partimos do pressuposto que não existem modelos ideais, em função até dos próprios critérios que cada um gostaria de ver salientados. Mas é nossa intenção procurar sempre o que melhor possa responder aos interesses de todos. Claro que todos têm de ter bem presente a noção de ser essencial criar estímulos e exigências competitivas, as quais obriguem todos os intervenientes, a uma contínua e cada vez melhor preparação desportiva.

Com estes fundamentos, o esquema de provas da I Divisão Masculina e Feminina, após a sua implementação, foi revisto, visando:

- Garantir um maior equilíbrio e elevada competitividade em todas as fases do campeonato;
- Proporcionar uma maior exigência competitiva ao modificar o número de jogos por play-off;
- Tornar o Campeonato mais interessante para os média e público em geral.

Em 2016, queremos continuar a implementar algumas medidas que tiveram bastante sucesso, das quais destacamos:

- III Divisão Masculina e Feminina, vamos prosseguir o apoio dado a esta divisão, mantendo as medidas de excepção que visam estimular a entrada de novas equipas neste campeonato.

- Nos Juniores, Juvenis e Cadetes, Iniciados e Infantis, é nosso intuito, continuar a promover um maior equilíbrio e competitividade, por níveis de jogo, bem como reduzir custos inerentes às deslocações a efectuar, respeitando a proximidade geográfica, tanto quanto possível, entre os participantes;

Nas Fases Finais dos Escalões Jovens - Final 8, queremos continuar a desenvolver e melhorar a organização destas fases finais concentradas das camadas jovens, que se têm revelado de grande competitividade, e ao mesmo tempo um factor de grande divulgação da modalidade, participação e convívio de todos os envolvidos, clubes, técnicos, atletas e suas famílias.

Neste sentido, vamos continuar a incentivar a participação das Associações e Clubes na realização e organização das mesmas.

Em relação à I e II Divisão e em colaboração com as Associações e Clubes, iremos continuar a melhorar a organização dos jogos dos Campeonatos Nacionais, tendo em vista:

- Aperfeiçoar as condições de trabalho dos representantes da Comunicação Social, de modo a permitirem um maior e mais diversificado número de informações;
- Manter o número de transmissões televisivas em directo, em relação à I Divisão Masculina;
- Continuar, com base na experiência positiva da época passada, as transmissões televisivas da I Divisão Feminina.

VOLEIBOL DE PRAIA

Portugal continua a ser um dos países mais audazes no que toca a organizar competições nacionais e internacionais de Voleibol de Praia. Ao longo dos anos grangeando o reconhecimento e confiança tanto, das instâncias internacionais que regulam a modalidade como de todos os intervenientes nestas mesmas provas.

No seguimento de uma avaliação ao nosso desempenho decidimos continuar a apostar no trabalho durante todo o ano nos Centros de Treino de Alto Rendimento de Voleibol de Praia (CTARVP). Este trabalho continuará a ser realizado em parceria com o Instituto Politécnico do Porto, parceiro nosso já há alguns anos, que nos permite utilizar os seus quatro campos que se encontram montados durante o ano, de forma a podermos desenvolver os atletas que trabalham connosco e ao mesmo tempo detectar mais jovens talentos.

Em relação aos locais de realização das provas, a promoção e descentralização da modalidade continua a ser uma preocupação nossa.

O aparecimento de novos valores vindos de todas as zonas do País, bem como o desafio de dinamizar a modalidade em zonas menos familiarizadas com a mesma, possibilitam um retorno e reconhecimento de grandes dimensões.

Este plano tem como objectivos:

- Manutenção e criação, a nível regional, dos Centros de Detecção e Formação - Gira-Praia;
- Criação de Circuitos Regionais durante todo o ano;
- Circuitos Nacionais com mais etapas, abrangendo uma área geográfica mais vasta;
- Supervisão e coordenação nacional técnica e administrativa contínua;
- Formação do “Grupo para o Alto Rendimento”, englobando os escalões de Sub-16, Sub-17, Sub-18, Sub-19, Sub-20, Sub-21 e Sub-22 - a nível masculino e feminino;
- Organização de estágios nacionais e internacionais com atletas de elevado potencial;
- Aposta a médio prazo nos Sub-16 e Sub-17, com participação nas competições internacionais de Sub-17 e Sub-18. Nos Sub-19 a 22, para aqueles que já integram o alto rendimento da FPV e outros que se revelem no Circuito Nacional, serão criadas possibilidades de participação em competições internacionais seniores.

Sendo assim, o Plano continuará a ser aplicado e reforçado em 2016, reforçando a detecção, selecção e formação dos novos talentos, assim como a intensificação do trabalho com os atletas que já assumiram um compromisso connosco até à data.

Para além dos CTARVP, temos também o Gira-Praia, projecto que representa um passo enorme para fazer da prática do Voleibol de Praia uma prática anual em todo o País. Arrancaram de forma permanente no final de 2014, 4 centros no Algarve, que pretendem captar atletas desde cedo para a prática do Voleibol de Praia. Durante o ano de 2015, juntaram-se a eles ainda mais alguns centros dessa região, participando no Campeonato Regional organizado pela AVAL, e aumentando assim exponencialmente o número de atletas de Voleibol de Praia.

Assim, a **detecção e formação de talentos desportivos** para o Voleibol de Praia continua a ser uma das prioridades do nosso plano de desenvolvimento da modalidade e de percurso para o alto nível. Para além dos 4 centros criados inicialmente e dos cerca de 12 que se juntaram a eles neste projecto, durante o presente ano queremos expandir o mais possível este projecto, aumentando o número de centros, de forma a que a massificação de atletas praticantes da modalidade seja cada vez maior.

Em termos internos, manteremos também a aposta na realização do **Campeonato Nacional**, que terá 6 etapas, espalhadas de Norte a Sul, Interior e Litoral do nosso País, passando, provavelmente, pelo arquipélago dos Açores.

O Campeonato Nacional de Voleibol de Praia será realizado nos moldes habituais. Um quadro competitivo adaptado às condições logísticas das etapas, tentando criar um espectáculo que se tem afirmado como a modalidade de eleição do Verão dos portugueses. Serão ainda realizados pelas associações 5 **Campeonatos Regionais**, que pretendem complementar o Campeonato Nacional, apurando a dupla vencedora para a final do Campeonato Nacional.

Os Campeonatos Nacionais de Sub-16, Sub-18 e Sub-20 serão, mais uma vez em 2016, uma forte aposta da nossa parte, visto termos aumentado o número de atletas participantes de ano para ano, em 2015 cerca de 400 atletas ranqueados, sendo também uma forma muito atractiva de divulgação da modalidade, visto que cada praia que acolhe uma dessas etapas transformam-se num palco desportivo e de festa reunindo atletas, amigos, família e ainda todos os que são atingidos pela onda positiva criada por estes eventos. Estas etapas continuarão a ser realizadas em todo o País.

Ao nível do **Gira-Praia** vamos continuar a realizar, em parceria com a AVAL, o **Circuito Regional**, na zona do Algarve, que funcionará durante todo o ano e que irá permitir dar competição aos vários atletas dos centros existentes.

O ano de 2016 será o ano de continuação da afirmação do Voleibol de Praia coligando os treinos anuais cos CTARVP e Gira-Praia, assim como todas as provas e estágios tanto regionais, como nacionais e internacionais. Todos estes eventos e projectos simultâneos a funcionar em todo o País servirão para fomentar a modalidade e tentarmos ir ao encontro do principal objectivo, a massificação de atletas a treinar esta modalidade de forma anual e exclusiva.

Estamos certos que esta aposta terá resultados a todos os níveis num futuro próximo.

V - QUADRO DAS ACÇÕES A DESENVOLVER

1. PROVAS OFICIAIS REGULARES

A Federação organiza nesta época, os seguintes Campeonatos e Taças Nacionais:

- ♦ Campeonato Nacional de Seniores Femininos - I Divisão
- ♦ Campeonato Nacional de Seniores Masculinos - I Divisão
- ♦ Campeonato Nacional Seniores Femininos - II Divisão
- ♦ Campeonato Nacional Seniores Masculinos - II Divisão
- ♦ Campeonato Nacional Seniores Masculinos - III Divisão
- ♦ Campeonato Nacional Seniores Masculinos - III Divisão
- ♦ Campeonato Nacional de Juniores Femininos
- ♦ Campeonato Nacional de Juniores Masculinos
- ♦ Campeonato Nacional de Juvenis Femininos
- ♦ Campeonato Nacional de Juvenis Masculinos
- ♦ Campeonato Nacional de Cadetes Masculinos
- ♦ Campeonato Nacional de Cadetes Femininos
- ♦ Campeonato Nacional de Iniciados Femininos
- ♦ Campeonato Nacional de Iniciados Masculinos
- ♦ Campeonato Nacional de Infantis Femininos
- ♦ Campeonato Nacional de Infantis Masculinos
- ♦ Taça de Portugal de Seniores Femininos
- ♦ Taça de Portugal de Seniores Masculinos
- ♦ Super Taça Masculina
- ♦ Super Taça Feminina
- ♦ Concentração Nacional de Minivoleibol Masculina e Feminina
- ♦ Campeonato Nacional de Voleibol de Praia Seniores Masculinos e Femininos
- ♦ Campeonato Nacional de Voleibol de Praia de Juniores Masculinos e Femininos
- ♦ Campeonato Nacional de Voleibol de Praia em Sub 16, 18 e 20 Masculinos e Femininos
- ♦ Encontros Regionais Taça Kinder
- ♦ Encontro Nacional Taça Kinder
- ♦ Encontros Regionais de Gira-Volei
- ♦ Encontro Nacional Gira-Volei
- ♦ Encontros Regionais Gira+
- ♦ Encontro Nacional Gira+
- ♦ Encontros Regionais Família Gira
- ♦ Encontro Nacional Família Gira
- ♦ Encontros Regionais de Gira-Praia
- ♦ Encontro Nacional Gira-Praia

PROVAS FACULTATIVAS

Facultativamente e sempre com o objectivo de promover e divulgar a modalidade, a F.P.V. organizará, de harmonia com as possibilidades, outras provas, as quais se regerão pelas normas gerais comuns deste Regulamento, por normas específicas deste Regulamento e por normas específicas de Regulamento próprio, cuja elaboração é da competência exclusiva da Direcção da Federação. Estas provas serão de inscrição livre ou por convite.

2. PARTICIPAÇÃO NOS QUADROS COMPETITIVOS DE NÍVEL INTERNACIONAL

Os Clubes portugueses participavam, regularmente, a nível europeu, nas seguintes competições masculinas e femininas:

- Liga dos Campeões Europeus (Masc. e Fem.) - Champion's League
A representação é feita pelos campeões nacionais da I Divisão.
- Taça CEV (Masc. e Fem.) - Cev Cup
A representação é feita pelos vencedores das Taças e/ou Vice-Campeões Nacionais.
- Taça Challenger (Masc. e Fem.) - Challenger Cup
A representação é feita pelos 3º e 4º melhores classificados no campeonato nacional

Neste ano contamos com a presença de três Clubes a participar na Taça Challenger Masculina (S.L.Benfica e Assoc.Jovens Fonte Bastardo) e Feminina (Atlético V.C.).

As provas são disputadas entre Outubro e Abril e os valores do apoio necessário à participação dos nossos clubes nas provas acima mencionadas encontram-se inscritos no orçamento.

3. ORGANIZAÇÃO DE GRANDES EVENTOS DESPORTIVOS EM PORTUGAL

3.1 - Liga Mundial 2016

Local: a designar

Datas: Junho e Julho de 2016

A Liga Mundial (World League) reúne as melhores selecções mundiais masculinas foi criada em 1990. Nesta que é já a sua 26ª edição, competem as melhores Selecções e como tal destinada à elite do Voleibol e é disputada através duma competição intercontinental, fazendo desta competição desportiva a mais mediática do Mundo.

O seu principal objectivo foi criar anualmente um quadro competitivo de alta qualidade no qual participassem as melhores Selecções Nacionais Mundiais, além de contribuir para a promoção e desenvolvimento da modalidade a nível mundial. Uma das suas exigências é a transmissão dos jogos em directo, por uma cadeia televisiva do País de cada participante.

Em relação aos objectivos definidos para a candidatura do evento:

- Promoção da modalidade através da participação da Selecção Nacional de Seniores Masculinos, na mais importante prova anual da FIVB, em que competem as 32 melhores Selecções Mundiais;
- Preparar, através dum calendário competitivo a Selecção Nacional para a 2ª Ronda da Qualificação para a Final do Campeonato da Europa de 2017, em duas voltas em Setembro de 2016, na Dinamarca e Finlândia, e no qual Portugal defronta a Dinamarca, Finlândia e o Vencedor do Grupo 1 da 1ª Ronda com a Suécia, Azerbaijão, Suíça e Geórgia.
- Preparar competitivamente a Selecção Nacional, para uma renovação gradual fazendo a inclusão de novos talentos, fechando desta forma um ciclo com uma mão cheia de jogadores que serviram a nossa selecção durante mais de uma década.
- Apoiar e promover a qualificação da Selecção Portuguesa na sua manutenção na elite europeia e mundial, bem como o reconhecimento público dos seus atletas e treinadores;
- Presença em Portugal de algumas das melhores selecções mundiais, constituindo estas uma janela de oportunidade para a apresentação e promoção da modalidade, dum modo positivo, nos mass *média* (sobretudo na televisão), na sociedade civil e comunidade desportiva nacional;

- Divulgação, captação e aumento da participação dos jovens no Voleibol:
 - Através da presença directa no evento - organização e na participação nas competições de núcleos do Gira-Volei, de Escolas com Desporto Escolar e escalões de formação de Clubes da modalidade.

3.2 - Apuramento Campeonato Europa Seniores Femininos 2017

Local: a designar

Datas: Setembro de 2016

O 1º torneio da Poule D da 2.ª Ronda de Qualificação para a Fase Final do Campeonato da Europa de 2017 vai realizar-se em Portugal. Este Torneio irá disputar-se entre os dias 15 e 18 de Setembro de 2016 e reunirá Portugal, Croácia, Israel e Eslováquia. O vencedor apurará directamente para a Fase Final do Campeonato da Europa e o 2º classificado ficará apurado para disputar o Play-off, contra o 2º classificado da Poule E que integra as equipas da Bulgária, Roménia, Suíça e o melhor 2º classificado dos dois grupos da 1ª Ronda. Este Play-off realizar-se-á em 2017 a duas voltas (jogo em casa e jogo fora).

Esta competição acima definida insere-se nos nossos objectivos. A sua organização visa a criação de situações potenciadoras do desenvolvimento do Voleibol feminino (mais praticantes e mais qualidade), ou seja, a nossa “visão” de longo prazo do Voleibol - “um dos desportos com maior desenvolvimento em Portugal, seja ao nível do aumento da base de praticantes, seja no que se refere à obtenção de resultados no alto nível de rendimento”. Conhecemos as dificuldades, acentuadas no actual contexto sócio-económico, e também dos altos e baixos na sua concretização, em termos do alto rendimento desportivo, cada vez mais competitivo, em especial no âmbito europeu.

Os objectivos definidos para a organização deste evento são os seguintes:

- Apoiar e promover a Selecção Portuguesa na sua manutenção na elite europeia e mundial, bem como o reconhecimento público dos seus atletas e treinadores;
- Presença em Portugal de algumas das melhores selecções mundiais, constituindo estas uma janela de oportunidade para a apresentação e promoção da modalidade, dum modo positivo, nos mass - *media* (sobretudo na televisão), na sociedade civil e comunidade desportiva nacional;
- Divulgação, captação e aumento da participação dos jovens no Voleibol;
- Através da presença directa no evento - organização e na participação nas competições de núcleos do Gira-Volei, de Escolas com Desporto Escolar e escalões de formação de Clubes da modalidade; através da promoção feita pela televisão na transmissão do evento - 10 jogos a transmitir em directo na fase de qualificação e 6 a 8 na fase final;
- Através da divulgação feita pela Imprensa diária e desportiva;
- Promover um momento de actualização e conhecimento do melhor do Alto Nível de Rendimento na modalidade, para os nossos treinadores, árbitros, atletas e dirigentes, nos vários níveis da sua formação;

3.3 - Torneio Internacional Sub-17 Feminino - WEVZA 2016

Local: a designar

Datas: 26 a 31 de Julho de 2016

A organização dos torneios da Associação Zonal de Voleibol do Oeste Europeu (WEVZA), associação que contempla oito países, tem um sistema rotativo no que respeita à organização das competições Indoor e de Voleibol de Praia. Após várias organizações no âmbito do Voleibol de Praia, surge este ano a organização de um torneio Indoor em que participam os oito países, sendo eles todos países de referência mundial, tanto na formação como nas equipas seniores: Espanha, França, Itália, Bélgica, Holanda, Suíça e Alemanha, ao qual juntamos Portugal constituem um grupo de alto nível competitivo que nos permite avaliar a qualidade do trabalho realizado, propicia uma comparação com ao melhor que tem o nível internacional. Nesta competição, que terá a duração de 5 dias, as equipas irão realizar 5 jogos cada que permitirão preparar a equipa para embates internacionais que se avizinham em Janeiro de 2017.

Nesta competição, pretendemos dar minutos de jogo às atletas, confirmar as suas prestações em jogo e acima de tudo dar experiência em competições internacionais. Assim, esta competição insere-se nos objectivos propostos para o escalão em causa.

Os objectivos definidos para a organização deste evento são os seguintes:

- Apoiar, promover e desenvolver o Voleibol no local onde a competição se irá realizar, com acções paralelas ao torneio de sensibilização utilizando as Selecções como imagem promocional;
- Presença em Portugal de algumas das melhores selecções mundiais do escalão constituindo estas uma janela de oportunidade para a apresentação e promoção da modalidade, dum modo positivo, nos mass - *media* (sobretudo na televisão), na sociedade civil e comunidade desportiva nacional;
- Divulgação, captação e aumento da participação dos jovens no Voleibol;
- Através da presença directa no evento - organização e na participação nas competições de núcleos do Gira-Volei, de Escolas com Desporto Escolar e escalões de formação de Clubes da modalidade; Através da divulgação feita pela Imprensa diária e desportiva;
- Promover um momento de actualização e conhecimento do melhor do Alto Nível de Rendimento na modalidade, para os nossos treinadores, árbitros, atletas e dirigentes, nos vários níveis da sua formação.

4. APOIO A ASSOCIAÇÕES REGIONAIS

O quadro político-social que hoje vivenciamos apresenta-nos um futuro de incertezas, para além de um exigente quadro macroeconómico em que as responsabilidades internacionais do País, aliadas ao cumprimento de exigências sociais internas, perspectivam uma redução do apoio às federações desportivas

No entanto, apesar das perspectivadas reduções orçamentais, tudo faremos para manter sem reduzir, o nosso apoio às Associações. Queremos apoiar as Associações, mantendo as mesmas verbas do ano anterior, num claro esforço de reconhecimento da sua acção e valorização do seu trabalho.

Apesar de todos estes constrangimentos, a FPV tem procurado desenvolver, ao longo destes anos, acções que potenciam o desenvolvimento e o associativismo desportivo em termos regionais.

Com determinação e responsabilidade queremos manter o empenho no desenvolvimento da nossa modalidade. Esta é a nossa missão que queremos continuar a cumprir.

O apoio ao desenvolvimento da prática desportiva, no valor de 132.255,00 Euros, será atribuído segundo os seguintes critérios:

- 30% a ser distribuído igualmente por todas as Associações Regionais em actividade.
- 50% na razão directa do número de equipas de cada Associação.
- 20% na razão directa do número de atletas inscritos de cada Associação.

Os totais de equipas e de atletas para cálculo das verbas a atribuir serão os referentes à época anterior àquela a que diz respeito o subsídio.

Os Projectos, no valor de 192.850,00 Euros, serão apoiados desde que se enquadrem na política de desenvolvimento, traçada pela F.P.V..

Desta forma, contamos prosseguir o nosso trabalho, em colaboração com as Associações, de forma a potenciar a imagem da nossa modalidade e criar uma modalidade mais forte, positiva e dinâmica, com a qual possamos atrair os jovens para a prática desportiva, os media para a divulgação do desporto e os espectadores para um espectáculo interessante e competitivo.

O restante é o resultado da parte das taxas de inscrição de jogadores estrangeiros e ainda do apoio à participação dos elementos das Associações Regionais em Assembleias Gerais e outras reuniões.

5. INCENTIVOS A CLUBES

No contexto da situação actual da nossa sociedade, o apoio aos clubes é fundamental para a continuidade da sua actividade. Este será efectuado tendo em vista diminuir as despesas efectuadas pelos clubes, nas inscrições das suas equipas de formação, nomeadamente com os seguros, as inscrições, bem como o apoio em material desportivo.

Daremos também continuidade, à subvenção das despesas derivadas das deslocações das equipas do continente às regiões autónomas no decurso dos Campeonatos Nacionais.

6. PARTICIPAÇÃO DE DIRIGENTES, TÉCNICOS FEDERATIVOS E ÁRBITROS NAS ACTIVIDADES PROMOVIDAS PELOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

6.1 Reunião do Conselho de Administração da Federação Internacional de Voleibol (FIVB)

Está prevista a participação do Presidente da FPV, na reunião do Conselho de Administração da Federação Internacional, como Membro, a realizar em Lausanne, em Abril de 2016 e em várias reuniões como membro da FIVB.

6.2 Reunião do Conselho Mundial de Voleibol de Praia da Federação Internacional de Voleibol (FIVB)

Está prevista a participação do Presidente da Federação, Prof. Vicente Araújo, na qualidade de Presidente do Conselho, na reunião a realizar em Lausanne, em Novembro de 2016.

6.3 Reunião da Comissão de Voleibol de Praia da Federação Internacional de Voleibol (FIVB)

Está prevista a participação do Presidente da Federação, Prof. Vicente Araújo, na qualidade de Presidente desta Comissão, na reunião a realizar em Lausanne, em Novembro de 2016.

6.4 Reunião da Comissão de Arbitragem de Voleibol de Praia (FIVB)

Está prevista a participação do Arbitro Internacional, Arqº José Casanova, como Membro, na Reunião da Comissão de Arbitragem da FIVB, que será realizada em Lausanne, durante o mês de Janeiro de 2016.

6.5 Reunião da Comissão de Voleibol de Praia (FIVB)

Está prevista a participação do Arbitro Internacional, Arqº José Casanova, como representante da Comissão de Arbitragem da FIVB, na Reunião da Comissão de Voleibol de Praia da FIVB, que será realizada em Lausanne, durante o mês de Novembro de 2016.

6.6 Reunião da Comissão de Voleibol de Praia da Confederação Europeia de Voleibol (CEV)

Está prevista a participação do Director da FPV, Henrique Gomes Teixeira, nas 2 Reuniões da Comissão de Voleibol de Praia da Confederação Europeia de Voleibol, como Secretario, a realizar em datas e locais a designar, durante 2016.

6.7 Reunião da Comissão Legal da Federação Internacional de Voleibol (FIVB)

Está prevista a participação do Dr. Pedro Oliveira, na Reunião da Comissão Legal da Federação Internacional de Voleibol, como membro, durante o mês de Janeiro de 2016.

6.8 Congresso da Confederação Europeia de Voleibol (CEV)

Está prevista a participação de dois Dirigentes da FPV no Congresso da Confederação Europeia de Voleibol, que será realizado em local a designar, no mês de Outubro de 2016.

6.9 Reunião da Comissão “Sports Events Council” (FIVB)

Está prevista a participação do Prof. Teodemiro de Carvalho, na Reunião da “Sports Events Council” da Federação Internacional de Voleibol, como membro, durante o mês de Novembro de 2016.

6.10 Reunião da Wevza

Está prevista a participação do Presidente da Federação, Prof. Vicente Araújo, na qualidade de Vice-Presidente e Tesoureiro, e o Secertário Geral, Teodemiro de Carvalho, como Assessor Técnico, em 3 Reunião da Wevza, nos meses Janeiro, Maio e Setembro, em local designar, durante 2016.

6.11 Congresso da Federação Internacional de Voleibol (FIVB)

Está prevista a participação de dois Dirigentes da FPV no Congresso da Federação Internacional de Voleibol, que será realizado na Argentina, no mês de Setembro de 2016.

7. FORMAÇÃO DE AGENTES DESPORTIVOS

Preâmbulo

É importante fazer compreender a todos os interessados, dirigentes, clubes e treinadores, os fundamentos da actual legislação e historial da mesma, no actual contexto da formação dos treinadores.

Poder-se-ia dizer que com o que temos quisemos fazer mais do que somos, em referência ao Programa Nacional de Formação de Treinadores (PNFT), e tudo quase ao mesmo tempo, sem grandes etapas intermédias de adaptação e reflexão. A realidade é que em Portugal, na nossa modalidade e em muitas outras é impossível viver da profissão de treinador, pois não existe um mercado de trabalho para treinadores profissionais, devido à falta de estruturas e capacidades financeiras dos nossos clubes. As exigências que são feitas aos treinadores, logo na sua fase inicial (Grau I), os quais na sua maioria serão treinadores benévolos ou voluntários, arriscam-se a constituírem um desincentivo à sua participação como treinadores benévolos no processo desportivo.

Como exemplo em Espanha, a formação profissional no âmbito do desporto existe e é aplicada em termos de exigência de qualificação para os organismos do estado e autárquicos, bem como para todas as instituições ou clubes desportivos claramente profissionais. No entanto, as Federações têm a sua própria formação, a qual é reconhecida, independentemente da formação profissional. Apenas no caso de ligas profissionais, a formação dos treinadores exige esta formação profissional obrigatória e enquadrada no âmbito da formação profissional certificada pela agência nacional de qualificação profissional. Neste sentido, temos dificuldade em compreender porque este modelo não foi e é adoptado em Portugal. Este seria um modelo consentâneo com a realidade portuguesa.

O PNFT, é um processo que começa em Dezembro de 2008 (ex- Decreto-Lei n.º 248-A), complementado em 2010 pela publicação do despacho 5061 de 22 de Março (o qual “define as normas para a obtenção e emissão da ex-CTD, actual TPTD), e no seu conjunto formam o alerlar para um período de grandes mudanças no âmbito da formação de treinadores, culminando na actual Lei n.º 40/2012 de 28 de Agosto e na Portaria 326/2013 de 1 de Novembro. Esta legislação define o regime de acesso e exercício da actividade de treinador de desporto, limitando-o aos detentores do Título Profissional de Treinador/a de Desporto (TPTD), a qual é emitido no âmbito dos Graus I ao III (IV no futuro), ligados a um quadro crescente de competências para o desempenho da profissão em todos os níveis.

Neste âmbito, o PNFT é o reconhecimento da afirmação socioprofissional do treinador de desporto, como uma profissão certificada, a qual pode ser obtida a dois níveis: no âmbito do reconhecimento da equivalência à formação académica (EFA) e da técnico-profissional.

Na sua génese está a recensão da ENSSEE (European Network of Sport Science Education and Employment), o European Coaches Council, um sub-comité desta organização, e patrocinado pela AEHESIS (Aligning a European Higher Educational Structure In Sport Science), através da Comissão Europeia, a qual propôs entre 2004/07 a adopção a nível Europeu, de uma Convenção para o reconhecimento das competências e qualificações dos treinadores, baseada em quatro graus de formação (EER4RQT- Estrutura Europeia Revista - 4 Níveis, para o Reconhecimento das Qualificações do Treinador) e, definindo duas áreas de intervenção ou ocupações fundamentais:

Padrões de Ocupação e Funções do Treinador	
a) Atletas e Equipas Orientados para o Rendimento	b) Praticantes desportivos orientados para a participação
Talentos e Alto Rendimento	Principiantes e Praticantes orientados para o lazer e participação

Esta situação foi considerada em Portugal através do D-L n.º 92/2010 de 26 de Julho (Directiva de Serviços e Qualificações), a qual identificou o treinador de desporto como um exemplo de prestação de serviços e portanto como uma profissão. Esta baseia-se em quatro graus, com a designação em português, os quais se enquadram na European Qualification Framework - EQF (estrutura europeia das qualificações vocacionais e profissionais) do nível 3 ao 7, numa escala de 1 a 8, sendo que os níveis superiores se referem a uma formação ligada ao Ensino Superior:

Lei n.º 40/2012 Quadro Europeu Qualificações -EQF

Grau - IV	Nível - 6, 7
Grau - III	Nível - 5
Grau - II	Nível - 3, 4
Grau - I	Nível - 2

Para além do Quadro Europeu de Qualificações (EQF), e com os mesmos propósitos, foi concebido um sistema de acumulação e transferência de créditos para a Educação e Formação Profissional na Europa: o Sistema Europeu de Créditos para a Educação e Formação Profissional (ECVET). A par do sistema de créditos transferíveis no ensino superior (ECTS), o ECVET permite atestar e averbar os progressos registados na aprendizagem, e no desenvolvimento de competências de um indivíduo envolvido num processo de aprendizagem conduzindo a uma qualificação, um certificado profissional ou um diploma e que se espera que se prolongue ao longo da vida. Não existindo ainda, uma solução ECVET específica para a formação de treinadores de desporto na Europa, este é um processo em aberto, através do EU Working Plan for Sport 2011/14 e 2017, além do seu Expert Group "Education and Training in Sport" (XG ETS), tal como a efectiva aplicação do ECVET à formação vocacional e à formação académica superior de treinadores.

Propõe-se e a nossa legislação já a adoptou e impôs, alguns dos seguintes pontos:

- A introdução de um sistema de licenciamento do treinador, como parte da "regulação da profissão" de treinador de uma modalidade específica. Esta licença (TPTD), já obrigatória e em atividade após o fim do Regime Transitório definido, funciona como registo e critério principal de reconhecimento das competências, devendo ser validada e fiscalizada pelas federações e pela autoridade nacional competente em matéria de formação de treinadores - no nosso caso, o IPDJ, I. P;
- Um sistema para o reconhecimento das qualificações do treinador entre a Educação e Formação Profissional e o Ensino Superior, onde se recomenda que as autoridades nacionais em matéria de formação de treinadores devem supervisionar e reconhecer e, se necessário, conduzir os programas de qualificação de treinadores, mas que os mesmos se podem realizar em três sectores: a) formação baseada nas federações; b) formação baseada no ensino superior (EFA); c) formação baseada em agências reconhecidas de formação de treinadores; todos estes pontos foram já objecto de legislação publicada;
- A noção de que "toda a formação conferidora de TPTD, deve incluir duas componentes: a componente curricular e o estágio profissionalizante. Neste, a prioridade do formando deve ser a aplicação prática, sob supervisão (tutor), dos ensinamentos obtidos curricularmente, emergindo através dela o domínio progressivo de um conhecimento prático sustentado: a competência profissional" (despacho 5061/2010).

Assim, podemos considerar 4 vias, para a obtenção do Título Profissional de Treinador de Desporto:

- 1) Formação técnico-profissional;
 - a) Sistema Nacional de Qualificações (ANQEP Agencia Nacional para a Qualif. e Ens. Prof. / IEFPP)
 - b) Formação Certificada pelo IPDJ, I.P. (Federações)
- 2) Reconhecimento da Equivalência da Formação Académica (EFA);
- 3) Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC);
- 4) Reconhecimento de títulos obtidos no estrangeiro.

Esta estrutura de certificação profissional, baseia-se num conjunto de princípios, dos quais focamos os que consideramos fundamentais:

- O objectivo da formação de treinadores deve ser: desenvolver treinadores efectivos e éticos, sustentados por conteúdos teóricos e práticos apropriados, no que constitui um princípio central na formação dos mesmos (saber, saber-ser, saber-fazer). A sua formação engloba áreas práticas e teóricas (científicas) estritamente ligadas à sua actividade quotidiana, sendo que um código de ética e conduta, deve estar subjacente ao exercício da profissão, de forma a proteger os direitos, segurança e bem-estar dos praticantes;

- Os programas de formação de treinadores devem proporcionar-lhes a competência necessária para a realização da tarefa, sendo relacionados com as necessidades do mercado de trabalho e, ou com os requisitos das federações;
- Devem ser incluídos, nos programas de formação de treinadores, um vasto leque de modos de aprendizagem, passando por treino baseado em competências, sessões formais, aprendizagem individual, e-learning e aprendizagem à distância, prática supervisionada e reconhecimento de aprendizagens anteriores. A competência do treinador deve ser construída sobre uma combinação de experiência prática, programas formais e de reflexão, devendo ser reconhecido que o elemento primário para a formação de competências do treinador é a experiência prática de treino. A aprendizagem ao longo da vida e a formação contínua, bem como a educação formal e não formal, devem ser valorizadas no contexto da formação de treinadores;
- O contexto da realização da profissão (clube, federação, escola, regional, nacional, internacional) e os papéis potenciais do treinador devem ser tidos em consideração na concepção dos programas de formação de treinadores;
- Os níveis de formação do treinador devem escorar-se sobre sistemas de certificação de qualidade, ligados a estruturas nacionais e europeias de qualificação vocacional.

Tendo como base este contexto, o treinador é definido como aquele que proporciona o desenvolvimento guiado de praticantes desportivos num dado desporto, e em estádios identificáveis do desenvolvimento da carreira do praticante. Assim, as actividades chaves do desempenho do treinador são consideradas as seguintes:

- A análise das necessidades;
- O planeamento do treino;
- A condução do treino;
- O enquadramento competitivo dos praticantes;
- A análise dos progressos registados.

Em relação aos pontos atrás esboçados, os Quadros 5 do próprio Programa Nacional de Formação de Treinadores e o A. da portaria n.º - 326/2013 de 1 de Novembro (abaixo), dão-nos uma ideia das exigências da formação de treinadores dos Grau - I ao III, bem como da sua formação contínua, em relação à sua realidade já implementada e em implementação em 2012 e 2013:

Quadro 5. Relação da carga horária das diferentes componentes de formação em cada um dos graus.

	GRAU 1	GRAU 2	GRAU 3
Componente Geral	40h	60h	90h
Componente Específica (modalidade)	40h	60h	90h
Estágio	600h	800h	1.100h
Total	680h	920h	1.280h

Quadro A. portaria n.º - 326/2013 de 1 de Novembro - correspondência entre UC e exigência de Formação Contínua Obrigatória

GRAUS	Unidades de Crédito (UC) - exigidas	1 UC = 5 horas formação presencial e 10 horas se formação à distância
GRAU I	10 UC (5 UC formação específica obrigatória; 5 através de formação presencial obrigatória)	10 UC em 5 anos (50 horas se presencial)
GRAU II	10 UC (5 UC formação específica obrigatória; 5 através de formação presencial obrigatória)	10 UC em 5 anos (50 horas se presencial)
GRAU III	10 UC (5 UC através de formação presencial obrigatória)	10 UC em 5 anos (50 horas se presencial)

Assim, o PNFT procura responder ao que serão as tendências evolutivas da nossa sociedade, no contexto Europeu, mercê do enquadramento do Treinador de Desporto, nas Diretivas Europeias de Serviços e Qualificações (D-L n.º 92/2010 de 26 de Julho). Nesse sentido, a aprendizagem contínua ou

o aprender a aprender é um dos pontos fundamentais numa sociedade em mudança rápida, na qual o saber possui hoje um valor económico e social vital para o desenvolvimento humano à escala mundial. Esta evolução legislativa e formal da certificação dos treinadores, configura a aparição de novas formas de organização social e económicas baseadas nas profundas mudanças tecnológicas, na qual a globalização é uma das suas faces mais visíveis.

No campo do desporto, a formação inicial e contínua dos agentes desportivos, ou seja, o seu conhecimento e desenvolvimento tecnológico, é também reconhecida como um factor essencial do desenvolvimento desportivo, mais acentuado no alto nível de rendimento, como o é também em relação ao do crescimento económico, tecnológico e social de qualquer sociedade moderna. Neste campo, a formação de treinadores, de árbitros e de todos os agentes desportivos ligados ao desenvolvimento do Desporto é fundamental para a evolução e afirmação das competências dos seus agentes. No entanto, esta formação deverá ter em conta o nível de desenvolvimento económico, social e desportivo da sociedade portuguesa, e não antecipar, a reboque da Europa, etapas impostas legislativamente, como é o caso do actual processo do PNFT.

No perfil do profissional do presente-futuro, é consensual que as características mais valorizadas sejam:

1. Formação - global e sólida; 2. Conhecimentos extra - computação, domínio de várias línguas (2 a 3); 3. Polivalência - capacidade para actuar em várias áreas; 4. Cultura ampla - domínio de informações culturais e tecnológicas; 5. Capacidade de inovação - predisposição para as mudanças; 6. Actualização - formação contínua dentro da actividade; 7. Capacidade analítica - postura crítica, interpretação antecipada das necessidades futuras da sociedade; 8. Interação - inteligência emocional e racional (emoção e razão integradas facilitarão o desempenho).

Tom Peters, autor de "In Search of Excellence", reflectindo sobre a educação - formação, conclui com alguns pontos de reflexão pessoal, sobre uma estratégia de sucesso, os quais se baseiam no facto de que a "excelência" pode ser atingida se: nos preocupamos com o que fazemos, mais do que outros pensam que é prudente ou inteligente; arriscamos mais do que o que é seguro; sonhamos mais do que o que é prático ou útil; esperarmos e persistirmos mais do que o que é possível.

Estes contextos são uma referência da formação, e procuramos que constituam a chave dos objectivos definidos pela Federação Portuguesa de Voleibol para a formação, os quais assentam nos seguintes pressupostos:

Aumentar e melhorar a qualidade da formação dos agentes desportivos envolvidos na modalidade:

No que se refere aos cursos de formação de treinadores (com base no PNFT e sua evolução) e de árbitros;

No desenvolvimento da formação dos dirigentes associativos e dos clubes participantes na modalidade;

Na qualificação da formação dos formadores dos treinadores e árbitros;

No desenvolvimento das acções de formação contínua dos treinadores e dos árbitros;

No incrementar do reconhecimento social dos seus estatutos: treinadores, árbitros e dirigentes, e da sua actividade, de modo a que mesma seja motivadora e recompensadora do seu envolvimento;

No assegurar uma progressão da sua formação e conhecimentos, de modo a torná-la contínua e consistente ao longo da sua vida activa ou carreira.

No campo da formação dos agentes desportivos, a F.P. Voleibol foi uma das pioneiras no desenvolvimento dos cursos de formação de treinadores desde os primórdios de 1975, possuindo, neste campo, um passado significativo. O mesmo se passa no sector da arbitragem, com uma organização e regulamentação da sua formação bastante consistente, aprofundada e contínua.

Em termos do desenvolvimento de uma política desportiva nacional, quando falamos da formação de treinadores, árbitros e dirigentes em Portugal, o que ressalta é que não temos conseguido manter ou sequer definir objectivos consistentes e contínuos na enunciação e implementação da mesma. Esta tem sido marcada por padrões inconsistentes ao longo dos anos, e de falta de continuidade no seu desenvolvimento e evolução.

Em 2012 foi implementada uma via profissionalizante em toda a formação de treinadores sob a designação de PNFT. Este constitui uma grande mudança, em toda a estrutura de formação de treinadores das Federações até aqui implementada, nomeadamente com o grande aumento da carga horária dos Cursos, e sobretudo com a implementação do estágio profissionalizante.

Se o próprio PNFT, admite uma certa influência do Canadá, e da Coaching Association of Canada e do seu NCCP (National Coaching Certification Program), além dos trabalhos do ECC (European Coaches Council), a realidade é que o próprio Canada, não aponta para uma formação profissional nos seus cursos de formação de treinadores, das Federações, antes o remetendo para os seus NCI (National Coaching Institutes), e, no mesmo sentido, a formação dos treinadores, pelas Federações, na maioria dos Países Europeus. Comparando um caso específico - Federação de Voleibol do Canadá, o estágio, não profissionalizante, mas exigido, é de 40 horas para o Nível - I (designação canadiana), e de 80 horas, para o Nível - II e III, englobando uma avaliação final prática feita pelo tutor acompanhante.

Se compararmos com o volume horário exigido pelo nosso PNFT, tendo em conta a exigência da profissionalização, a diferença é abissal. Será que a par da produção legislativa, a qual é fácil e profícua, neste País, se pensou na realidade do Desporto Português, e sua capacidade de cumprir estes níveis de exigências?

Prevaleceu aqui, apenas a “equivalência” à formação profissional e o necessário volume curricular e horário para a sua validação. Deu - se, um enorme passo em frente, sem se pensar se o País tem condições para o realizar.

Conhecemos os pontos positivos do PNFT, em termos da construção de um currículo formativo comum, a procura de uma formação prática, baseada num estágio e correspondente aprendizagem de saber-fazer e uma formação contínua obrigatória, conforme a portaria 326/2013 de 1 de Novembro de modo a que os treinadores possam manter a sua certificação (como dizia o professor Teotónio Lima - “quem cessou de aprender, deve deixar de ensinar”).

No entanto, apontamos alguns problemas: a) Uma carga horária muito elevada dos cursos, quer na sua vertente mais teórica e curricular, quer no estágio profissionalizante (sobretudo este); b) A organização do estágio profissionalizante, e seus constrangimentos, tendo em conta os objectivos de que este possa ser efectivamente um momento de formação, e não mais uma “exigência” administrativa; c) A falta de apoio na formação de formadores e tutores, os quais serão fundamentais numa formação que se quer menos expositiva e mais participada, com desafios, com discussões, com a execução de tarefas na busca da manifestação efectiva de competências, ensaiadas e acompanhadas pelos formadores (parte curricular) e tutores (estágio profissionalizante). A elevada carga horária curricular e o estágio profissionalizante tendem a afastar os treinadores voluntários, no fundo a maioria dos treinadores em actividade.

A obrigatoriedade da acreditação de treinadores e árbitros para intervirem nos diversos níveis da prática competitiva, tem levado a uma melhoria do nível geral da sua formação, e das suas competências e capacidades de intervenção na prática. Os efeitos sobre a salvaguarda do bem-estar e saúde dos praticantes são um dos objectivos principais pretendidos e, pensamos que estão a ser atingidos.

O PNFT, pretende reforçar e estabilizar estes objectivos, através de um nível de exigência bastante mais elevado. Mas, é necessário que esta certificação e formação tenham um reconhecimento na sociedade portuguesa, valorizando o papel e a acção dos treinadores, dos árbitros e dos dirigentes benévols na sua intervenção quotidiana, o que actualmente não é sequer muito palpável ou evidente, excepto no futebol.

Implementa-se o PNFT, e acaba-se com um programa de grande qualidade como o ex- - **“Desporto para Jovens - Um Pódio para Todos**, implementado a nível nacional e distrital, que ao nível da formação dos jovens praticantes procurou e conseguiu, proporcionar aos treinadores da formação e ao mesmo tempo aos clubes e dirigentes que os apoiam e suportam na sua prática, uma formação e um reconhecimento visível. O que deveria ser um programa para continuar, atendendo à sua qualidade e importância no Desporto Português, e uma exigência imprescindível deste, termina por decisão administrativa. Até a manutenção do seu Seminário Internacional - “Treino de Jovens”, que ainda restava, e a continuação do reconhecimento dos treinadores e dirigentes que à formação se dedicam, foi posta em causa ou seja, acabaram. Não se consegue compreender esta falta de lucidez e visão.

Uma grande exigência na formação profissionalizante na legislação e, na prática, a somar a outras acções lesivas da formação do nosso Desporto, acaba-se com um dos poucos activos fundamentais que existiram, de apoio à formação contínua dos treinadores, da formação ao alto rendimento - a defunta revista **“TREINO DESPORTIVO”**. Durante bastantes anos foi quase o único apoio de formação contínua e à distância dos treinadores portugueses e sempre com muita qualidade. Claro que, como tinha um papel útil e prático, houve que acabar com ela, sem criar uma única alternativa à formação contínua dos nossos treinadores. Seria extremamente importante, em termos de apoio aos treinadores, algo extremamente negligenciado em Portugal, que se pensasse seriamente na reactivação desta revista, como um apoio à formação contínua dos nossos treinadores, como aliás o PNFT, o exige e prevê. Neste campo, e numa perspectiva de benchmarking, se olharmos para algumas das mais reconhecidas instituições de orientação, formação e apoio dos treinadores, a nível internacional, a existência de revistas deste tipo (“Coaching Edge” - UKCC; Sports Coach - ASC) e a utilização da Internet, com sites dedicados ao apoio dos treinadores, nos seus vários níveis, é cada vez maior. Neste campo, o IPDJ poderia ter um papel muito importante a desempenhar - haja vontade política (??) e ideias. Se a revista “Treino Desportivo”, se tornou “difícil” de publicar, em papel, porque não publicá-la em formato digital, e distribuí-la pelos treinadores e Federações. A base de dados criada para o reconhecimento do TPTD, seria um excelente ponto de partida, para fazer chegar aos treinadores, a revista digital - “Treino Desportivo”.

Se o reconhecimento dos treinadores jovens é importante, esse reconhecimento deveria concretizar-se também a nível nacional, no que se refere aos treinadores de alto rendimento e de formação, como é usual em muitos países desenvolvidos, como: o Canadá (CAC), o Reino Unido (UK Sport), a Austrália (ASC), dando a conhecer, anualmente, os melhores treinadores a nível nacional, e galardoando-os, algo que o programa - “Desporto para Jovens - Um Pódio para Todos” fez a nível regional e no desporto juvenil.

Qual a importância dos treinadores de alto rendimento? É que continua a faltar, nem se vê que esse tema preocupe os responsáveis, uma definição dum política de formação para os treinadores de alto rendimento a nível nacional, o apoio e um percurso específico para os mesmos. Estes não têm acesso a uma informação actual sobre a qualidade da investigação que se vai fazendo a nível mundial, à parte o seu esforço individual de actualização, ou a uma rede de apoio e formação estruturada, a recursos informativos e a uma carreira pensada numa via profissionalizante, mesmo se esta é cada vez mais uma utopia para a maioria, atendendo até à crise socioeconómico da sociedade portuguesa.

Já o propusemos e continuamos a insistir, até porque se trata apenas de uma medida administrativa e sem custos reais. Ou seja, que no âmbito das condições atribuídas pelas instituições de Ensino Superior - Universidades e Politécnicos aos investigadores científicos e aos seus estudantes, nomeadamente o acesso on-line à Biblioteca do Conhecimento Científico (ver: www.b-on.pt a **Biblioteca do Conhecimento Online - b-on**, disponibiliza o acesso ilimitado e permanente às instituições de investigação e do ensino superior aos textos integrais de mais de 22.000 periódicos científicos internacionais e 18.000 ebooks de 19 fornecedores de conteúdos, através de assinaturas negociadas a nível nacional), a bases de dados restritas e a milhares de revistas científicas de acesso com pagamento. Porque não permitir que ao nível dos treinadores de alto rendimento - Selecções Nacionais e treinadores da A1, indicados pelas Federações ao I.P.D.J., também lhes sejam concedidos acesso à informação científica desportiva on-line, gratuita, nomeadamente ao SIRC - Sport Information Resource Centre et Sport Discus, reputado centro de base de dados desportivos canadiano, e ou às bases de dados e informação bibliográfica do Australian Sports Council, ou do UK Sport do Reino Unido. Ou será que no desporto isto não vale a pena, e não interessa o que se faz na investigação científica desportiva aplicada e não só? A acreditação dos treinadores poderia ser feita on-line, no site do IPDJ, mediante palavra-chave dada pelas Federações aos seus treinadores, considerados de alto rendimento. O acesso à informação on-line, na Coaching Association do Canada ou no Australian Sports Council, é feito deste modo, sendo a palavra-chave inicial o número da licença e nome (no nosso caso poderia ser o n.º do TPTD) do treinador no NCCP.

A organização de “workshops” com temas teórico - práticos, gerais e específicos, e de actualização, dirigidos aos treinadores de alto nível, e não só, com uma base anual, e com o apoio de especialistas nacionais e ou estrangeiros e com recurso aos treinadores e docentes das nossas Universidades mais conceituadas no âmbito do Desporto e da Educação Física, seria importante. Para nós, são aspectos a considerar, e que se podem enquadrar na formação contínua.

A adesão dos dirigentes à formação proposta tem sido, de um modo geral, abaixo das expectativas, o que parece ser comum à generalidade das modalidades que se têm abalancado a organizar acções de formação para os mesmos. Neste campo, mesmo as acções organizadas em anos anteriores numa base distrital pelo ex-IDP através das suas delegações parecem terem enfrentado o mesmo problema: um certo desinteresse ou auto-suficiência dos dirigentes na sua formação.

A FPV realizou um Curso Nacional de Dirigentes de Clubes, há anos, numa tentativa de proporcionar a estes e aos nossos clubes e não só, competências capazes de corresponder às exigências funcionais, de organização e de gestão, com base no contexto das associações e dos clubes. Mas a realidade é que não conseguimos motivar e trazer os principais alvos.

Esta situação tem-nos levantado a questão de como adaptar esta formação aos interesses e motivação dos nossos dirigentes, dum modo mais funcional e pragmático? Até ao momento, cremos que não se tem encontrado respostas mais capazes, o que parece derivar também da motivação e interesse num conhecimentos mais específico e adaptado por partes dos próprios interessados: os dirigentes desportivos dos clubes.

A definição quantitativa das acções de formação, abaixo referidas, para 2016 e alusivas aos Treinadores, Árbitros e Dirigentes, encontra-se limitada pela orçamentação de apoio financeiro a atribuir pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude. Um corte significativo dessa subvenção, terá uma directa incidência na realização das acções previstas.

1. Dinamização da Formação de Treinadores

Tendo em conta o PNFT, as prioridades da formação em 2016 assentam em:

Dinamização da formação, actualização e formação contínua dos treinadores nos seus vários graus, com incidência nos seguintes:

Treinadores de alto nível - I Divisão - Grau - III, e II Divisão Grau II, formação contínua, centrada no Encontro Nacional de Formação Contínua, mantendo se possível a cooperação com a ANTV. Aprofundamento dos referenciais específicos e preparação da publicação dos conteúdos específicos do Grau - III, com incidência no uso das TIC., na análise e observação do jogo (programa Data Volley - Data Vídeo ou semelhante), bem como um trabalho prático em quase todas as áreas curriculares específicas.

Treinadores de formação - Grau - I e II, formação contínua e aprofundamento dos referenciais específicos e preparação da publicação dos conteúdos do Grau - I com incidência a nível técnico-táctico, nos aspectos didácticos e metodológicos, no trabalho físico a desenvolver com os jovens, no aumento da parte de prática pedagógica, e com adopção prospectiva do modelo das fases de KI (recepção/ponto - recepção, distribuição, ataque e protecção), e KII (serviço/ponto - serviço, bloco, defesa, contra-ataque). O mesmo no que se refere ao Grau - II, mas dum modo já definitivo de transição metodológica e didáctica.

Dar continuidade, à definição em termos de formação do percurso de Desenvolvimento dos Atletas a Longo Prazo (LTAD - em língua inglesa) e os seus 5 patamares de desenvolvimento de talentos: a) fundamentos (divertimento e bases); b) aprender a treinar = treinador de Grau -I, c) treinar para formar; d) treinar para competir = Treinador de Grau - II, e, e) treinar para ganhar = Treinador de Grau - III/IV; e do seu enquadramento na formação curricular dos treinadores - LTCD - Long Term Coach Developemnt (ligando o desenvolvimento dos treinadores ao dos participantes, e à criação de oportunidades de desenvolvimento e formação dos mesmos). Como, de certo modo é aliás solicitado no PNFT no âmbito dos referenciais específicos e seus conteúdos solicitados às Federações.

A organização anual de um Encontro Nacional e também de Encontros Regionais de Formação Contínua, a realizar em três zonas - Norte, Centro, Sul e, com especificidade a considerar, nas Regiões Autónomas do Açores e Madeira, com incidência em diferentes temáticas relacionadas com a área da acção dos treinadores, onde serão prelectores, especialistas nacionais e internacionais, em temas que oferecem actualidade e assumem especial pertinência no quadro da formação de jovens e do alto rendimento; a organização de uma Clínica Internacional, enquadrada no Encontro Nacional de

Formação Contínua, e destinada à formação e com temas precisos da índole do desenvolvimento técnico e tático, e com a presença de um prelector estrangeiro convidado, além de prelectores portugueses de âmbito específico da modalidade, bem como de outros especialistas nacionais.

Enquadrado no PNFT, continuação da construção e publicação dos conteúdos dos Graus - I, II e III, bem como do estudo do Grau - IV, de acordo com as directrizes a serem apontadas pelo IPDJ após a solicitação do mesmo, em termos de esclarecimento ao grupo de trabalho, sobre uma definição mais específica sobre o âmbito do Grau - IV.

Assim, estão previstos os seguintes Cursos e acções de formação contínua de Treinadores:

5 Cursos de Treinadores de Grau - I (Porto, Lisboa, Nacional / Braga, Alentejo/Algarve e R. A. Açores);

3 Cursos de Treinadores de Grau - II (Porto/Nacional, Lisboa, R. A. Açores,);

1 Curso de Treinadores de Grau - III (Lisboa / Nacional)

16 Acções de formação - Gira-Volei/Gira-Praia;

1 Acção Nacional de formação de formadores;

2 Encontros Nacionais de Formação Contínua e Clínicas Internacionais de Formação;

8 Acções regionais de formação contínua - Porto / Viana do Castelo / Lamego /Lisboa/ R.A. Açores/ Coimbra/ Alentejo/Algarve e Leiria (corresponder à portaria n.º - 326/2013);

X Encontro Nacional do Gira-Volei;

II Encontro Nacional do Gira-Praia;

Acção Nacional de Formação Data Volley Data Vídeo;

Produção dos conteúdos dos Manuais dos Cursos de treinadores de Grau - I, II e III.

Ainda neste âmbito insere - se o apoio à formação dos monitores do Gira-Volei e Gira-Praia, continuando a sua formação e avançando para o seu IX Encontro Nacional, bem como para a promoção do Gira+, através da sua divulgação e produção de seu Dossier técnico e pedagógico.

No âmbito do Gira-Volei / Gira-Praia, estão prevista a realização de 16 acções de formação, a realizar durante 2015.

É nosso objectivo também promover a formação dos técnicos das selecções nacionais e dos clubes, através da cooperação desportiva internacional com os países de topo na modalidade - Brasil, Itália, França, Polónia. As bolsas obtidas no âmbito da Cooperação Desportiva Europeia e Internacional (de acordo com o Departamento de Informação, Comunicação e Relações Internacionais, do Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P.), poderão ser atribuídas a nível interno aos treinadores das Selecções Nacionais ou do quadro técnico, consoante os interesses formativos da Federação para os seus quadros, ou anunciadas e comunicadas aos treinadores, a nível nacional, definindo critérios de concurso, para todos os interessados, com currículo capaz de responder ao solicitado. No caso da cooperação através da WEVZA em 2015 - Congresso Internacional de Valladolid - Espanha e que se irá, em princípio repetir em 2016, os princípios serão os mesmos.

Pretendemos também dinamizar a formação de formadores de treinadores, através da organização duma acção nacional de formação conjunta, e com incidência também na formação de tutores, tendo em conta as exigências do PNFT, e dos estágios profissionalizantes. No mesmo sentido, iremos incidir também, nas matérias gerais, tais como: Dinâmica e animação de grupos; usos das TIC em geral e na preparação das apresentações - Power Point, Pedagogia do ensino aprendizagem - formadores / formandos; e formação específica nos conteúdos da formação de treinadores dos Graus I e II.

2. Dinamização da Formação de Árbitros

Um dos problemas da arbitragem, sobretudo no que se refere aos árbitros em início de carreira - árbitros estagiários, é que se tem revelado um aumento grande do número de desistências dos mesmos. Isto, quer a nível nacional, quer regional, e que se reflecte em todas as Associações. Por isso, o Conselho de Arbitragem considera ser preponderante uma constante captação de novos

árbitros para início de carreira, uma vez que a sua falta, sobretudo na arbitragem dos jogos dos escalões de formação, é generalizada.

As prioridades da formação dos árbitros baseiam-se nos seguintes factores:

- Dar continuidade à formação inicial de captação de novos árbitros - árbitros estagiários;
- Dar continuidade à permanência dos árbitros na carreira - árbitros regionais e nacionais;
- Promover a presença da arbitragem portuguesa no contexto internacional - árbitros internacionais de indoor e beach volley;
- Promover a reciclagem anual dos árbitros das I e II divisões, bem como dos árbitros do Circuito / Campeonato Nacional de Voleibol de Praia;

Assim, está prevista a realização dos seguintes Cursos e acções de formação de Árbitros:

6 Cursos de Árbitros Estagiários (Porto, Lisboa, R.A. Açores, Viana do Castelo, Guarda e outras Associações a considerar);

3 Cursos de Árbitros Regionais (Associações de Porto, Lisboa ou outra Associação, R.A. Açores);

Participação de um árbitro internacional, na acção de formação contínua / Seminário da CEV (Confederação Europeia de Voleibol);

Participação de um delegado/supervisor de arbitragem na acção de formação contínua de Seminário CEV para Delegados de Arbitragem de Voleibol de Praia da CEV.

1 Curso de Árbitros Internacionais com a participação de um árbitro nacional a realizar no âmbito da CEV/FIVB de Indoor ou Beach Volley;

Acção de formação contínua nacional dos árbitros nacionais da I e II Divisões;

Acção de formação contínua de árbitros de Voleibol de Praia.

3. Dinamização da Formação de Dirigentes

Aos Dirigentes Desportivos cabe a dinamização, obtenção e gestão de recursos financeiros e humanos, capazes de promover o desenvolvimento do clube e sua implementação social Estes são, no âmbito do desporto actual, e nomeadamente no âmbito dos clubes, uma figura fundamental e imprescindível. Papel muito importante também lhes está reservado na procura da qualidade da formação e da prática desportiva no clube, bem como na orientação dos processos de treino, através da contratação e selecção dos técnicos mais adequados e, bem assim, a necessidade de partilhar responsabilidades com cada um dos agentes desportivos envolvidos na dinamização da prática desportiva. Ora, isto exige cada vez mais capacidades e competências específicas, baseadas no planeamento e na orientação das tarefas de gestão e direcção.

Actualmente, as múltiplas facetas assumidas pelo Desporto acentuam a importância da filosofia de intervenção assumida por quem dirige, bem como a responsabilização em relação ao desenvolvimento e formação das suas competências e capacidades.

Conscientes desta realidade, sabemos ser fundamental investir na formação dos dirigentes desportivos, visto estes constituírem um factor importante de desenvolvimento para a modalidade. No entanto, a maioria das vezes, estes correspondem pouco aos esforços desenvolvidos com vista à sua participação no processo formativo específico a si destinado. A situação actual não é fácil de resolver, apresentando contornos de algum impasse.

Mesmo conscientes das dificuldades, queremos continuar a perseverar, prevendo:

Dinamizar a formação de Dirigentes, procurando encontrar meios e métodos mais práticos e atractivos, motivadores da presença destes, e com uma carga horária mais curta e incisiva, incluindo aspectos práticos e administrativos referentes à modalidade.

Neste sentido, encontra-se prevista (considerando a dotação orçamental) a possibilidade de realização de:

Uma acção de formação para dirigentes associativos e de clubes, no âmbito da intervenção no contexto de cada uma destas instituições, face às particularidades do seu funcionamento.

Federação Portuguesa de Voleibol							
Ficha Global de Planeamento 2016 - Formação de Árbitros							
Acção	N.º	Local	Data	Candidatos Previstos	Encargos Despesas	Receitas	Custos
Curso de Árbitros Estagiários	40	Porto	Julho	12	2.500,00	240,00	2.260,00
Curso de Árbitros Estagiários	41	Lisboa	Setembro	12	2.500,00	240,00	2.260,00
Curso de Árbitros Estagiários	42	Braga	Maio	12	2.500,00	240,00	2.260,00
Curso de Árbitros Estagiários	43	Viseu	Setembro	12	2.500,00	240,00	2.260,00
Curso de Árbitros Estagiários	44	Ilha Terceira	Setembro	12	-	-	-
Curso de Árbitros Regionais	45	Lisboa	Setembro/Outubro	10	3.350,00	500,00	2.850,00
Curso de Árbitros Regionais	46	Reg. Auton. Açores	Setembro	12	-	-	-
Formação Inicial de Árbitros de Voleibol Sentado	47	Porto	Junho	12	800,00	0,00	800,00
Reciclagem de Árbitros de Indoor	48	Porto	Setembro/Outubro	40	1.000,00	0,00	1.000,00
Reciclagem de Árbitros de Praia	49	Porto	Maio/Junho	18	500,00	0,00	500,00
Seminário Internacional da CEV. - Voleibol 2016	50	Europa	Maio/Junho	1	800,00	0,00	800,00
Curso Internacional de Árbitros CEV/FIVB Indoor ou Beach Volley	51	Europa	Agosto/Setembro	1	2.300,00	0,00	2.300,00
Semin. Internac.CEV. - Delegados Arbitragem Beach Volley 2016	52	Europa	Abril	1	800,00	0,00	800,00
Nº de Acções	13		Totais	155	19.550,00	1.460,00	18.090,00

Federação Portuguesa de Voleibol						
Ficha Global de Planeamento 2016 - Formação de Dirigentes						
Ação	Local	Data	Candidatos Previstos	Encargos Despesas	Receitas	Custos
Ação para Dirigentes Associados	53 F.P. Voleibol/Porto	Setembro / Outubro	20	2.000,00	300,00	1.700,00
N.º de Ações	1		20	2.000,00	300,00	1.700,00

TOTALS	Encargos / Despesas	Receitas	Custos	N.º Ações
Formação de Treinadores	90.230,00	22.115,00	68.115,00	39
Formação de Árbitros	19.550,00	1.460,00	18.090,00	13
Formação de Dirigentes	2.000,00	300,00	1.700,00	1
Total de Formandos	827			
Total	111.780,00	23.875,00	87.905,00	53
Total Custo - % Recalculas - % Contribuição I.P. D.J.	100%	21%	79%	

8. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

PROPOSTAS DE ACÇÕES NO DOMÍNIO DA COOPERAÇÃO COM OS PALOP'S - 2016

Estamos disponíveis para a cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa como já temos afirmado. Ao longo destes anos temos estado e iremos continuar a estar a colaborar com eles. Assim temos vindo a organizar em colaboração com o IPDJ I. P. e sobretudo com a FIVB e CAVB, um conjunto de várias acções. Estas têm-se centrado quer na organização de cursos de treinadores e de organização e gestão federativa, quer no acolhimento de técnicos e dirigentes destes Países, para a realização de estágios e acções de formação.

Assim, ainda em 201 foram organizadas duas acções de formação com a Federação da Guiné-Bissau e uma com a Federação Moçambicana de Voleibol:

- Uma acção de formação ligada ao Voleibol de Praia;
- Um Curso de Treinadores de Grau I segundo a estrutura definida pela FIVB;
- Um apoio permanente de um treinador da FIVB - Português, durante 8 meses, no desenvolvimento da modalidade e trabalho com os talentos e o alto rendimento - selecções nacionais.

Esta formação é feita no âmbito do apoio à formação de quadros técnicos, de árbitros, de dirigentes e de professores, pela Federação Internacional de Voleibol (FIVB) e pela Confederação Africana de Voleibol (CAVB), que suportam os custos financeiros de tais iniciativas. Cabe à Federação Portuguesa de Voleibol, o envio de técnicos especialistas para apoiarem a realização destas acções.

Nos últimos anos, as propostas para a cooperação oficial nesta área têm surgido essencialmente de Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e República Popular de Angola, embora na maioria das vezes, as acções solicitadas surjam desfasadas em termos de calendarização e sem a respectiva adaptação, mesmo depois de alertados, levando a que a algumas destas acções não se concretizassem, facto para o qual na devida altura alertamos.

No entanto, em relação a estes Países e demais PALOP's estamos disponíveis para aumentar a nossa cooperação, se assim solicitados e tal for do interesse dos mesmos.

Nesta cooperação, lembramos que a Federação Portuguesa de Voleibol, na pessoa do seu Presidente, elaborou e organizou para a FIVB e destinadas às Federações de Nível - I e II, através do VCP (Volleyball Cooperation Program) um conjunto de apresentações e trabalhos, relativos aos domínios da administração e gestão federativas, as quais foram traduzidas e editadas pela entidade em várias línguas - inglês, francês, espanhol e português, e publicadas num DVD.

Este trabalho, com todos os seus conteúdos, pode e tem servido de apoio às Federações de menor desenvolvimento dos PALOP'S, as quais, dum modo geral se inserem nestes Níveis - I e II, Federações em desenvolvimento, segundo o critério definido pela Federação Internacional de Voleibol.

Neste sentido, esta é uma das prioridades para as quais estamos disponíveis, em função do trabalho já realizado, sendo neste âmbito que pensamos se poderá inserir a formação de:

- Dirigentes;
- Quadros Administrativos
- Apoio à formação de quadros: treinadores, professores e árbitros;
- Apoio à formação de talentos desportivos/selecções nacionais, nomeadamente na área do Voleibol de Praia (menores custos de transportes e logísticos), através da participação em estágios de alto rendimento.

9. MARKETING DESPORTIVO

No âmbito da estratégia de actuação definida pelo plano de marketing para 2016, cujo objectivo principal é a melhoria contínua da modalidade e um aumento gradual da promoção e consequente visibilidade da mesma, estas acções têm como principal incidência a promoção de alguns dos principais eventos organizados no nosso País, quer sejam de âmbito Nacional ou Internacional, dos quais gostaríamos de destacar os seguintes:

- . Campeonato Nacional de Voleibol - 1ª Divisão Séniores Masculinos época 2015/2016
- . Campeonato Nacional de Voleibol - 1ª Divisão Séniores Femininos época 2015/2016
- . Supertaça 2016
- . Taça de Portugal Seniores Masculinos 2016 - Final 4
- . Taça de Portugal Seniores Femininos 2016 - Final 4
- . Fases concentradas dos escalões de formação - 5 fases masculinas e 5 fases femininas com um total de 8 equipas cada fase.
- . Campeonato Nacional de Voleibol de Praia 2016
- . Gira - Volei, Gira+, e Família Gira: projecto de desenvolvimento e expansão do Voleibol a nível nacional em 2016
- . Gira -Praia: projecto de desenvolvimento e expansão do Voleibol de Praia a nível Nacional em 2016
- . Liga Mundial 2016
- . Apuramento para o Campeonato da Europa 2015 em Séniores Masculinos.
- . Apuramento para o Campeonato da Europa 2015 em Séniores Femininos.
- . Torneio WEVZA juniores Masculinos
- . Outras Organizações e Actividades de Promoção e Marketing ligadas à Modalidade.

Relativamente aos eventos anteriores, o departamento de Marketing e comunicação baseará a sua actuação num espírito de ligação constante para com todos os seus parceiros, cimentando uma relação de mútuas vantagens, procurando garantir através de uma forte ligação com os diversos meios de comunicação, promoção e suporte o seu sucesso, e crescimento sustentado.

A melhoria continua na organização dos eventos, bem como a satisfação total de todos os seus intervenientes são as metas a atingir, garantindo desta forma, o sucesso dos mesmos como uma parte, de um todo que é a modalidade.

10. INFORMAÇÃO

“O diâmetro da imprensa é o mesmo da civilização.” - Victor Hugo

À necessidade de informar deve sobrepor-se sempre a necessidade de informar bem. E isso só é possível quando o conhecimento adquirido provém de um difusor credível.

Este é o principal desiderato do Gabinete de Imprensa da FPV: disponibilizar informação criteriosa, dando prioridade à qualidade numa era que a indefectível evolução tecnológica disponibiliza ao Homem fontes quase inesgotáveis de informação multi-sensorial.

Assim, torna-se imperativo para o Gabinete de Imprensa da FPV proceder ao desenvolvimento de mecanismos que concentrem e canalizem a multiplicidade de actividades e manifestações de Voleibol a nível nacional e mesmo a nível internacional, logicamente, com prioridade para as competições em que as selecções nacionais estejam envolvidas.

Os factos e as ocorrências resultantes de acções e competições internas (Campeonatos Nacionais de Indoor, Taça de Portugal, Supertaça, Campeonatos Nacionais de Voleibol de Praia e de Gira-Praia e Encontros Nacionais de Gira-Volei e Gira+) e externas (Liga Mundial, Campeonato do Mundo, Campeonato da Europa, Liga dos Campeões, Taça CEV, Challenge Cup, torneios da WEVZA, Circuito Mundial de Voleibol de Praia, Europeus e Mundiais de Voleibol de Praia) que envolvem os atletas e/ou

clubes portugueses e as Selecções Nacionais, bem como torneios, publicações, etc., juntam-se a informações veiculadas por outros sectores, como o Departamento de Promoção e Marketing e o Departamento Técnico, neste último caso através da programação de actividades das Selecções e do trabalho realizado pela estatística, um instrumento utilizado, com cada vez mais assiduidade, por treinadores, leitores e adeptos.

A colaboração profícua com praticamente todos os departamentos da FPV tem permitido ao Gabinete de Imprensa aproximar-se com eficácia do seu público-alvo, que abarca desde agentes desportivos e entidades públicas e/ou privadas (dirigentes, treinadores, atletas, associações e jornalistas) a autarquias, escolas e «meros» adeptos, na procura de satisfazer os anseios de todos quantos apreciam o Voleibol.

Este *trabalho de sapa* é complementado com informação que procura cativar a atenção e o interesse dos mais novos e que é disponibilizada no *site* do Gira-Volei, principalmente através de trabalhos multimédia produzidos pelo Gabinete de Comunicação junto das selecções mais jovens, quer de Indoor quer de Voleibol de Praia, ou das actividades de Gira-Volei, Gira+ e Gira-Praia.

Em 2016, o Gabinete de Imprensa pretende continuar a evoluir nas suas competências e, como tal, dar continuidade a um trabalho que contenha, tanto quanto possível, todas as manifestações da modalidade em termos nacionais e internacionais, embora focando de uma forma mais visível determinados tópicos:

Selecções Nacionais

- Optimizar a informação relativa às actividades de todas as Selecções Nacionais, nomeadamente através da cobertura de torneios e/ou jogos de preparação e do fornecimento do máximo de dados sobre as diversas acções de preparação e aferição:
 - . Fases de Qualificação para o Campeonato do Mundo de 2018 e Campeonato da Europa de 2017 (seniores masculinos e femininos) e Liga Mundial 2016 (seniores masculinos);
 - . Fases de Qualificação para o Campeonato da Europa de 2016 (Sub-20 masculinos e Sub-19 femininos);
 - . Torneios da WEVZA (Sub-18 masculinos e Sub-17 femininos)
 - . Torneios da WEVZA (Sub-16 masculinos e Sub-15 femininos), que contam para o apuramento para o Europeu de Sub-17 masculinos e Sub-16 femininos, a realizar em 2017.

Voleibol de Praia

- A nível internacional: embora com natural relevo para as competições organizadas pelo nosso País sob a égide da Federação Internacional de Voleibol (FIVB), Confederação Europeia de Voleibol (CEV) e/ou WEVZA, o Gabinete de Imprensa procurará fornecer o máximo de informações relativamente às participações além-fronteiras das duplas portuguesas de seniores masculinos e femininos, como as fases de apuramento:
 - . Campeonato do Mundo Sub-17
 - . Campeonato do Mundo Sub-19
 - . Campeonato do Mundo de Sub-21
 - . Europeu de Sub-18
 - . Europeu de Sub-20
 - . Torneios da WEVZA de Sub-17, Sub-19 e Sub-21
- A nível nacional: promover e divulgar as várias etapas dos Campeonatos Nacionais de Voleibol de Praia e de Gira-Praia, nos diversos escalões (seniores e camadas jovens).

Campeonatos Nacionais Indoor

- Fazer a cobertura dos jogos dos Campeonatos Nacionais de Seniores, com particular incidência na I Divisão, encaminhando, com o máximo de celeridade, as informações para os diversos órgãos de Comunicação Social, através do envio de fichas de jogo pormenorizadas (estatística) e do lançamento dos resultados *on-line* na Internet (página oficial da FPV).

- Em colaboração com outros departamentos desta Federação, tratar e difundir uma informação o mais rigorosa possível, contribuindo desta forma para o aumento do número de jogos transmitidos na Televisão, em directo e em diferido.

Gira-Volei e Gira+

- Continuar a propalar todas as manifestações do Gira-Volei (acções de formação e de solidariedade, encontros, campos de férias, etc.), um projecto federativo responsável pela formação de mais de 4.000 monitores e pela realização de mais de 40.000 jogos oficiais, no período de 1999 a 2015, e que envolvem agora mais de 2000 centros e movimentam cerca de 150.000 jovens.
Estes números elevados testemunham bem a aceitação do Gira-Volei entre os jovens e por parte das autarquias e estabelecimentos de ensino, rendidos a esta mais-valia no desenvolvimento físico e mental harmonioso das crianças e jovens.
- Através do *site* do Gira-Volei, continuar a promover e a difundir o Gira+, projecto da FPV que veio dar mais oportunidades aos interessados na prática da modalidade, sobretudo aos jovens com mais de 16 anos, que não eram abrangidos pelos escalões do Gira-Volei.

Gira-Praia

- Apadrinhado pelos Centros de Treino de Alto Rendimento de Voleibol de Praia (CTARVP) em 2014, o Gira-Praia conquistou já os jovens portugueses.
O Gabinete de Imprensa pretende intensificar ainda mais a difusão deste verdadeiro fenómeno desportivo e social, na sua missão de levar a prática desportiva aos lugares mais recônditos de Portugal.

Kinder Cup

- Extravasando os pavilhões, a prática ao ar livre do Voleibol vingou como uma variante de uma das modalidades preferidas dos jovens portugueses.
De difícil quantificação, já que tem tanto pode ser disputada nas ruas, nos jardins e/ou quaisquer outros locais de lazer, a Kinder Cup conta com a participação de algumas dezenas de milhares de atletas.
É objectivo do Gabinete de Imprensa contribuir, com a sua divulgação, para uma maior visibilidade do importante contributo sócio-educativo da Kinder Cup no desenvolvimento das capacidades físicas e morais dos atletas.

Página Oficial na Internet:

- Publicação *on-line* das notícias que são enviadas, por e-mail e/ou por fax, para os mais diversos meios de Comunicação Social, nacionais, regionais e mesmo internacionais, disponibilizando assim atempadamente as informações mais importantes sobre as Selecções Nacionais, os Campeonatos Nacionais, as Competições Europeias de Clubes, as Acções de Formação, os Circuitos Nacional e Internacional de Voleibol de Praia, o Gira-Volei, o Gira+, o Gira-Praia, as actividades da WEVZA e das Associações nacionais, a prestação dos atletas portugueses que actuam no estrangeiro, etc., a todos os interessados.

Publicações:

- Enriquecer a tanto a nível gráfico como de conteúdos, através de elementos dinâmicos de multimédia, as páginas da Revista «O Voleibol», agora em versão *on-line*, tornando-a mais condizente com a identidade da Federação Portuguesa de Voleibol.
- Refinar o caudal informativo, com o recurso a tecnologias com suporte digital para criar, manipular, armazenar e pesquisar conteúdos, bem como com material fotográfico mais vasto e selectivo, no sentido de tornar esta publicação mais adequada aos interesses e anseios dos leitores.
- Estimular a interacção entre os praticantes do Gira-Volei e a sua revista, criada e baptizada em 2007 com o nome de «O Gira-Volei», tornando-a mais apelativa junto do seu público-alvo, ou seja, os mais jovens.

11. ESTUDOS E INVESTIGAÇÃO

O nosso percurso é cada vez mais exigente e sinuoso perante a concorrência europeia e mundial, o caminho será árduo, mas, apesar de todas as dificuldades que sabemos que nos esperam, vamos continuar a superar-nos, demonstrando que o desafio que temos assumido e construído ao longo destes anos é revelador de uma modalidade que acredita na sua força e nas suas capacidades. Iremos manter uma acção dinâmica e precisa centrada nos objectivos fundamentais de afirmação e desenvolvimento da modalidade.

Este é o conceito maior Centro de Estudos de Alta Competição da FPV, que possui como objectivos centrais a caracterização e avaliação de jogadores e equipas nos distintos níveis de rendimento e a aferição de métodos e meios adaptados ao processo de treino e prestação competitiva das Selecções Nacionais, continuará em 2016 a sua actividade perseguindo os objectivos a que se propõe.

Desta forma, torna-se inquestionável a importância da colaboração com várias instituições do ensino superior, nomeadamente a Escola Superior de Educação(ESE-UP) com a qual estabelecemos uma colaboração visando um intercâmbio de conhecimentos e formação entre colaboradores e técnicos de diversas áreas.

Gabinete de observação e estatística

A Federação Portuguesa de Voleibol (FPV) vai realizar Acções de Formação, Observação e Análise do Jogo, que terá como principais destinatários os alunos dos cursos de Desporto e de Educação Física, professores das mesmas áreas e treinadores de Voleibol.

Estando nós sempre atentos às evoluções tecnológicas, a federação adquiriu o novo software (2016) de análise do jogo para a próxima época, onde iremos manter os seguintes propósitos com o objectivo de continuar a desenvolver a Estatística e análise do jogo que nos últimos anos deu um salto significativo contribuindo para que hoje em dia, quase a totalidade das equipas se encontram a preparar jogos e treinos com recurso aos programas mais evoluídos e assim aproveitando todos os profissionais por nós formados:

- 1 - Curso Data-Volei Essencial
- 2 - Curso Data-Volei Avançado
- 3 - Curso VIS

A Observação do jogo é hoje em dia uma prática corrente dos treinadores e investigadores. Com ela pretende-se conhecer melhor o jogo, as suas tendências evolutivas, bem como recolher através desta e da posterior análise do jogo referencias importantes, quer do adversário quer da própria equipa, no sentido de sobredimensar os pontos fortes da equipa, melhorando os menos bons e neutralizando os pontos fortes do adversário através do aproveitamento dos seus pontos fracos.

É através da análise do comportamento dos jogadores em competição e treino, que é possível, influenciar a aprendizagem, a eficácia e desenvolvimento dos jogadores; a observação continua dos jogadores, permite quantificar e qualificar as execuções motoras, fornecendo indicadores pertinentes acerca da prestação dos mesmos jogadores em contextos específicos. Neste sentido é possível objectivar os critérios e as condições da prática, já que é através desta que os atletas adquirem os conteúdos de aprendizagem, contribuindo desta forma para o desenvolvimento da modalidade.

12. ENQUADRAMENTO TÉCNICO

A estrutura de uma organização desportiva, quer nacional quer regional diz-nos a nossa experiência, enquanto agentes federativa tem a sua base assente nos seus técnicos desportivos. Isto porque a eles compete promover o aperfeiçoamento qualitativo e o desenvolvimento quantitativo da prática desportiva, quer seja de iniciação desportiva, de competição ou de alto rendimento.

É com os recursos humanos consubstanciados no enquadramento técnico que, ao longo dos anos, a FPV tem mantido um papel activo e de vanguarda no âmbito do Alto Rendimento Desportivo e no panorama desportivo nacional, quer através do desempenho, resultados e visibilidade das nossas selecções nacionais, quer dando respostas, a nível nacional, às exigências da prática desportiva para todos através do Gira-Volei.

Esta visão de uma prática global e holística do desporto, traduzida numa forma própria de estar e agir, tem definido o sucesso da nossa modalidade, que se reflecte no facto de ser a segunda modalidade com mais praticantes a nível nacional.

A procura de um melhor apoio aos clubes, bem como a descentralização da modalidade pelo país tem-nos obrigado a uma gestão muito racional e de contenção de custos, do nosso enquadramento técnico procurando ter disponível, em praticamente todo o território nacional, técnicos que possam dar o auxílio necessário a todos os que procuram desenvolver a modalidade. Se a modalidade tem crescido de forma sustentada ao longo destes anos, é este investimento que o tem permitido, com base numa estratégia adequada e que se reflecte também no alto rendimento. Exemplo claro deste facto é a origem dos atletas da nossa selecção nacional absoluta, que é composta por atletas desde as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, ao Algarve, passando pelo Interior e pelo centro do país, até aos grandes centros populacionais.

Tendo conseguido, ao longo dos anos, manter o quadro técnico estável, o que nos permitiu ter uma base de trabalho com experiência, consistência e qualidade, temos alguma dificuldade em compreender e aceitar, a limitação apresentada no Programa 2 quando não é reconhecida a constituição de equipas técnicas multidisciplinares nas selecções nacionais de desportos colectivos. Este é hoje um factor essencial para uma presença minimamente competitiva no alto rendimento desportivo. Actualmente, qualquer equipa técnica ligada ao alto rendimento, exige, além do técnico principal, um técnico-adjunto, um preparador físico, um técnico estatístico e todo o suporte médico e fisioterapêutico essencial, sem falar até no apoio de um psicólogo. Ora, sabendo V. Ex.as do cariz fundamental deste enquadramento, numa modalidade colectiva, e da sua importância na obtenção de resultados ligados ao alto rendimento, não entendemos os critérios subjacentes às fortes limitações do enquadramento técnico das selecções nacionais, e, mais acentuadamente, nas selecções seniores.